

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 12 a 18 de agosto de 1960

76

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Os Trabalhadores Decidem Sobre Seus Problemas

2 MIL DELEGADOS 30 DO ESTRANGEIRO NO III CONGRESSO



ACOLHIDOS carinhosamente pela população carioca, encontram-se na cidade mais de dois mil líderes sindicais de todo o país, que aqui vieram para realizar o III Congresso Sindical Nacional. O conclave, convocado pelas Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais não confederados, instala-se às 8 horas da manhã do dia 11 do corrente, no teatro João Caetano. O encerramento será feito num grande ato público, programado para o dia 14, às 19 horas, no Maracanãzinho, com a presença do presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek, do vice-presidente, sr. João Goulart, do governador Sette Câmara, do presidente e vice-presidente da Câmara Federal, deputados Ranieri Mazzilli e Sérgio Magalhães, do Ministro do Trabalho, dos 30 delegados das organizações sindicais estrangeiras e de inúmeras outras autoridades. O Congresso foi precedido de dezenas de convenções, conferências e congressos regionais, onde os problemas dos trabalhadores de todos os Estados foram debatidos em larga escala. Essa preparação, que atingiu a milhões de homens, mulheres e jovens que trabalham nas cidades e nos campos, reflete o crescimento do nível de organização das massas trabalhadoras, e constitui uma garantia para o êxito do seu Congresso Nacional. Realizado após tantos anos de lutas, o conclave enfrentará, pela primeira vez, a discussão dos problemas relacionados com a legislação trabalhista, oferecendo-lhe emendas e exigindo a sua adaptação às conquistas democráticas e ao nível de organização já alcançados pelo proletariado. (Reportagem na 2ª página).



ACABOU-SE O QUE ERA DOCE

Fidel Põe Abaixo Império Ianque

(7ª página do 1º caderno)

Solidariedade e reforma: UNE em greve

CUMPRINDO resolução do último Congresso Nacional dos Estudantes, a UNE decretou uma greve geral dos universitários, em solidariedade aos estudantes da Bahia, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. A greve que foi apoiada imediatamente pelas entidades estaduais do Pará e da Guanabara, tem como objetivo despertar a atenção da opinião pública para a necessidade de ser reformada a universidade brasileira. Os casos da Universidade da Bahia, onde os estudantes estão em greve há mais de dois meses e foram suspensos pelo reitor, e do Mackenzie, em São Paulo, onde os estudantes protestam contra a desorganização administrativa e a má qualidade do ensino, são bastante indicativos da completa inadaptabilidade do ensino superior às exigências do desenvolvimento nacional.

Todo o R.G. do Sul foi representado na convenção nacionalista

DUZENTOS e trinta delegados, representando os comitês nacionalistas de 106 municípios gaúchos, realizaram na capital do Rio Grande do Sul a Primeira Convenção do Movimento Nacionalista Lott-Jango, e centralizaram durante vários dias as atenções da opinião pública e da imprensa riograndense. Os candidatos nacionalistas — mal. Lott e João Goulart — o governador gaúcho, Leonel Brizola, e numerosas autoridades locais, bem como d. Edna Lott e uma caravana de deputados federais, estiveram presentes à Convenção do Movimento Nacionalista gaúcho, que se transformou numa espetacular manifestação de apoio popular às candidaturas do marechal e seu companheiro de chapa e à causa da independência política e econômica do país. (Leia na 8ª pág. do 2º cad.).

Lavradores do Paraná fizeram congresso

REUNIUNO em Londrina, de 5 a 7 do corrente, o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná. O conclave contou com a participação de 300 delegados dos colonos, porceiros, formadores, posseiros e assalariados agrícolas de 35 municípios do interior paranaense. (Leia reportagem de Nilson Azevedo, nosso enviado especial, na 8ª página deste caderno)

Pernambuco: Legalidade para o PCB

NO RECINTO da Assembleia Legislativa de Pernambuco reuniram-se representantes de diversos partidos (PSD, PTB, PSB, PRT), parlamentares, líderes operários e estudantes, diversas personalidades e grande massa popular. Os oradores (numerosos) apesar de pertencerem a diversas correntes políticas defenderam todos, unanimemente, o mesmo ponto-de-vista: o Partido Comunista deve ser legal. (Leia na 1ª pág. do 2º caderno)

OS DOIS comícios de Prestes no último fim-de-semana, — em Caxias e São Gonçalo, no Estado do Rio — foram uma eloquente demonstração do grande ascenso do movimento popular e nacionalista que o país atravessa. Em Caxias, cidade que as más línguas apontavam como centro de pistoleiros, Prestes foi recebido sob uma chuva de pétalas de rosa, como homenageado da Câmara Municipal, e presidiu a um comício que lembrou a todos a grande febre democrática de 45. Em São Gonçalo, mais de 15 mil pessoas foram ouvi-lo, e aplaudiram a sua conclamação à vitória da chapa nacionalista Lott-Jango em 3 de outubro. (3ª pág. do 1º cad.).

O «novo partido» é o velhíssimo medo do povo

A «BOSSA NOVA» do continuismo é o movimento pela formação de um novo partido político «do centro». O claro objetivo da manobra é criar dificuldades para a candidatura Lott e aproveitar a falta de representatividade e de penetração popular da maioria dos atuais partidos políticos, para organizar o grande partido que falta à reação e ao entreguismo. O «Panorama» de Almir Mattos (pág. 31) focaliza esta nova trama de Falcão.

DESMASCARADO O JÓGO ENTREGUISTA NA GUANABARA

Amaral Tramou Com Lacerda a Divisão Dos Nacionalistas

(Leia na pág. 6)

Acabemos Com «a Grande Hipocrisia»

MÁRIO ALVES

«O Globo» descobriu, com uma indignação mal fingida e bem remunerada, o que afinal já estava claro para todo o mundo: que o Partido Comunista existe e atua no cenário político, que os comunistas se reúnem para pleitear o registro eleitoral e estão integrados na campanha pelas candidaturas Lott-Jango.

«A GRANDE hipocrisia» — é como aquele jornal denomina essa contradição palpável da vida política brasileira: o Partido Comunista não tem reconhecimento jurídico, mas atua abertamente e concerta alianças políticas com os demais partidos.

«CONSTATA «O Globo», com um simulado alarve, que o PC no Estado da Guanabara «já se reúne em convenção, solenemente, com grande assistência e enorme publicidade e, funcionando como autêntico partido político, aprova plataforma, indica candidatos (Lott-Jango-Sérgio), apresenta protestos, aplausos e reivindicações». Que diria, então, o porta-voz da Embaixada americana, se soubesse que uma reunião semelhante se realizou em S. Paulo, com a presença de representantes de vários partidos políticos, e outra em Pernambuco, no recinto da Assembleia Legislativa, tendo falado um representante oficial do PSD, partido governamental?

«O ESTRANHAVEL não é que os comunistas se reúnam publicamente, discutam os problemas nacionais e participem ativamente da vida política. Como cidadãos brasileiros, os comunistas gozam dos direitos democráticos assegurados pela Constituição e ninguém pode impedir que se reúnam livremente, propaguem suas idéias e escolham seus candidatos. Convém lembrar que o Tribunal Regional Eleitoral, em 1958, reconheceu aos dirigentes comunistas o direito líquido e certo de participarem da campanha eleitoral.

«O QUE há de profundamente estranho e aberrante em tudo isso é que uma força política tão viva e atuante como o Partido Comunista não disponha ainda do registro eleitoral num regime que se diz

democrático. A contradição flagrante entre a atuação política do Partido Comunista e a medida que o privou do registro legal não pode permanecer por mais tempo. Os fatos provam cada dia que a proibição do funcionamento legal do Partido Comunista entra em conflito com a realidade atual do Brasil e do mundo.

«COMO resolver essa contradição, de acordo com as normas democráticas?»

«O Globo» protesta contra a «tolerância dos poderes públicos» em face da atividade dos comunistas e preconiza a repressão policial. Interpretando os desejos do Departamento de Estado norte-americano, quer transformar o Brasil numa ditadura semelhante à de Trujillo ou de Stroessner. A história já demonstrou, porém, de maneira irrefutável, que não há violência policial capaz de destruir o Partido Comunista. A solução de «O Globo» só teria um resultado: implantar no país um regime de terror, eliminar as liberdades democráticas. Mas o Partido Comunista — ninguém duvide — continuaria vivo e atuante.

«Só há um caminho democrático para acabar com «a grande hipocrisia» que é a ilegalidade jurídica e a legalidade de fato do Partido Comunista. Este caminho foi apontado pelo deputado Passos Páez, de UDN, em recente discurso na Câmara: «Não veja razões para que a democracia brasileira tema ou desconheça a filosofia marxista e a existência do Partido Comunista. A lei lhe permite o direito de reunião e de debater sua doutrina. Por que não lhe damos a legalidade política?».

«ASSIM, a plena legalidade do PCB não é apenas uma aspiração dos comunistas, mas uma necessidade inadiável para o funcionamento normal do regime democrático.

«ACABEMOS com «a grande hipocrisia», lutando pela legalidade do PCR.

COM DESTINO à Europa, seguiu terça-feira última, por via-aérea, o nosso companheiro de trabalho Fragmon Carlos Borges (foto), redator-secretário de NOVOS RUMOS. Durante sua viagem, que se prolongará por algumas semanas, Fragmon Borges visitará particularmente a República Democrática Alemã, onde terá oportunidade de observar os extraordinários progressos realizados nos dez anos de existência da RDA como um Estado dirigido pelos trabalhadores. As observações feitas pelo nosso companheiro serão especialmente valiosas tendo em conta os crescentes vínculos econômicos que ligam o Brasil à República Democrática Alemã.

OS TRABALHADORES BRASILEIROS DISCUTEM SEUS PROBLEMAS

Dois Mil Delegados de Todo o País no III Congresso

Mais de 10 milhões de trabalhadores brasileiros estarão representados no III Congresso Sindical Nacional que se instala às 8 horas do dia 11 do corrente, no Teatro João Caetano. O Congresso, possivelmente o mais importante de todos quantos já se realizaram no país, conta com a participação de cerca de 2 mil delegados, oriundos de todos os Estados da Federação.

conclave e a sua confiança no êxito desse grande encontro dos trabalhadores brasileiros.

Sanção da Lei Orgânica

Reunidos em seu III Congresso Sindical Nacional, os trabalhadores brasileiros terão oportunidade de comemorar uma das suas mais significativas vitórias, que foi a conquista da Lei Orgânica da Previdência Social. O presidente Kubitschek, segundo compromisso assumido com os líderes sindicais, sancionará a referida lei no ato de encerramento do Congresso.

Programação dos trabalhos

O Congresso será instalado no dia 11, às 8 horas da manhã no Teatro João Caetano. Nessa oportunidade, serão eleitos as 5 comissões, correspondentes aos pontos do temário. Essas comissões, durante a tarde e a noite desse mesmo dia, reunir-se-ão em sessões plenárias nas sedes de diversos sindicatos. No dia 12, continuarão as reuniões das comissões, e à noite, no auditório do IAPC, será realizada a primeira sessão plenária geral. No dia 13, as comissões voltarão a se reunir, durante o dia, e uma nova sessão plenária geral será realizada à noite, também no auditório do IAPC. A terceira sessão plenária geral será realizada durante o dia 14, e à noite, às 19 horas, será realizada a sessão solene de encerramento, no Maracanãzinho, onde deverão concentrar-se dezenas de milhares de trabalhadores cariocas.

As delegações

Desde as vésperas do Congresso já se encontram nesta cidade as numerosas delegações de São Paulo (400 delegados), Minas Gerais (150 delegados), Estado do Rio (100), Santa Catarina (40), e inúmeras outras delegações. A do Estado da Guanabara terá 300 delegados.

Especialmente convidados pela Comissão Organizadora do Congresso, encontram-se também nesta cidade mais de 30 delegados fraternais que vieram representando os trabalhadores de todos os continentes. Os representantes da Federação Sindical Mundial, da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres e de inúmeras outras entidades sindicais internacionais não escondem a seu entusiasmo pelo

O temário

Os congressistas discutirão os assuntos relacionados com o seguinte temário: 1) situação econômica dos trabalhadores, custo de vida e a luta

nacional, regional e local por melhores condições de vida; 2) reforma e melhoria da atual legislação social, adaptação às novas conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente da Previdência Social e do direito universal da greve; 3) reforma do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 159 da Constituição, conquista de plena autonomia e liberdade sindical, relações do movimento sindical nacional com outros países do mundo e criação e constituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país; 4) situação dos trabalhadores do campo e a luta por suas reivindicações e direitos, principalmente por sua organização sindical; 5) os problemas nacionais e a posição do movimento operário e sindical.

Lott e Jango com os delegados

Na noite do dia 15, às 20 horas, os delegados participantes do Congresso terão um encontro com o Marechal Lott e com o sr. João Goulart. O encontro será às 20 horas, na ABI, no auditório do 9º andar. Nessa oportunidade, os candidatos nacionalistas debaterão com os representantes dos trabalhadores de todo o país o seu programa de governo, e receberão uma cópia das resoluções do III Congresso Sindical Nacional.

SINDICATOS DENUNCIAM:

Trustes Voltam à Ofensiva Contra a Aviação Comercial

Os sindicatos que congregam os trabalhadores aeronáuticos e aeroviários de todo o país acabam de lançar um manifesto à nação, denunciando uma nova investida das trustes internacionais visando ao estabelecimento do monopólio na aviação comercial brasileira. Relacionando os fatos que com-



Marítimos no Congresso

Com a participação de mais de 200 delegados, representando 50 sindicatos marítimos de todo o país, os trabalhadores do mar realizaram o seu II Congresso Sindical, encerrando no último dia 10 nesta cidade, onde discutiram os seus problemas e elegeram a delegação que participará do III Congresso Sindical Nacional, ao lado dos trabalhadores de outras categorias profissionais.

provam a sua acusação, os líderes sindicais denunciaram a "omissão, negligência, ou participação ativa das autoridades dos Ministérios da Aeronáutica e do Trabalho" nos acontecimentos em foco. É o seguinte o texto do manifesto:

AO POVO E AOS TRABALHADORES DO BRASIL! ÀS AUTORIDADES BRASILEIRAS!

Os trabalhadores em transportes aéreos, reunidos em Assembleia Geral, decidiram vir de público através de suas Entidades, para denunciar fatos da maior gravidade que se estão verificando na Aviação Comercial Brasileira e que, se não enfrentados em tempo, através da adoção e aplicação urgente das medidas corretivas que se impõem, acarretarão sérias consequências para o progresso do transporte aéreo civil nacional e contra a soberania do Brasil.

Os apetites cegos de lucros dos senhores donos das empresas e a política de açambarcamento de nossa aviação por grandes magnatas de trustes internacionais da indústria e do transporte aéreo, apóliticas e políticas que constituíram, aliadas em sua principal fator de crise em curso.

Sintoma evidente e alarmante do perigo de liquidação da Aviação Comercial Brasileira como empreendimento econômico nacional, fruto do suor e das vidas de milhares de brasileiros, e de sua substituição por um monopólio dominado pelo capital internacional, foi, não faz muito tempo, a audaciosa tentativa de trustificação dos serviços técnicos de manutenção de nossa aviação de transporte civil pela famigerada «Lockheed Air Service».

O tenebroso plano de açambarcamento da «Lockheed», apesar da cumplicidade criminosa de autoridades governamentais e dos donos de empresas de aviação, não pôde ser consumado, graças à patriótica luta então encabeçada por aeroviários e aeronáuticos, através dos seus Sindicatos, com o apoio de todo o movimento sindical brasileiro e de amplos setores da opinião pública nacional, da imprensa que defende os interesses pátrios e de parlamentares e autoridades do Executivo que honram os seus mandatos.

Os inimigos da nossa aviação não se deram entretanto por vencidos, nem desistiram dos seus intentos. Adotaram a tática da formação, no país, de empresas «satélites» especializadas, como a AVITEC — INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA; AEROTEC — SUPRIMENTO AERONÁUTICO LTDA; AEROPAN LTDA, IMPORTADORA, AEROPAN LTDA, IMPORTADORA, AVIPAN COMERCIO S/A, AERO-PAX, AERO-RAPIDO, AERO-MINAS, CELMA — CIA. ELETROMECÂNICA DE AERONÁUTICA, CINTER — CIA INTERNACIONAL DE HOTEIS, MOTORTEC — INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, OFICINA LEMCKE REVISAO MOTORES LTDA., PROSPEC — LEVANTAMENTOS PROSPECÇÕES AEROFOTOGRAMETRIA S/A, REALTUR PAX S/A, S.A. — SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS, SOCIEDADE CIVIL — PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO GUANABARA.

Parte essencial da nova tática é o plano de quebrar a unidade e a capacidade de resistência organizada dos trabalhadores aeroviários através da política de dispersão desta categoria profissional, até agora unida, de acordo com a lei, em Sindicatos que abrangem todo o ramo industrial, numa série de Sindicatos de outras indústrias ou serviços (metalúrgicos, comerciais, de transporte, de carga, etc.). Pensam assim os agentes internacionais e internos da liquidação da Aviação Comercial Brasileira em liquidar antes de tudo com a lei em liquidar os aeroviários, categoria profissional dos aeroviários, eliminando de tal forma a eficiente oposição a seus propósitos antinacionais por parte dos trabalhadores aeroviários, simpatizantes unidos e organizados, ao mesmo tempo que romperiam a capacidade de defesa e de luta desses trabalhadores em prol da melhoria de suas condições de trabalho e de salário.

Os Sindicatos dos trabalhadores do ar denunciaram na ocasião oportuna, através de documento que foi amplamente divulgado no país, o complexo conjunto de causas que determinaram a eclosão, em 1959, de profunda crise de estrutura na Aviação Comercial Brasileira. Ao fazê-lo, propuseram, ao mesmo tempo, um plano mínimo de medidas capazes de debelar essa crise e de abrir novo panorama para o desenvolvimento ascendente da nossa aviação.

Por absoluta desídia dos detentores do poder público, tal plano não foi sequer objeto de consideração de sua parte, nem adotado qualquer outro plano para fazer face à crise. Esta continuou assim a agravar-se, mantendo-se perigosamente lívres de qualquer contenção, dentro dela,

Os Sindicatos e a CAPFESP

A propósito do manifesto publicado no número 74 de NOVOS RUMOS, no qual são denunciadas inúmeras irregularidades que vêm ocorrendo na CAPFESP, recebemos uma nota do comandante Ernesto Fonseca, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, assinalando que o referido documento, por um lapso da secretaria, saiu com nomes de alguns dirigentes sindicais que não o haviam assinado. O manifesto recebeu a assinatura dos seguintes líderes sindicais: Rafael Marinelli, José Alceu Portocarrero, Ernesto Costa Fonseca, Olhon Canedo Lopes, Oscar de Andrade Quilula, Geraldo Soares, José da Silva Comarinho, Paulo Cesar Henriques e Edgar da Silva Ramos.

Jornalista falará sobre legislação social

Em prosseguimento ao segundo ciclo de palestras sobre problemas nacionais, promovido pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e a União dos Servidores Municipais, falará, na próxima terça-feira, dia 16, às 18 horas, na ABI, o jornalista Maurício Caminha de Lacerda, que abordará o tema «Legislação Social».



Os estivadores virão de Santos

Estivadores de 48 portos nacionais reuniram-se em Santos, de 4 a 10 do corrente, em seu III Congresso. Eles debatem os seus problemas e elegeram a delegação que os representará no III Congresso Sindical Nacional.

Defende Teu Direito

REGULAMENTO — A inobservância das normas estabelecidas pela empresa, em seu regulamento interno, constitui ato de indisciplina e, assim, pode ser invocada como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho. Ac. TRT, 1ª Reg. (Proc. 325/58), Relator: Mário Pereira.

As disposições do Regulamento da empresa se incorporam às cláusulas contratuais de trabalho. Conseqüentemente, não podem ser alteradas com sacrifício de direito do empregado. Ac. TST (Proc. 3.075/52), Relator: Bezerra de Menezes.

REINTEGRAÇÃO — O empregado estável (afastado para inquérito) contra quem não se apurou a existência de falta de qualquer natureza, tem direito a ser reintegrado, sem prejuízo dos salários, que se contam desde o seu afastamento por aquele motivo, e executam-se, desde logo, nos próprios autos do inquérito. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 140/58), Relator: Pires Chaves.

É impossível determinar-se a reintegração de empregado em função de gerência. O exercício de cargo de gerência não adquire estabilidade, decorrendo daí a impossibilidade da reintegração em tal função. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 1.586/56), Relator: Hélio Guimarães.

O direito à reintegração é assegurado apenas aos empregados portadores de estabilidade. Viola flagrantemente a lei a sentença que condena a reintegrar empregado com menos de dez anos de casa. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.009/53), Relator: Celsa Lanna.

Julgado improcedente o inquérito para demissão de empregado estável, e de se converter a reintegração do mesmo em indenização em dobro, se evidenciada a grave incompatibilidade entre as partes. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 5.823/55), Relator: Oscar Saraiva.

RELAÇÃO DE EMPREGO — O fato do trabalhador perceber à base de comissão não exclui a existência da relação de emprego. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 1.481/57), Relator: Oscar Saraiva.

Podem coexistir a qualidade de empregado e a condição de sócio cotista ou acionista, desde que seja reduzida a participação no capital social. Ac. TST (Proc. 252/54), Relator: Mário L. Oliveira.

Exerce atividade assalariada o empregado doméstico o trabalhador que se dedica ao encargo de varrer, limpar e zelar por casa desabitada, mantida sem nenhuma finalidade econômica. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.679/58), Relator: Pires Chaves.

Entre dois indivíduos que se sucedem na direção de um veículo de transporte coletivo, embora um deles seja o proprietário, não há relação de emprego e sim uma sociedade de fato. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 623/55), Relator: Ferreira da Costa.

A lei equipara aos empregadores comuns as entidades religiosas. A subordinação hierárquica, a sujeição a horário e o pagamento de salários, caracterizam a relação de emprego. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 543/56), Relator: Ferreira da Costa.

É empregado o motorista de táxi, que trabalha sob forma de arrendamentos e presta serviços de forma subordinada. Não pode ele ser tido como locatário, pois, neste caso, disporia da coisa locada com melhor lhe aprovesse. Ac. TRT, 2ª Região (Processo número 459/58), Relator: José Fava.



abilidades e de seus deveres cívicos, denunciaram ao povo brasileiro, a todos os patriotas e nacionalistas, que o acervo material da infraestrutura das empresas de transporte aéreo em nossa Pátria, assim como outras parcelas do seu capital, — patrimônio acumulado graças sobretudo às subvenções governamentais, que não são outra coisa senão dinheiro do povo, e ao penoso trabalho de cada dia dos aeroviários e aeronáuticos, — estão sendo sorrateira e criminosamente transferidos para as chamadas empresas «satélites», germens da monopolização do transporte aéreo do Brasil por trustes internacionais.

1 — A empresa privada CELMA tem como finalidade a monopolização de todos os serviços técnicos de manutenção, particularmente de motores, e para ela está sendo passado, como pagamento de serviços prestados, através de outras manipulações de contabilidade, parte considerável do capital de determinadas empresas, de aviação, ou seja o seu equipamento técnico de manutenção.

A empresa privada SATA, em cuja constituição estão envolvidos os senhores donos das grandes empresas de aviação comercial do país, tem como finalidade a monopolização de todo o serviço de rádio-comunicações da aviação de transporte-civil, com a incorporação, ao seu capital, do equipamento rádio existente nas diversas empresas.

II — Não é diferente o que se passa com respeito à REALTUR, AVITEC, AEROTEC — SUPRIMENTO AERONÁUTICO LTDA., AEROPAN LTDA., IMPORTADORA, AEROPAN LTDA., AVIPAN COMERCIO S/A, AERO-PAX, AERO-RAPIDO, AERO-MINAS, CELMA — CIA. ELETROMECÂNICA DE AERONÁUTICA, CINTER — CIA INTERNACIONAL DE HOTEIS, MOTORTEC — INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, OFICINA LEMCKE REVISAO MOTORES LTDA., PROSPEC — LEVANTAMENTOS PROSPECÇÕES AEROFOTOGRAMETRIA S/A, REALTUR PAX S/A, S.A. — SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS, SOCIEDADE CIVIL — PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO GUANABARA.

Ao mesmo tempo que se verificam tais fatos, a compra desordenada e anárquica de caríssimos aviões a jato de diferentes tipos, adquiridos aos dois ou três em cada fábrica, em absoluta contradição com os interesses econômicos imediatos do Brasil e o resguardo e consolidação do caráter nacional de nossa aviação, traz como consequência desde agora, a entrega da manutenção daquelas aeronaves a empresas estrangeiras e em país estrangeiro. Assim se comete um atentado frontal ao que tem de nacional a Aviação Comercial Brasileira, cortando a perspectiva de progresso na formação técnico-profissional da já numerosa categoria dos aeroviários do Brasil e arrastando os seus ramos de desmoronamento e estabelecendo-se mais uma pesada sobrecarga de despesas em dividas para a já sacrificada economia do país.

Os fatos extremamente graves que aqui denunciarmos envolvem diretamente, por omissão, negligência ou participação ativa as autoridades dos Ministérios da Aeronáutica e do Trabalho. Tais fatos exigem dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados e do próprio Congresso Nacional que abandonem a sua injustificável atitude de passividade, tanto mais estranha quando se considera tudo de esboço que foi anulado por aquela Comissão na investigação que fez sobre as causas da crise em nossa aviação comercial.

III — Os trabalhadores do ar não são conservadores nem retrógrados. São, ao contrário, construtores ativos, embora modestos, do progresso nacional, ombra a ombro com toda a coletividade brasileira de nossa Pátria. Compreendem, por isso, que o crescimento da aviação, o seu contínuo avanço técnico, a elevação da sua segurança e da sua capacidade de bem servir à nação exigem, cada vez mais, a eliminação, dentro dela, dos fatores de atraso, de dispersão, de desper-

dício e de anarquia, impõem, portanto, a esse serviço de interesse público uma organização interna racional que leve a prosseguir no caminho necessário e inevitável de sua integral utilização numa só empresa nacional. Os trabalhadores do ar do Brasil, como patriotas que são, lutam por uma política aeronáutica nacionalista, que conduza, na ocasião oportuna, à criação da AEROBRAE, ou, no caso contrário, de uma empresa estatal.

IV — Mas, justamente porque combatem confiantes, serenos e equilibradamente, por tão elevado objetivo programático lutarão sempre sem tréguas contra toda monopolização privada que, nas condições existentes, só pode resultar, ou no provam mais uma vez os fatos aqui denunciados, na entrega de nossa aviação ao domínio das trustes estrangeiras, em prejuízo dos sagrados imperativos do desenvolvimento independente da economia brasileira e da soberania do Estado brasileiro.

Os aeronautas e aeroviários exigem dos poderes públicos que cumpram o seu dever de adotar e pôr em prática, com urgência, as medidas necessárias para resolver a crise que ameaça liquidar a Aviação Comercial Brasileira como empreendimento nacional. Exigem, como providências imediatas,

- 1) que o governo, com apoio na lei e fundado no fato de que o transporte aéreo civil é um serviço de interesse público nacional subordinado com o dinheiro do povo, proíba terminantemente a venda ou transferência sob qualquer outra forma do patrimônio da infraestrutura das empresas de aviação brasileira a outras empresas, salvo quando se trate de empresas congêneres, e que anule as transferências já feitas;
 - 2) que o governo analise e ponha em prática, as medidas preconizadas pelos Sindicatos de trabalhadores em Transportes Aéreos, através do documento publicado em Julho de 1959;
 - 3) que as autoridades competentes providenciem quanto à execução de tudo aquilo contido nas resoluções da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as causas da crise na Aviação Comercial Brasileira;
 - 4) que o governo incremente a indústria aeronáutica, inclusive com a criação de uma companhia de capital misto, capaz de atender às necessidades de nosso parque aeronáutico;
 - 5) que o governo assegure, exigindo o cumprimento da lei, a unidade sindical da categoria dos aeroviários, anulando todos os atos das repartições do Ministério do Trabalho que têm obrigada trabalhadores do ramo industrial do transporte aéreo a inscreverem-se em Sindicatos que não os Sindicatos de Aeroviários.
- Os aeroviários e aeronautas conclamam os trabalhadores e o povo brasileiro assim como as autoridades e demais mandatários do povo dispostos a cumprirem os seus deveres, a apoiá-los na luta pela vitória de uma causa que é de toda a grande Nação Brasileira — causa da sobrevivência e do progresso da nossa gloriosa Aviação Comercial.
- SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIÁRIOS, OTHON CANEDO LOPES — Presidente.
- SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, ERNESTO COSTA FONSECA — Presidente.
- SINDICATO DOS AERONAUTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, MURILLO PINHEIRO — Presidente.
- SINDICATO DOS AERONAUTAS DE BELO HORIZONTE, OTHON DA SILVA MIRANDA — Presidente.

Panorama

Falcão, os Partidos e o Medo do Povo

Por trás das articulações em torno da formação de um novo partido, reunindo as forças políticas consideradas do centro, o que há na verdade é mais uma manobra contra a candidatura do marechal Lott e uma tentativa reacionária de preservar os partidos da influência que sobre eles exercem as correntes populares — o movimento nacionalista, a classe operária e as tendências de esquerda.

A coisa começa a ficar clara quando se localiza a fonte de onde partem essas articulações. Seu principal patrono é o ministro Armando Falcão — e isto seria o bastante para tornar mais do que suspeita a manobra pretexto de reformular a estrutura partidária. Depois, quando aparecem jornais como o «Correio da Manhã» dando toda cobertura a conspiração e inclusive abrindo o jôgo num de seus aspectos essenciais: a necessidade de a reação adotar medidas, no âmbito dos partidos, capazes de conter a influência das massas populares sobre os candidatos e, em geral, na vida política do país.

A atitude natural de um homem do povo em face dessa pantomima é uma pergunta simples e perfeitamente lógica: por que surge agora, a menos de dois meses das eleições, esse alarido sobre a formação de novos partidos, quando o normal é que os partidos existentes estejam lançados com todas as suas forças na luta eleitoral? E o mais grave é que a iniciativa parte exatamente de grupos que, pelos seus compromissos, deveriam mais do que quaisquer outros estar empenhados na campanha para assegurar a vitória da chapa Lott-Jango. Por que, em vez de se enredar em fúrias dêsse tipo, o ministro Falcão não se empenha em sanar as dificuldades que existem ainda entre as forças que apóiam, ou devem apoiar, o marechal Lott? Por que não promove os meios visando consolidar, nos Estados onde se acha fendida, a coalizão PSD-PTB e, dessa maneira, trabalhar concretamente para o triunfo do marechal?

Ai está um dos lados do problema: no fundo das articulações patrióticas pelo sr. Armando Falcão escondese um jôgo diversionista contra a candidatura nacionalista do ex-ministro da Guerra. De fato, o sr. Falcão não tem feito outra coisa desde que se acha à frente da pasta da Justiça. É um homem já obcecado pela idéia de torpedear a candidatura Lott, qualquer que seja o recurso que para isso precise usar.

A conspiração anti-Lott constitui o aspecto imediato, a curto prazo, da manobra. Há, porém, um outro aspecto, a longo prazo, que o editorial de terça-feira do «Correio da Manhã» apresenta com toda nitidez. É o medo do povo, o horror à democracia. Percebem os setores reacionários do governo e dos partidos que, apesar de todas as limitações antidemocráticas, a opinião pública pesa cada vez mais no comportamento e nas decisões dos partidos. E nisso se encontra um índice do crescimento das forças populares, do movimento operário e nacionalista. É o que os políticos retrógrados e os agentes do imperialismo procuram evitar. O «Correio da Manhã» confessa, sem recorrer a eufemismos: é justa a preocupação dos partidos do centro em se reestruturarem para opor uma resistência e uma disciplina à pressão que sobre eles vêm exercendo as massas populares. Está aí descoberto o sentido da jogada.

Como se vê, os democratas e as forças nacionalistas não se devem deixar iludir pelo palavreado de Armando Falcão e seus parceiros. O que eles querem é torpedear a candidatura Lott e esmagar as liberdades democráticas. Mas o que o povo brasileiro quer é outra coisa: assegurar a vitória dos candidatos nacionalistas e consolidar e ampliar os direitos democráticos. As alterações que se impõem na estrutura partidária do país são as que se relacionam com a eliminação de dispositivos reacionários como o artigo 58 da Lei Eleitoral e a garantia da plena legalidade do Partido Comunista do Brasil.

Almir Mota

A Bahia Lançou Lott no «Rush» da Vitória

«Mais de vinte mil pessoas compareceram ontem à noite na Praça da Sé, num comício muito mais vibrante e com duas vezes mais participantes que o de Jânio».

Assim o «Jornal da Bahia», que não é lottista, noticiou a realização do comício do Marechal Lott, sábado último, em Salvador. E o jornalista de forma alguma exagerou. Apesar do tempo chuvoso, os baianos acorreram em massa à praça central de Salvador, tributando ao candidato nacionalista uma das mais calorosas homenagens jamais prestadas a um homem público na Bahia.

O próprio Marechal Lott mostrou-se empolgado com a amplitude da manifestação popular. E, logo no início de seu discurso, deixou ver que compreendia a razão daquele entusiasmo dos baianos pela sua candidatura nacionalista. «A Bahia tem experiência histórica da luta pela liberdade — lembrou; e liberdade não se conquista de joelhos. Conquista-se de espada em punho. O povo baiano bem sabe disso. A liberdade se conquista quando o povo vem para as ruas escolher seus dirigentes e depois manifestar a eles a sua vontade».

Sempre interrompido pelos aplausos da compacta multidão, o Marechal Lott expôs demoradamente, em seu estilo de conversa franca, o seu programa de governo nacionalista e voltado para os interesses populares, particularmente o que concerne ao ensino — es-

cola pública e gratuita para todos — a garantia das liberdades democráticas e dos direitos adquiridos dos trabalhadores. Ridicularizou a candidatura entreguista de Jânio Quadros, com seu símbolo «obsoleto» da vassoura numa época de aspiradores de pó; e acrescentou: «Os que estão do lado de lá (Jânio, Lacerda «et cetera») não querem a evolução, já que continuam, ainda, pregando a servidão permanente aos trustes internacionais».

Selada a união

Não apenas sob o ponto de vista da receptividade popular, mas também sob o da articulação política de cúpula, a visita do Marechal Lott à Bahia saldouse por um estrondoso sucesso. Com a sua presença e intervenção foi resolvida uma grave crise que ameaçava a união do PSD baiano, deixando fora da campanha nacionalista duas fortes alas dêsse partido, lideradas pelos

OPA sem máscara:

para obedecer

JK quer dólar

O Sr. Kubitschek, logo chegando ao festival fascista de Lisboa, fez um discurso sobre política externa, destinado a ter «grande repercussão». Se não teve, a fala presidencial pelo menos serviu para mais uma vez deixar claro o caráter de dependência e conciliação da atitude do «co-anfitrião» de Salazar diante do imperialismo norte-americano.

O discurso do Sr. Kubitschek (para variar...) visou a fazer propaganda da OPA e reclamar a ajuda dos Estados Unidos ao desenvolvimento econômico da América Latina. Até o lugar escolhido, como de propósito, chamava-se Palácio da Ajuda, onde a ditadura oferecia um banquete a seu grato hóspede. Num rompante «ousado», disse o Sr. Kubitschek: «Não aceitamos participar de nenhuma causa em atitude de obediência aos que nada vêm, aos que voltam as costas à realidade». E prosseguiu longamente neste tom, dirigindo-se aos donos do dólar, dizendo-lhes que não devem esperar obediência do Brasil, se não derem o dinheiro da OPA.

O Sr. Kubitschek, sem dúvida, foi longe demais no caminho da conciliação, e até esqueceu a sua conhecida habilidade verbal. Hoje, mesmo o mais modesto dos brasileiros estará meditando sobre a inevitável conclusão que se tira de suas palavras: se os imperialistas derem dinheiro, o Brasil se considerará na obrigação de obedecer. Em outras palavras, soberania tem um preço em dólar. Eis toda a filosofia da OPA.

E eis também como, revelando o verdadeiro caráter da OPA, o Sr. Kubitschek põe contra ela e contra si todo o novo brasileiro, pois nenhum brasileiro honesto poderá endossar as suas palavras. O Brasil não deve obediência a ninguém, por preço nenhum. O Brasil é um país independente e soberano, com interesses próprios a defender na arena internacional — os interesses ditados pela necessidade de preservar a paz mundial, e da conquista de nossa emancipação política e econômica.

Srs. Antônio Balbino e Vieira de Mello. Graças, particularmente, à atuação do Marechal, as diversas alas do pessimismo baiano chegaram a um acôrdo sobre as questões domésticas que as separavam, o que tornou possível mostrar, já no comício de sábado, a face unida das forças nacionalistas e populares da Bahia em torno de Lott e Jango, e deu a Jânio e seus comparsas a última certeza que lhes faltava da aplastante derrota que os espera na Bahia.

O ex-governador Balbino, aliás, foi uma das figuras de relevo do comício de Lott. Orador de fama, seu discurso — «Meu Marechal, o Brasil precisa ter como presidente um homem sério, um homem de verdade, como o senhor!» — foi dos mais aplaudidos pela multidão, que também mostrou grande regozijo com a notícia da volta da união à «família pessedista», para o apoio a Lott, ao ser lido, durante o comício, o telegrama enviado de Roma pelo Sr. Vieira de Mello, conclamando os seus amigos e seguidores a lutarem pela vitória de Lott e Jango.

Outro fator de êxito da visita de Lott, e de pânico nos arraiais jangistas, foi a atitude do Prefeito de Salvador, Sr. Heitor Dias, que formalizou o seu rompimento definitivo com o candidato da UDN — legenda com a qual foi eleito — comparecendo ao aeroporto para receber o candidato nacionalista, prestando toda ajuda e assistência na preparação do programa de Lott em sua cidade e, finalmente, aparecendo ao lado do Marechal no palanque do comício.

Exigência da Democracia a Legalidade Para o PCB

Está tomando impulso em todo o país a campanha pela legalidade do Partido Comunista do Brasil. De vários Estados têm chegado cada dia em maior número notícias de manifestações, individuais e coletivas, de forças populares e mesmo de órgãos oficiais, proclamando a necessidade da revogação do inconstitucional Artigo 58 do Código Eleitoral, que cria para os comunistas a inelegibilidade por opinião, e da outorgação de registro legal ao PCB.

A mais recente dessas manifestações ocorreu em São Paulo, por parte do líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado, deputado Abreu Sodré. Em declarações à imprensa local, terça-feira última, este parlamentar da UDN defendeu sem restrições o direito dos comunistas a gozar das liberdades democráticas garantidas pela Constituição federal, e afirmou: «Sou um combatente em favor da legalidade do Partido Comunista do Brasil».

No dia anterior, em Brasília, o deputado federal por Sergipe, Passos Pôrto, também da UDN, havia feito um discurso com igual veemência, em favor da legalidade para o PCB. Falando, da tribuna da Câmara, a propósito da idéia da formação de um novo partido político, disse o representante sergipano:

«Sou pela revisão dos quadros partidários, pelo reagrupamento das tendências políticas e, sobretudo, pela legalidade do Partido Comunista».

Por todas essas razões, às quais se soma ainda o extraordinário êxito popular do comício realizado na véspera pelo Marechal em Jequié, a visita de Lott à Bahia pode sem dúvida ser apontada como o marco do «rush» final para a vitória do candidato nacionalista.

Caravanas nacionalistas

Um numeroso grupo de deputados federais nacionalistas, de diversos partidos, está empenhado com o Marechal Lott neste «rush» final para a vitória em 3 de outubro. Entre eles estão os deputados Almino Afonso, Salvador Losacco, Celso Brant, Fernando Santana, Bocayuva Cunha, Rui Ramos, Cláudio Freitas, Hélio Ramos e vários outros, que já participaram dos comícios do Marechal Lott em Jequié e Salvador, e em diversos outros comícios realizados pelo candidato nacionalista na semana passada em uma série de municípios mineiros e baianos.

Este grupo de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista dividiu-se em várias «caravanas nacionalistas», que percorrerão o país em propaganda da chapa Lott-Jango, além de participar dos comícios que o próprio Marechal Lott presidirá, em número cada vez maior, nas próximas semanas, no Ceará, onde já se encontra, em São Paulo, onde está na semana próxima — falando em Rio Pardo, Ourinhos, Botucatu, Palmital, Assis, Paraguaçu, Presidente Prudente, Rancheira e Franca — e em outros Estados.

EM CAXIAS E S. GONÇALO

Prestes Aplaudido Por 25 Mil Pessoas

— Nem em 45 se viu tanta gente e tanto entusiasmo num comício!...

Este foi comentário quase unânime dos que assistiram aos comícios de Prestes, sábado e domingo últimos, em Caxias e São Gonçalo. A participação maciça do povo, as demonstrações de carinho da população para com o líder comunista, e um indescritível entusiasmo pelas palavras-de-ordem nacionalistas e populares marcaram, com efeito, a visita de Prestes àqueles dois municípios fluminenses.

Em Caxias, onde chegou na tarde de sábado, a convite da Câmara de Vereadores local, Prestes foi recebido na sede do legislativo municipal sob uma chuva de pétalas de rosas, que lhe eram lançadas por jovens de um comitê feminino especialmente constituído para recepção dele, e por uma comissão de vereadores, que o conduziu para a Mesa da Câmara. Com o recinto superlotado por uma calorosa multidão que aclamava sem cessar o seu nome, Prestes foi saudado da tribuna da Casa pelos vereadores Sabino Andrade e Luiz Braz de Luna, pelo Secretário-geral do PTB local, João Batista Lobo Sarmet, pelo deputado estadual Zulman Batista, e pelos líderes sindicais João da Cruz e Eraclides dos Santos. Encontravam-se ainda presentes os vereadores Pedro Bianco (Vice-Presidente da Câmara), Elias Lazaroni, Manuel Marins, José Barreto, José Honorato, José da Silva Barros (PSB), Thomé Siqueira Barreto (PSD), Antônio Maximiano Oliveira (PSD) e outros.

O comício, à noite, surpreendeu mesmo aos seus organizadores. Mais de 10 mil pessoas compareceram à praça principal da cidade para ouvir Prestes, que explicou demoradamente, em seu discurso, entrecortado de aplausos, os motivos do apoio comunista a Lott e Jango, e a necessidade para o país da vitória dos candidatos nacionalistas em 3 de outubro. Saudando Prestes, e proclamando também o povo a sufragar nas urnas os candidatos nacionalistas, falaram o engenheiro Roberto Saturnino Braga, o deputado Zulman Batista, o deputado Romelro Junior, os vereadores Manuel Marins, Elias Lazaroni, Sabino de Andrade e Pedro Bianco, os líderes sindicais Crassini de Almeida e Olímpio Alves, a Sra. Lídia Cunha e outros.

Em São Gonçalo

No comício do dia seguinte, em São Gonçalo, a afiliação popular foi ainda maior: não menos de 15 mil pessoas — cifra elevadíssima para a cidade — compareceram à Praça 22 de Agosto, e já às 18 horas



Foi o maior de todos

havam bloqueado completamente o trânsito naquele local. O comício era promovido pelo diretório municipal dos comitês nacionalistas Lott-Jango, em favor dos candidatos nacionalistas para 3 de outubro. Ao lado de Prestes, falaram então ao povo de São Gonçalo o dr. Plínio Barreiras, Presidente da Comissão Executiva Estadual dos comitês Lott-Jango, o coronel Alineu Côrtes Pires, deputado estadual e Presidente do Comitê Nacionalista de Niterói, o Sr. Jerônimo Pinheiro, do Comitê Interpartidário Nacionalista de São Gonçalo, Miguel Batista, pelos comunistas fluminenses, os vereadores José Lourenço e Waldomiro Cruz, os líderes sindicais Gabriel Alves de Oliveira e Emílio Bonfante, Armando Ferreira, pelos comunistas de São Gonçalo, o Sr. Horácio Valadares, o coronel Jorge Braune, Presidente do Comitê Nacionalista de Friburgo, e outros.

Prestes, que falou encerrando o comício e recebeu uma verdadeira consagração da enorme multidão presente, caracterizou para o povo de São Gonçalo o sentido entre-urbano da candidatura Jânio Quadros. Mostrou que, da mesma forma que Foz de Iguazú, na Argentina, Botacatu, na Venezuela, ou Juarez Távora e

A visita de Luiz Carlos Prestes, a São Gonçalo possibilitou a realização de um grande comício de propaganda da chapa Lott-Jango. Velhos moradores afirmaram que foi o maior comício realizado na cidade em todos os tempos.

tantos outros aqui mesmo no Brasil, que abandonaram as suas idéias liberais e nacionalistas da juventude e se venderam à grande burguesia e ao imperialismo, uma vez no poder, Jânio teve de cortejar a esquerda, em seus primeiros anos de vida política, mas hoje está completamente corrompido e vendido ao imperialismo norte-americano. Fiz questão de dizer-se amigo de Rockefeller e está apoiado no que há de mais reacionário e entreguista dos grupos financeiros de São Paulo. O Marechal Lott, ao contrário, embora certas idéias que ele defende contrariem as convicções nacionalistas e democráticas de nosso povo, está apoiado nas forças nacionalistas e progressistas do país, e é ele mesmo um homem honrado e patriota. Por isso, explicou Prestes, podemos estar certos de que o Marechal Lott, uma vez no governo, ao contrário de se vender, como Jânio Quadros, será levado cada vez mais a firmar suas posições no lado do povo e da nação. Pois a pressão imperialista sobre ele não exercida com intensidade e da forma que está provando a luta do povo cubano e do governo de Fidel Castro contra a intervenção jangueira.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Lemos no «O Globo», em correspondência de Lisboa, que JK deveria ter alegado terça-feira última com Salazar, no Castelo de Santo António, diante de um dos mais belos cenários da cidade, a Praia do Sol. Mostrase o jornal também informado sobre o tema da conversa, durante o almoço: As agitações do continente negro. O continente negro — como se o chão na África e nos demais continentes, não tivesse a mesma polí-cromia!

E os homens de pele negra, que se agitam no continente negro? Esses, em sua história, assemelham-se a muitos outros povos que tenham sido ou sejam ainda explorados pela dominação estrangeira. Se no Congo Belga o trabalhador negro recebe um salário sessenta e quatro vezes mais baixo que o salário de um agricultor de Brucelas, se no Rotéda do Norte um trabalhador das minas de cobre recebe a vigésima parte do salário de um mineiro europeu, também e certo que nas minas de Morro Velho am-

da há brasileiros reservatistas, em benefício dos dividendos de acionistas americanos, ferozes exploradores de eppons, cuja existência é uma infundável sucessão de horas de folga.

As agitações do Continente Negro, assunto de um colóquio do democrata JK com o fascista Salazar, gelam em veias aristocráticas o e o irmão dos irmãos Marinho. No entanto, aquelas agitações não diferem de outras que por exemplo levaram o arrebatado príncipe D. Pedro a dar o grito do Ipiranga. Agitações semelhantes são festejadas ainda hoje, com fortes doses de burocracia e de miséria, na Meca do Imperialismo, entre batidas de erro e de-astrês locais, no Independente Day. E se JK não esquecer, no Castelo de Santo António, as lições que aprendeu na escola de um negro pobre de Diamantina, deve reconhecer a lembrança de que as agitações do Alferes Trindades — agitações, pelos Marinhos do Século XVIII pertencem à mesma

sepe dos seus de agora, no chamado Continente Negro.

JK, numa de suas lesões, chegou em Portugal, a atuação admirável do ditador de Santa Comba Dão. O que leva a crer que Salazar, encorajado pela irresponsabilidade do interlocutor, tenha tomado, depois do almoço do Castelo, obter do co-anfitrião a cumplicidade de dois arlequins rapazes do Hamamiti para seus planos de repressão ao movimento libertador das colônias por sinal não muito portuguesas, pois os capitais lá investidos são genuinamente imperialistas. São capitais não-portugueses, com efeito, os das ferrovias de Beira e Benguela, da Transambeziana, do porto da Beira, dos canaviais e plantações de sisal e também de minas de diamante e explorações petrolíferas de Angola.

Será que JK aceitou, como presente de Salazar, um abito de feitor para servir aos imperialistas americanos e ingleses, através do tas-cismo português e da atuação ad-minevel da PIDE?

Povo Cearense Mostrou Que Fortaleza é Lott

FORTALEZA (Do Correspondente) — A visita de d. Edna Lott a esta cidade transformou-se num acontecimento de extraordinária repercussão em todo o Estado, e veio evidenciar o grande entusiasmo e o apoio maciço da população cearense às candidaturas nacionalistas de Lott e Jango. O comício realizado pela filha do Marechal Lott, em frente ao Teatro José de Alencar, foi uma manifestação popular de uma amplitude raras vezes observada, nesta Capital.

Mais de dez mil pessoas desde as primeiras horas da noite já lotavam completamente a Praça José de Alencar, em frente ao teatro, atraídas pela popularidade de d. Edna e pelas palavras-de-ordem nacionalistas pregadas por ela. Os deputados estaduais Esio Pinheiro e Wilson Roriz, e o líder sindical Vital Felix precederam d. Edna, ao microfone, apresentando-a ao povo cearense, e todos expressaram a certeza de uma vitória esmagadora da chapa nacionalista

Lott-Jango no Ceará, em 3 de outubro.

Quando tomou a palavra, d. Edna foi verdadeiramente ovacionada pela multidão, onde era notada a presença de numerosas delegações, com suas respectivas faixas de saudação, vindas de bairros e mesmo de cidades distantes da Capital, para ouvir e aplaudir a palavra desassombrosa daquela brava representante da mulher brasileira. D. Edna abordou, em seu discurso, alguns dos problemas mais urgentes do Ceará,

que é também vítima da espoliação do capital estrangeiro, e explicou porque o povo cearense, como todo o povo brasileiro, deve esperar do Marechal Lott, apoiado nas forças nacionalistas e mais sadias do país, e não do entreguista Jânio Quadros, a adoção de uma política voltada para os interesses do povo e da nação, e por isso capaz de dar solução aos seus problemas, de pôr fim ao seu sofrimento e à sua exploração. Com aplausos e vivas calorosos e entusiastas, que a toda hora interrompiam o discurso da oradora, a grande multidão presente mostrou a sua inteira concordância com as corajosas e patrióticas palavras de d. Edna.

Uma "tournee" vitoriosa

O enorme sucesso popular obtido por d. Edna Lott em Fortaleza apenas confirmou o êxito de sua excursão encerrada há dias por várias Capitais e cidades nordestinas. Além do comício na Praça José de Alencar, a filha do Marechal Lott participou de diversos outros atos públicos de repercussão na capital cearense, entre os quais a instalação do Comitê Estadual dos Comitês Nacionalistas Lott-Jango do Ceará, que congrega mais de cem comitês de bairro e de cidades do interior do Estado. O ato contou com a presença do próprio Governador Parsifal Barroso e de sua esposa, d. Olga Barroso — aclamada Presidente do Comitê Nacionalista Feminino — do Vice-Governador Wilson Gonçalves, e de outras autoridades locais, e foi assistido por outra considerável e entusiástica multidão, concentrada em frente à sede do Diretório Estadual do PSD.



No Ceará Jânio não tem vez

Mais de cem comitês nacionalistas já estão trabalhando pela vitória de Lott e Jango no Ceará. Eles compareceram em massa ao comício de D. Edna, em frente ao Teatro José de Alencar



O «rôlo compressor» para 3 de outubro

Os conhecedores das coisas cearenses contam que muito raras vezes se viu tanto povo e tanto entusiasmo em Fortaleza como no comício ali realizado por D. Edna Lott. A visita da filha do Marechal Lott à Capital do Ceará transformou-se em extraordinária demonstração de força da candidatura nacionalista naquele Estado nordestino

“MACULAN, SIM MAS COM LOTT E JANGO!”

Os trabalhistas de Curitiba vêm realizando intensas atividades políticas, promovendo concentrações nos bairros em favor da candidatura do sr. Nelson Maculan ao Governo do Estado. Entretanto tais comícios têm contribuído mais para desmoralizar a cúpula petebista do que para prestigiar-la. Assim, num comício realizado no bairro Cajuru, quando o locutor anunciou que se achava no palanque um emissário do sr. Jânio Quadros, vindo especialmente de São Paulo para falar ao povo da Cidade Sorriso, um grande silêncio de expectativa surgiu no seio do povo. Interpretando o silêncio como aprovação, o representante janista começou a falar. Errou no cálculo, porém. O silêncio era de desaprovção. E uma vaia tremenda, desas que ficam faladas, fêz-se ouvir. O orador tentou dominar a situação, continuando discursar, mas aí é que foi sua perdição. O povo passou a gritar: «Viva Lott-Jango! Viva Lott-Jango!» Por prudência, o orador foi então afastado da tribuna, pois podia acontecer o pior.

Nesse momento, um estudante nacionalista, que se achava perto, tomou o microfone e improvisou brilhante discurso em favor do nacionalismo e dos candidatos Lott, Jango e Maculan. O

comício terminou em autêntica festa nacionalista.

Entretanto, a cúpula petebista, inteiramente comprometida com Jânio, não gostou da coisa e, dois dias depois, os mesmos e teimosos elementos organizaram outra concentração, desta vez no bairro Novo Mundo. Grande massa popular. Quando começou o desfile de oradores, o povo passou a gritar: «Lott, Jango e Maculan». E sempre que um dos oradores «se esquecia» do nome de um dos candidatos nacionalistas, a multidão clamava: «Maculan, sim, mas com Lott e Jango!»

Também esse comício terminou como uma festa nacionalista, na qual falou, entre outros, o deputado estadual Waldemar Deros, o único representante nacionalista na Assembléia e, sendo do PTB sofre por isso pressão por parte dos dirigentes e donos do trabalhismo paranaense.

Assim, os trabalhistas de fachada encontram-se encurralados em Curitiba: ou falam nos candidatos nacionalistas — Lott, Jango e Maculan — ou recebem vaias do povo que, a esta altura, é quem dirige realmente os comícios.

LEIA «CONTOS MALDITOS» Escritor Paulista

ROBERTO VINICIUS FAGUNDES

NO 26 DE JULHO:

Pôrto Alegre Deu Viva a Cuba Revolucionária

Um grande comício no Largo do Medeiros e uma passeata pela rua da Praia até o Consulado norte-americano marcaram a data da revolução cubana em Pôrto Alegre, e foram o ponto culminante de uma campanha de esclarecimento e de solidariedade à luta do povo cubano, promovida pelos estudantes e as forças populares da Capital gaúcha. Durante uma semana, até o 26 de

julho, os estudantes distribuíram milhares e milhares de volantes e panfletos, lançaram manifestos e declarações à imprensa, conclamando o povo riograndense a colocar-se ao lado de Cuba, contra a agressão imperialista norte-americana.

Uma Comissão de Solidariedade a Cuba foi constituída, reunindo líderes operários, vereadores, representantes das diversas forças políticas do Estado, além dos líderes estudantis. Finalmente, às 18 horas do dia 26, realizou-se o comício do Largo do Medeiros, com a participação entusiástica de considerável massa popular. Os líderes sindicais Alvaro Ayala e Adamastor Bonilha, e deputado Paulo Couto, os vereadores Schreter e Marino dos Santos, ao lado de diversos e prestigiados líderes estudantis, falaram então ao povo, denunciando particularmente a pretensão dos Estados Unidos de utilizar a Organização dos Estados Americanos para intervir militarmente em Cuba, e exigindo de governo brasileiro que se ponha de acordo com os sentimentos de nosso povo, colocando-se ao lado de Cuba.

O comício foi encerrado com uma passeata, em que toda a massa popular presente percorreu a rua da Praia, cantando lemas de solidariedade à revolução cubana, até o local em que está situado o consulado norte-americano, onde foram depositados os cartazes e faixas do comício, enquanto a multidão cantava o hino nacional e dava vivas ao líder revolucionário cubano Fidel Castro.

Deputados, vereadores, líderes sindicais e estudantis riograndenses fizeram a «semana de solidariedade a Cuba» em Pôrto Alegre. Um comício popular e uma passeata, que terminou no Consulado norte-americano, foram o ponto culminante da campanha de denúncia contra a agressão imperialista à revolução cubana. A foto fixa um flagrante das manifestações



«Cuba, sim ianques não!»

Convite a Fidel Castro Para Visitar a Bahia

A Câmara Municipal de Conquista (Bahia) aprovou, por unanimidade, no dia 26 de julho, uma Mensagem de saudação a Fidel Castro, convidando o líder cubano a visitar aquela cidade por ocasião de sua vinda ao Brasil para parabenizar os alunos da Faculdade de Direito de Goiânia.

Diz o documento: «Todos sabemos o que era Cuba nos tempos da ditadura de Batista, o sargento cevado pelos trustes para trair e ser algoz desse povo. Nesse tempo Cuba era um castigo, um centro de humilhação e de degradação para o povo, mas também um privilégio, um céu azul, um paraíso para os que se beneficiavam com a exploração do povo, para os trustes.

Nosso povo acompanhou com paixão a luta imensa, cheia de ideal e de força, desse magnífico povo cubano que,

agora, tem sabido dar a Vossa Excelência o apoio indispensável para conduzir até às suas últimas consequências a revolução emancipadora, que tem sido inflexível para os trustes e justa para o povo que pode chegar até a tirar «o derradeiro prego da sola dos sapatos dos gringos».

O povo brasileiro, doutor Fidel Castro, que tem no seu passado as lutas contra holandeses e franceses, que tem seus mártires e heróis na Inconfidência, que regou o solo da Pátria com o seu sangue pela Liberdade, olha com amor a Vossa Excelência e ao povo cubano pelo movimento histórico e pioneiro que souberam fazer para a libertação de nossas pátrias da América Latina.

Nesta hora em que o imperialismo faz sanções econômicas à ilha, estamos fazendo em nosso país o movimento de solidariedade militante ao povo irmão

de Cuba, para que não seja embarcada, para os trustes imperialistas dos Estados Unidos, nem uma só grama de nossa açúcar, mesmo porque «o caminho de nossa libertação passa por Havana».

Os homens de Cuba — Vossa Excelência, Doriçós, Raul Castro, Rôa, Guevara — são nossos familiares, nós os admiramos e aplaudimos.

A Vossa Excelência, pessoalmente, doutor Fidel Castro, temos o prazer de convidar a visitar nossa Cidade por ocasião da paraninfa dos moços de Goiânia.»

O documento, do qual recebemos cópia autêntica enviada pelo 1º secretário da Câmara, sr. Alberto Farias, é assinado por Everardo Púlio de Castro, Alberto Farias, Jorge Stalde Dias, Ismênio Antunes da Silveira, Gildásio Cairo dos Santos, Vivaldo Mendes Ferraz, Nelson Gusmão Cunha, Iris Geraldo Silveira e Anfilólio F. Pedral Sampaio.

Carta do Sertão

Santa-rosa, 11 do mês, nesse agosto de secenta Manezin dos Anastos Recado do Zé Pimenta,

Nós passamo, como sempre, sem nenhum furnicimento, O pobe é o qui foi trabalhando coma boi, sofrendo qui nem jumental

Istê de Mané Padero, coitada, morreu antonte. Farta de reza num foi, nós chamemo Zê da Ponta Rezô na boca do istambo pra sai o mar-de-monte.

O rogado de Pêdo Lima, mio todo bunecado! O patrão abriu a cerca dexô Pêdo disgragado. O mio verde, o feijão tá sirvindo de ração pru miserave do gade

A gente num caso desse num tem a quem recorrer. Procura se se valente pra matá ou pra morrer

Vem aí, três de outubro, o dia das inleição. Nós achamo qui o Lote vai só nossa sarvação!

Sou Livêra, certo dia, disse pra nós, mèi zangado... — Jânio Quado presidente, eu di disgraçá a almente pra se prantá nos rogado. —

Nós samo cinquenta e seis qui tem tito pra votá. Uvimo o rincho da bêsta ninguém perçisa falá. Porém pú detrás do pang votemo no Marechá.

Marechá Texêra Lote vai sarvá noeso País. Nós cá iscuta no raide sôbe pobe o qu'êle diz. Basta fazê ametade, pelos campo, nas cidade, se vai vivê bem filiz!

O Marechá premeteu, não se dobrá pra ninguém. Mostrá ao rio qui o pobe é brasileiro tombê!

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragman Borges

REDACTORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64
Enderço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00
Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.
Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

"Mais-Valia" no Teatro Jovem

JOAO DAS NEVES

O Estado da Guanabara acaba de ganhar mais um grupo teatral: O Teatro Jovem. De sua estréia ficou-nos a agradável sensação de termos assistido a um espetáculo em que se experimentava. Experiência que foi rica em ensinamentos. Para o Teatro Jovem e para outros que, como ele, também procuramos.

A mais-valia vai acabar, seu Edgar é o segundo trabalho de Oduvaldo Viana Filho a que temos oportunidade de assistir no corrente ano. Guarda com o primeiro (Chapetuba F. C.) um traço comum. O sentido de pesquisa que os caracterizou e que já vai sendo uma constante de seu jovem autor. Perigosa aliás, pois não raro é bastante alto o preço a pagar pela usadia do empreendimento. E a mais-valia é, no caso, o exemplo típico de uma bela tentativa. Infelizmente frustrada.

Tentou o autor transpor para termos didático-teatrais a teoria da mais-valia. Mas o professor é ainda muito jovem. Não resistiu à tentação de realizar um sem-número de experiências, no intuito de melhor esclarecer aos alunos da plateia. E acabou confundindo-os com uma lição pouco clara, uma exposição que apenas em alguns momentos consegue ser convincente.

A peça explora em demasia os recursos fáceis de linguagem, as rimas em ão, em i, as repetições das sílabas finais das palavras, pretendendo talvez, através de efeitos cômicos, tornar mais amena a aula que se tentava ministrar. Mas as piadas popularescas (e não populares) acabam por passar ao primeiro plano, fazendo com que o tema central seja esquecido e, depois de certo tempo, por cansar o especta-

dor através da repetição exaustiva de sua fórmula. A peça se arrasta sem que haja um fio condutor até a cena em que os «economistas» discutem a causa determinante dos preços das mercadorias. As coisas se tornam mais claras. Não só a comicidade entra em função direta da explicação ao estabelecer o contraste imediato e intencionalmente chocante entre as «velhas teorias» e o marxismo, como também, a citação textual de Karl Marx é bem jogada e escolhida com muita felicidade. É bem verdade que, mesmo aí, o autor quase põe tudo a perder com a gagueira inteiramente postiça da personagem que expõe a tese marxista. Mas apesar disso a cena é boa e, daí para a frente, a peça se torna muito mais clara, mais nitida, há por exemplo a cena do sonho — muito boa — e, apesar de uma nova brincadeira incoerente e desnecessária (a entrada em cena de um mosqueteiro, oriundo de uma outra peça) o momento final da obra é muito bom e nele reencontramos inclusive aquele lirismo espontâneo do autor nos dois atos iniciais de Chapetuba F.C.

Mas é só isso. E é muito pouco. Não justifica o trabalho no todo. Não justifica a desumanização dos operários, não justifica por exemplo a existência de um operário que só fala em mulher. Parece um «filhinho de papai» vestido de macacão. Não justifica que o único dos operários a pressentir que alguma coisa está errada, a procurar as razões do lucro, comece a fazer graça para a plateia rir nos momentos menos indicados. Aquêles operários NÃO SÃO OPERÁRIOS. E isto é o mais grave. É pena. Pena porque achamos que o autor po-

deria ter feito coisa melhor, pena porque a direção de Francisco de Assis é muito boa, honesta, sensível, e conseguiu, sempre que a peça o permitia, criar momentos de real beleza no espetáculo, porque belíssima a música de Carlos Lira, quase sempre muito felizes os dispositivos cênicos de Kleber Santos e principalmente porque a equipe do Teatro Jovem, apesar da flagrante inexperiência da maioria de seus elementos, é talentosa, trabalha com entusiasmo e a bisonhice, coisa mais que natural em um elenco que se inicia, está quase sempre ausente.

De qualquer modo, valeu a experiência. Acreditamos na sensibilidade de O.V.F. Acreditamos que se retomar o mesmo tema poderá, depois deste espetáculo e de um novo exame do problema, ser muito mais feliz na sua realização. E depois, quem experimenta tem que errar. É tomando na cabeça que se aprende. Não é mesmo?



A sopa da exploração vai acabar

Procurando levar para o teatro os problemas da exploração movida pelos capitalistas à classe operária, o jovem autor que já nos apresentou «Chapetuba Futebol Clube» — Oduvaldo Viana Filho — aborda em sua peça ora na Arena da Faculdade de Arquitetura o tema da mais-valia, com o concurso do recém-formado grupo Teatro Jovem.

EM DEFESA DA ESCOLA PUBLICA

NUNES MENDONÇA

Prof. de Pedagogia e Sociologia Educacional do Substituto de Educação de Sergipe

A sobrevivência dos ideais aristocráticos da cultura é, certamente, no Brasil, poderoso obstáculo a um programa democrático de educação, capaz de atender não somente à integração e assimilação social e cultural como, de modo específico, ao desenvolvimento do País.

A formação de uma cultura livre e desinteressada persiste como meta do ensino secundário e superior, que reflete, ainda hoje, a velha dualidade que correspondia à antiga estrutura econômica e social do País e, por muito tempo, caracterizou o sistema brasileiro de educação, quando as escolas secundárias e superiores eram privilégios das elites, cabendo ao povo apenas míngua de ensino elementar e profissional.

Ressurgem, agora, com o Substituto ao Projeto de Diretrizes e Bases, aprovado na Câmara Federal, os anacrônicos ideais aristocráticos da educação, mal disfarçados nos propósitos discriminativos e no intuito de, em benefício daqueles que buscam «educação para o lazer, o parasitismo burocrático e a promoção de status social», restringir os investimentos públicos no desenvolvimento da educação para todos. Permite a Constituição Federal, liberalmente, a chamada «escola de classes», que outra coisa não é a escola particular, discriminatória por excelência, destinada a manter os privilégios das classes dominantes e a servir às forças retrógradas.

O Estado não só permite como favorece e estimula a iniciativa particular em educação. Sacrifica até a expansão de sua rede escolar e o melhoramento do ensino para subsidiar empresas privadas. A invocação, portanto, do direito da família contra inexistentes tendências totalitárias, estatais, da educação, não passa de «cortina de fumaça», como bem o disse Darcy Ribeiro, para esconder «os verdadeiros de-

sígnios de assalto ao erário público».

Não satisfeitos com a liberdade do ensino e as regalias que usufrui a escola privada, legisladores brasileiros, através da Lei de Diretrizes e Bases, querem sufocar os ideais democráticos da educação, assegurando à escola particular, sem reclamar-lhe sequer os deveres exigidos da escola pública, todas as vantagens, inclusive a de ser financiada com recursos públicos e de dirigir o ensino!

Todos sabemos que a escola privada, subordinada a interesses de grupo, ministra a educação de classe e se opõe ao processo democrático de integração social. Custeá-la com as verbas públicas, equipará-la, para todos os fins, à escola pública, aumentar-lhe os privilégios, permitir que os seus representantes dirijam a educação, será um atentado frontal contra os interesses coletivos, contra a democratização do País, contra a equitativa distribuição dos benefícios da educação, contra a emancipação mental do povo e o desenvolvimento, no seio das massas, de atitudes de independência e hábitos de investigação e crítica.

A escola particular, rotineira, tradicionalista, estabilizadora, sectarista, segregadora, aristocrática, não pode ser igualada à escola pública nem gozar dos mesmos direitos e vantagens, numa sociedade em marcha para um estilo democrático de vida, que exige, por isso mesmo, uma educação democrática. Muito menos ditar normas para as instituições públicas, pois isso seria submeter os interesses coletivos aos interesses privados, preferir os direitos do povo em favor das pretensões inadmissíveis de minorias privilegiadas e de forças reacionárias.

A educação é uma função social e incontestavelmente pública, por-

tanto uma obrigação fundamental do Estado. Somente a escola pública, resguardada das influências deformadoras e dilatada nas suas atividades e na sua ação educativa, pode desempear, na comunidade, a missão democrática da educação, abrindo largas perspectivas à integração e assimilação social, à elevação do nível cultural das massas, ao aproveitamento das vocações e dos valores humanos, à formação mais completa do homem, à eficiência social e à unidade nacional.

A reconstrução educacional, que o País exige, só é possível através da escola pública, em todos os níveis, e mediante um ensino vital, um ensino de cunho predominantemente existencial, que a todos capacite para enfrentar, com eficiência, consciência humana e cívica, responsabilidade social e espírito de amor ao próximo, de igualdade e fraternidade, os problemas da vida e as atividades econômicas e sociais a que cada um se destina.

Só um sistema público de educação, abrangendo todos os graus e ramos de ensino, só a escola pública, francamente democrática, sem caráter discriminatório, pode realizar a «justiça na desigualdade», de que falava Ingenieros, conduzindo os povos a «atlética democracia», sonhada por Walt Whitman. Só a escola pública, comum e gratuita, em todos os níveis, pode realizar uma grande experiência democrática, franqueando a todos os estratos da sociedade as estradas da autonomia humana e da ascensão social.

É tolerável — no atual estágio de nosso processo histórico — a existência da escola particular, desde que mantida por sua clientela e sujeita às leis que lhe devem regular o funcionamento.

Se as famílias bem classificadas na hierarquia social não querem seus filhos misturados com a plebe,

na escola pública, não lhes assiste o direito de exigir do Estado que sacrifique a educação do povo para sustentar-lhes as escolas especiais. Compete a essas «boas famílias» prover o financiamento da escola privada, prevenindo-lhe os possíveis déficits.

Não justifica, absolutamente, a oficialização da escola privada e a participação do particular na direção do ensino a alegação de que o poder público não vem desempenhando, a contento, os encargos educacionais. Tampouco o argumento de que os tributos arrecadados pelo Estado conferem à escola particular direito ao financiamento público.

O que pretendem é obstar a educação popular. Impedir a ascensão das massas aos quadros dirigentes da vida nacional. Frenar as tendências progressistas e democráticas da educação. Contrariar as aspirações do povo. Manter prerrogativas e restrições, chocantes injustiças sociais, mediante uma educação de caráter aristocrático e prioritária para as classes dominantes. Diferir a desintegração da cultura tradicional. Entravar a mudança cultural. Acentuar a distância social. Restaurar um passado melancólico, felizmente irreversível. Tornar a educação privilégio de ricos, e instrumento de tendências de regressão.

As vergonhosas concessões que intentam fazer à escola particular implicam na subversão dos valores emergentes da democracia, no sacrifício dos processos democráticos de integração social, na impermeabilização das classes, na manutenção da ignorância popular e dos hábitos de submissão irracional, no predomínio de uma educação divorciada das necessidades sociais, por que destinada à formação de uma cultura inútil e socialmente irresponsável.

Por outro lado, a expansão de um ensino primário mais prestigiado, de conteúdo mais rico, mais enquadrado na sua função social, mais adaptado às condições e interesses locais e mais integrado na cultura nacional, como fator de unidade e progresso, é imperativo das tendências brasileiras para uma civilização democrática e industrial, a que se onça a distribuição dos recursos federais para a educação, determinada no Substituto ao Projeto de Diretrizes e Bases.

Se existem, outrossim, erros na educação brasileira, um deles, por sinal grave, é a centralização, especialmente no setor do ensino secundário, contra a qual se vêm batendo os defensores da escola pública. Pois bem, a lei de Diretrizes e Bases, aprovada na Câmara Federal, pouco favorece a desejada descentralização educacional.

Não se pode, evidentemente, fugir à conclusão de que a preposição em tela atenta contra os direitos do povo e os interesses nacionais, constituindo, portanto, «um anacronismo educacional» que merece o repúdio dos brasileiros, que lutam por construir uma Nação soberana, democrática, próspera, feliz, erudita e consciente de sua missão histórica.

É necessário reagir. Protestar. Lutar. Despertar a consciência nacional. Mobilizar o povo. Enfrentar as forças conservadoras que querem, a todo o custo, restabelecer a desigualdade, restringir as oportunidades educacionais, obstruir a circulação social, barrar ao povo o acesso aos «status» mais elevados na escala social e retardar o desenvolvimento nacional.

UM CARDEAL CHAMADO SIRI

Velo num matutino o telegrama que pode provocar imensas gargalhadas: um cardeal de nome Giuseppe Siri, — mais Siri do que José, conde-nado categoricamente, advinhem o que? as calças compridas usadas pelas mulheres.

Não sei se vocês leram esse telegrama. Vale a pena conhecê-lo pelo que aqui transcrevo algumas palavras de Siri, bispo de Gênova: «Esse costume prejudica a psicologia feminina e a longo prazo prejudica também a família e a fidelidade conjugal», disse ele em pastoral. E ainda mais: «De que serão capazes tais mulheres já acostumadas a usar calças de homem do qual se consideram rivais e competidoras?»

Pra começo de conversa não compreendo essa fidelidade conjugal e essa família pela tabela Price. O que querará dizer Siri? Ou será coisa de má tradução? Quanto ao resto da pastoral (acho espantoso que se faça uma pastoral contra calças compridas) chega a ser ridículo: 1) as calças usadas por nós mulheres não são de homem; são de mulher mesmo; 2) as mulheres de hoje não se consideram rivais nem competidoras do homem. Querem somente e lutam para ter os mesmos direitos que seus irmãos, já que têm também os mesmos deveres. Por que chama Siri as calças femininas «violação das leis da natureza tendo como efeito a destruição dos lares, a perversão das crianças e o recurso ao suicídio no final de uma senda de desespero?»

Vocês já ouviram falar em qualquer desses pontos misturados com calças compridas femininas? Eu nunca. Que um cardeal, usando salias amplas não suporte calças compridas, é compreensível. Que alguém não tendo direito a vestir como os demais odeie os demais por usar o que ele não pode e queríssimo; mas achar que a calça comprida das mulheres pode levar alguma ao desespero e ao suicídio, isso é que jamais aconteceria.

Conheço milhares de mulheres, mulheres mesmo, que adoram andar de calças compridas e que não abdicaram de sua feminilidade, que são pessoas perfeitamente normais, que trabalham para viver ou são ótimas donas de casa e mães de família, que não caem em degradações, que casadas, solteiras ou viúvas vivem com a maior das dignidades e nunca pensaram no suicídio. Naturalmente não vestem só calça comprida, usam seus vestidos, gostam de ter coisas bonitas, mas ne mpor isso deixam de ter, nos seus guarda-roupas, as calças que Siri odeia.

A parte final do telegrama diz que o cardeal no fim da pastoral pede aos costureiros que saquem o engenho a fim de que o sentido artístico e o bom gosto profissional criem soluções que não comprometam o eterno sentido da feminilidade.

Ora vejam só esse Siri. Engraçado é que a Igreja Católica e o atual Papa andam muito empenhados em modernizar os hábitos e costumes da mencionada igreja, o que não impede que apareça um Siri dizendo bobagens. Nunca pensei que calças compridas femininas provocassem pastorais. Essa, não.

Enclido

Tópicos Típicos

Do alto de seus dois metros de comprimento, o simpático arquiteto Flávio Marinho Rêgo, em artigo publicado no «Jornal do Brasil» de 6.8.60, parece não ver bem a realidade sobre a qual caminha. Diz ele: «Com a explosão da primeira bomba atômica, ficou bárbaramente realçado um ciclo racionalista com seu trágico objetivo. E' muita magnanimidade do Flávio chamar de racionalismo a expressão máxima da irracionalidade fascista».

Paulo Francisco enverrou-se porque dissemos que ele era generoso consigo mesmo. Abichornou-se:

«Mais um pobre diabo tentando, pela provocação, fazer nome às minhas custas» («Última Hora» — 4.8.60).

Confirmando, portanto, a nossa observação: mesmo ao insultar, não deixa de autovvalorizar-se, colocando a sua afilta pessoinha no centro dos acontecimentos.

Triste sina a do Paulo Francisco, com tanta gente fazendo nome às custas dele. Ainda são recentes as marcas dos castigos literário de Antônio Maria e físico de Adolfo Celli.

Carlos Drummond de Andrade, numa de suas crônicas para o «Correio da Manhã», semana passada, critica a caiação em árvores dos nomes dos candidatos não financiados pelos trustees, concluindo que as «sergeiras» nunca deram fruto e as «doteiras» dão frutos que não se comem. Respeitamos seus grandes méritos de poeta, tanto quanto lastimamos suas considerações estético-político-frutais, que o nivelam aos editoriais de «O Globo».

Legisladores venezuelanos aprovaram moção de apoio a Fidel Castro, afirmando: «Cuba tem o direito de determinar livremente seu próprio destino».

Corção («Diário de Notícias» — 7.8.60) pergunta:

«Que quer dizer Cuba? Que quer dizer tem o direito? Que quer dizer determinar? Que quer dizer livremente? Que quer dizer seu próprio destino?»

Você é burro, hem Corção.

No Suplemento de domingo de «Jornal do Brasil», Glauber Rocha faz a seguinte excelente observação sobre filmes documentários:

«Jean Manzon criou um pequeno truste: para ele não interessa que o filme curto de arte se desenvolva no Brasil, pois isto apagará a sua qualidade defendida por certos jornalistas reacionários, como Rubem Braga, que encontra no combate ao cinema brasileiro uma boa válvula de escape para as suas frustrações artísticas».

Pedro Severino

IONEST LE PREMIER BESOIN DU PEUPLE
NISTHE FIRST NEED OF THE PEOPLE



Educadores do Mundo Reunidos na Guiné

No dia 27 último foi instalado em Conakry (Guiné) o III Congresso Mundial de Educadores. Dêle participaram, entre outras, delegações do México, Cuba, Haiti, Venezuela, Chile, Uruguai, Brasil, Equador, Espanha, França, Itália, República Democrática Alemã, Din-

marca, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, União Soviética, Iugoslávia, Mongólia, Suíça, China, Viet-Nam, Indonésia, Índia, Japão, República Árabe Unida, Togo, Ghana, Serra Leoa, Camerun, Mali, Com-punham a delegação do Brasil os professores José de Almeida Barreto, presidente da FITEE, Henri-

que Miranda, 1º secretário da mesma organização, Bayard Boiteux, presidente, e Levy Borborema, 1º secretário do Sindicato de Professores do Rio de Janeiro. Na foto, Sekou Touré, presidente da Guiné, pronuncia, da tribuna, o discurso de abertura do Congresso.

Teatro

Beatriz BANDEIRA

"De Repente, no Verão Passado"...

Continuando na Maison de France o Movimento das Jovens Companhias tivemos, na semana passada, a estreia do novíssimo grupo "Os Artistas Associados", com a peça de Tennessee Williams "De Repente, no Verão Passado". O título sugere poesia, ternura, lirismo... Mas não há nada disso. Ao contrário. O que há de poesia no texto, sem dúvida de boa qualidade, sob o ponto de vista formal, fica diluída em um mar de taras, perversões e morbidez. O tema se desenvolve em torno do personagem principal da peça, ou seja, um poeta cuja morte é apresentada ao espectador de duas maneiras bastante diferentes, através da atuação das mulheres que o disputaram em vida: a mãe, velha rica, orgulhosa, temperamento psicopático e a prima pobre que lhe assistiu à morte e se apresenta, em consequência disso, completamente traumatizada. Concorre para agravar-lhe o estado a perseguição que lhe move a velha tia a quem, não convindo a divulgação dos fatos desabonadores ligados à vida anormal e morte escabrosa do "seu poeta", encerra a sobrinha em uma clínica de doentes mentais, submetendo-a a toda sorte de torturas. No início do primeiro ato temos conhecimento de que a velha senhora pretende subornar um médico jovem se iniciando na profissão, a fim de convencê-lo da necessidade de transferir a moçinha para o hospício e submetê-la aos barbarismos de uma operação no cérebro, já de há muito condenada: a lobotomia. A peça, em 2 atos, termina sem que se saiba qual a resolução a ser adotada pelo médico, com referência à moça, ou até que ponto os fatos por ela narrados são verídicos ou deformados pela desagração mental, motivada pelo choque produzido pelos fatos presenciados e vividos por ela. De tudo o que fica bem claro, através do depoimento das duas mulheres é que Sebastião, o poeta, homem de 40 anos, era homossexual, exibicionista, sádico, etc. E que sua aristocrática mãezinha lhe dedicava igualmente uma afeição totalmente anormal, referindo-se a ele como o filho mais querido, anaaionada ao falar em seu amante. Para completar o quadro edificante há a mãe e o irmão da moçinha, preocupadíssimos em não desmentir a velha senhora a fim de que lhe seja garantida a parte da herança legada pelo primo. Narrado assim por alto não se tem nem uma leve ideia da violência e torção da história. Sai-se do teatro com a impressão de que se levou uma surra. E com um sentimento da tristeza diante da total falta de orientação dos jovens que se organizaram em companhia, enfrentaram, naturalmente, mil dificuldades, estudaram com uma seriedade impressionante seus difíceis papéis, cujo desempenho importa em um tremendo desgaste de energia física, nervosa, mental (queremos nos referir ao magnífico trabalho das atrizes Miriam Mehler e Teresa Austregésilo) desrespeitaram a Lei 1565 de 3-3-52 que determina a obrigatoriedade de estrear com peças nacionais, tudo isso para nos apresentar essa monstruosidade que nem mesmo como peça teatral é válida.

UMA COMÉDIA BEM BOLADA:

Abismo de um Sonho

Abismo de um Sonho (Lo Sceicco Bianco), de Federico Fellini, inaugurou o festival "História da Cinema Italiano", promovido pela cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. A escolha não poderia ter recaído sobre filme mais apropriado para iniciar uma tão importante mostra cinematográfica. Abismo de um Sonho possui o encanto das coisas simples, a marca do bom cinema e a graça da melhor comédia. Em sendo a primeira película inteiramente dirigida por Fellini — depois de um fecundo trabalho como roteirista e de ter co-di-

DESMASCARADO O JÓGO ENTREGUISTA NA GUANABARA:

Amaral Tramou Com Lacerda a Divisão Dos Nacionalistas

Vai se tornando cada dia mais claro o objetivo reacionário e entreguista dos que insistem em dividir as forças nacionalistas e populares da Guanabara, na eleição do primeiro governador do novo Estado. A imprensa noticiou, sem desmentido, que o sr. Augusto do Amaral Peixoto, dirigente do PSD carioca e principal sustentáculo da candidatura divisionista do marechal Mendes de Moraes, já foi convidado — e aceitou — para ser o candidato a vice-governador do Estado na chapa de Lacerda, quando houver eleições para esse cargo.

Torna-se assim evidente a quem de fato aproveita o lançamento e a sustentação da candidatura Mendes de Moraes. Lacerda se apressa em recomendar e estimular o grande batalhador pela divisão de seus adversários. Foi o sr. Augusto do Amaral Peixoto quem, primeiro lançando a candidatura do engenheiro Maurício Joppert, e depois impondo, com a complicitade do Presidente Kubitschek, o nome de Mendes de Moraes, tornou-se o responsável maior pelo rompimento das negociações entre o PSD e o PTB, que visavam ao lançamento de um candidato único dos dois partidos para o Palácio das Laranjeiras.

A revelação do conluio entre Lacerda e o chefe do PSD carioca, em torno do posto de vice-governador, prova que o objetivo do sr. Amaral Peixoto é efetivamente o de enfraquecer a posição das forças populares e nacionalistas, dando a Lacerda a chance de conquistar para a light e Mr. Cabal o governo da Guanabara — chance que este profissional da delação e do entreguismo de forma alguma teria, se os partidos e as forças mais próximas das aspirações populares e nacionais marchassem unidos para as eleições.

CONCLAP financia Mendes

Outra prova do sentido reacionário da candidatura Mendes de Moraes está no fato de que o famigerado CONCLAP pôs os seus cofres à disposição do candidato divisionista para financiar a sua campanha na televisão. Cada hora na televisão custa um milhão e quinhentos mil cruzeiros. Por aí se tem uma ideia do quanto tem custado a farta propaganda de Mendes de Moraes pelas emissoras de TV, onde o candidato pedesista se tem refugiado, fugindo à indiferença e à voia que recebeu do povo, nos poucos comícios que tentou fazer.

Mas também se entende e se compreende por isso o quanto é preciosa para a light e para os grupos reacionários mais ferozes da Guanabara, que atuam através do CONCLAP, a ajuda que lhes está prestando o divisionista Mendes de Moraes. O CONCLAP (Conselho das Classes Produtoras), que também está financiando, e abertamente, a desenfreada demagogia que vem sendo derramada por Lacerda pela televisão, é um órgão descaradamente a serviço do imperialismo norte-americano em nosso país. A sua frente estão os Rui Gomes de Almeida e Jorge Bhering, os mais agressivos e inescrupulosos agentes dos monopólios ianques no país, que o organizaram precisamente com o objetivo de intervir na política e nas eleições brasileiras; atrás deles estão os interesses e o dinheiro da Light, do famoso «Ponto IV» ianque e das outras agências locais do imperialismo ianque.

Os dólares do CONCLAP e o conluio entre Lacerda e Augusto do Amaral Peixoto demonstram a justiça da ruidosa voia com que o povo carioca tem «agraciado» o candidato e o dirigente do PSD da Guanabara, como se viu, particularmente, no recente comício do Marechal Lott no Méier.

A campanha de Sérgio

Apesar da persistência das manobras divisionistas em favor de Lacerda — cristalizadas nas candidaturas Mendes de Moraes e Tenório Cavalcanti — a união, pela base, das forças nacionalistas e populares vem se consolidando, em torno da candidatura do deputado Sérgio Magalhães. O candidato do PTB, do PSB e de outras forças populares vem intensificando a sua campanha, notadamente nos bairros onde predomina a classe trabalhadora, e está obtendo um crescente e inegável êxito eleitoral.

Sábado e domingo últimos o deputado Sérgio Magalhães realizou comícios, com grande participação e entusiasmo popular, nos bairros de Realengo e Guadalupe. Ainda que lhe faltem os recursos financeiros que sobram aos seus adversários, as forças populares que o apoiam estão intensificando dia a dia o trabalho de propaganda de rua, através de faixas, cartazes, comícios valentes, etc. E o próprio candidato, à medida que nos aproximamos do pleito, se empenha integralmente em sua campanha.

Desde já está elaborado um pro-

grama de dois grandes comícios por semana, a ser cumprido pelo candidato nacionalista. Nos próximos dias 13 e 14 (sábado e domingo) ele presidirá a comícios, respectivamente, em Santa Cruz e no Morro do Borel. No domingo, estará presente a sessão de encerramento do III Congresso Nacional Sindical.

Nas próximas semanas, é o seguinte o programa de comícios do sr. Sérgio Magalhães: dia 20, em Campo Grande; dia 21, na Praça Séca; dia 22, em Vigário Geral (Praça Barbosa Lima); dia 23, em Paqueta (às 11 horas) e à noite na Praça Barão de Drummond; dia 24 de setembro, na Saúde; dia 4, em Bangú; dia 7, na Praça General Osório; dia 10, na Praça Saenz Pena; dia 11, em Bonsucesso, na Praça das Nações; dia 17, em Madureira; dia 18, em Padre Miguel; dia 24, em Rio Comprido e dia 25 em Santos Dumont.

Além dos comícios, o candidato nacionalista tem programados encontros com líderes sindicais, com estudantes, com lavradores (dia 21 em Jacarepaguá), com funcionários públicos (dia 24 na ABL) e com intelectuais.

Sindicatos baianos

fizeram

Congresso

Os trabalhadores da Bahia realizaram o seu III Congresso Sindical Estadual de 31 de julho a 2 de agosto. O conclave contou com a representação de trabalhadores de todo o Estado. Além de debater o tema do III Congresso Sindical Nacional, os trabalhadores baianos fixaram sua posição face ao atraso em que se encontra a economia nordestina, exigindo dos governos da União e do Estado a adoção de medidas em favor da industrialização da região. Os trabalhadores manifestaram-se a favor da reforma agrária, e contra o monopólio da carne verde feito pelo frigorífico São Francisco. O conclave, que contou com a presença de representantes dos governos estadual e municipal, e de todas as Confederações Nacionais de Trabalhadores, decidiu prestar o seu apoio à revolução cubana, e enviar uma numerosa delegação ao III Congresso Sindical Nacional.

ROMANO ENGANA O POVO E ATENDE AOS FRIGORÍFICOS

Está Sendo Preparado Novo Aumento da Carne

O presidente da COFAP, sr. Guilherme Romano, já está preparando um novo aumento dos preços da carne bovina. Prometeu aos dirigentes do Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo, sr. Marílio Aléssio e Arnaldo Martinelli, que, dentro em breve, será alterada a tabela do produto de segunda qualidade.

Para despistar e fingir, perante o povo, que é contra uma nova majoração dos preços, declarou à imprensa que determinou severa fiscalização no mercado de varejo e não permitirá que os açougues vendam a carne fora do tabelamento. No mercado atacadista já houve aumento e o sr. Romano nenhuma providência tomou para evitá-lo, pois desde que assumiu a Presidência da COFAP comprometeu-se com as empresas frigoríficas a liberar, inteiramente, o boi em pé e a carne, o mercado atacadista. Mas a liberação total seria feita em duas etapas: primeiro liberaria os preços do boi e das carnes de «trazeiro», fornecidas aos açougues pelas empresas frigoríficas. E o fez, em dezembro do ano passado, quando deixou tabelado, apenas, o «dianteiro», de que se retiram os tipos de carne de segunda. A segunda etapa seria a liberação do «dianteiro», que os representantes dos frigoríficos estão exigindo, agora, com a mesma alegação de que os industriais estão pagando mais caro o boi e não poderiam fornecer, dentro de um tabelamento rígido, nem mesmo o «dianteiro», cujo preço fixado é de Cr\$ 39,00, por quilo, do atacadista ao varejista. No mercado varejista os preços da carne de segunda variam entre Cr\$ 38,00 e Cr\$ 65,00, o quilo, nesta capital, em Niterói, São Paulo e Belo Horizonte.

Esses preços da carne de segunda qualidade foram fixados quando o sr. Romano, ao substituir o general Uruaty Magalhães, na Presidência da COFAP, resolveu liberar os tipos de primeira qualidade, cujo preço então tabelado em Cr\$ 62,00 subiu exageradamente, variando entre Cr\$ 120,00 e Cr\$ 130,00 por quilo. Alegava-se que essa alta garantiria a estabilidade dos preços da carne de segunda.

Mas agora as empresas frigoríficas alegam que não podem comerciar dentro desse tabelamento. Declaram que

estão adquirindo boi das invernadas à razão de mil e com cruzeiros a arribôba. Sabe-se, entretanto, que os grandes frigoríficos, Armour, Swift, Anglo e Wilson, além de suas instalações industriais, dispõem de grandes campos de recria e engorda, são os senhores das grandes invernadas do Brasil Central. São os ditadores do preço do boi em pé, como já o disse o general De Paranhos Antunes, que foi chefe de Gabinete da Coordenação da Mobilização Econômica, e estudou bem o problema da pecuária do corte. O jogo dos preços já está, aliás, desmascarado. As invernadas de Anglo, Swift, Armour e Wilson ou de seus «testas de ferro», no Brasil Central, aumentam o preço do boi em pé quando interessa às indústrias dessas mesmas empresas majorar excessivamente o preço da carne, para que se reduza o consumo no mercado interno, pois o que pretendem é aumentar suas quotas de exportação. Querem impor o racionamento pela alta de preços. O sr. Romano sabe disso, mas não reage porque está cumprindo uma promessa feita às empresas frigoríficas, de liberação total dos preços da carne.

Preço do leite

Com a divulgação da nova portaria de tabelamento dos preços do leite «in natura», confirmaram-se todas as nossas informações. O preço, por litro, do leite engarrafado, subiu de Cr\$ 14,00 para Cr\$ 20,80 e o sr. Romano já declarou que conseguiu uma redução, evitando que se vendesse o produto a Cr\$ 24,00 o litro.

Alegavam os controladores da produção leiteira que a indústria paga mais pelo produto, por isso que não haveria maior interesse em entregá-lo para o consumo «in natura». Entretanto, a portaria estabelece um preço de Cr\$ 13,00 por litro, ao produtor, para a quota destinada ao consumo «in natura» e um preço de Cr\$ 10,00 por litro, para o leite destinado à indústria. E o representante das indústrias no Plenário da COFAP, sr. Mário Di Piero, mesmo assim aprovou a tabela com restrição, alegando que a COFAP não poderia fixar preço mínimo. Deste modo, os industriais continuarão pagando preço ainda inferior a dez cruzeiros aos produtores de leite, que são por eles explorados.

AULAS DE RUSSO

Se você está interessado no estudo de russo, faça imediatamente uma assinatura da revista «MUJER SOVIETICA» em espanhol que, a partir de julho, está publicando lições para principiantes, elaboradas pela Professora Nira Potapova.

Esta revista também publica modas, arte, cultura, educação infantil, reportagens, história e poesia.

Assinatura anual Cr\$ 400,00

Faça seu pedido, enviando esta importância em vale postal ou cheque pagável no Rio de Janeiro para a

Editorial Vitória Ltda.
RUA JUAN PABLO DUARTE, 50/SOB.
Caixa Postal 165
RIO DE JANEIRO, GB.

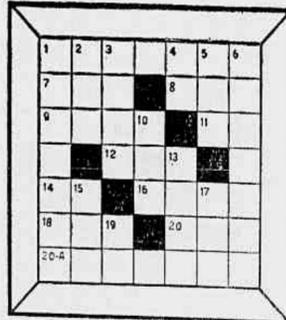
Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 22

HORIZONTAIS: 1 — Fechadura móvel. 7 — Anel. 8 — Óxido de cálcio. 9 — Moeda italiana. 11 — Nome que os antigos egípcios davam ao sol. 12 — Divisão de peça teatral. 14 — Prefixo: duas vezes. 16 — Gostei muito de 18 — Altar dos sacrifícios. 20 — Governanta. 20-A — Raspaduras.

VERTICAIS: 1 — Traidor das forças brasileiras na guerra contra os holandeses, em 1633. 2 — Nome próprio masculino. 3 — Nome próprio feminino. 4 — Antes de Cristo. 5 — Oferecer. 6 — Fábrica de louças (pl). 10 — Fruto da ateira. 13 — Nome próprio masculino. 15 — Cólera. 17 — Ave pernaltta. 19 — Artíq feminino plural.



RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 21

HORIZONTAIS: 1 — Lar; 4 — Cruz; 7 — Olar; 9 — Teat; 10 — Avie; 11 — Alma; 12 — Assobio; 13 — Clarete; 17 — Oral; 19 — Tara; 20 — D; 21 — Ely; 22 — Era; 23 — Asa. VERTICAIS: 1 — Loat; 2 — Alva; 3 — Reia; 4 — Cris; 5 — Rampo; 6 — Ura; 8 — Resvale; 9 — Tablete; 13 — Crer; 14 — Lava; 15 — Tab; 16 — Erros; 17 — Ode; 19 — Au.



Esta foto, tomada durante as filmagens de Abismo de um Sonho (Lo Sceicco Bianco), mostra-nos o diretor Federico Fellini (óculos escuros e de bone) ao lado da jovem atriz Brunella Bovo, do ator Alberto Sordi e demais elementos da equipe técnica. Abismo de um Sonho é o primeiro filme de Fellini e a única (e excelente) comédia de sua carreira.

Uma equipe respeitável

Nacionalização: Acabou Império Ianque em Cuba

Falando à enorme multidão que superlotou o estádio de beisebol de Havana, o primeiro-ministro Fidel Castro anunciou a expropriação de 26 empresas norte-americanas, num valor total de cerca de 823 milhões de dólares. A maioria das empresas expropriadas já estavam sob intervenção do Governo revolucionário. São grandes empresas açucareiras, que produziram mais de um terço do total da produção cubana deste ano, o grande truste da energia elétrica, subsidiário da Bond and Share, a empresa telefônica filial da International Telegraph and Telephone e outras.

A desapropriação das 26 empresas aumentou ainda mais o desesperto dos grandes monopólios norte-americanos que dominavam inteiramente a economia e a política de Cuba nos bons tempos de Batista. O presidente da United Fruit, Sr. Sisto, por exemplo, incitou claramente o governo norte-americano a tomar medidas «punitivas» para evitar que «um investimento de um bilhão de dólares seja arrebatado por um grupo de comunistas». Os imperialistas jamais gostaram de tratar com governos independentes, honestos e defensores dos interesses reais de seus países e, portanto, não «toleram» o governo revolucionário de Fidel Castro. «No fim, os homens de negócio serão convidados pelo próprio governo cubano a regressar a Cuba. Coisas como esta já aconteceram anteriormente, mas no fim alguém com mais inteligência toma posse do governo.» O presidente da United Fruit evidentemente sonha com a repetição do «caso» Guatemala, quando «alguém com mais inteligência», isto é, o sr. Castillo Armas, armado e protegido pelo governo ianque, invadiu a Guatemala e «convidou os homens de negócios a regressar». Os sonhos, ou melhor, os pesadelos, do sr. Sisto, entretanto, acabarão como todos os sonhos idiotas: cair da cama ou acordar para ver que a dura realidade é bem diversa.

Quando a revolução de Fidel Cas-

tro chegou ao poder, a 1º de janeiro de 1959, Cuba tinha um verdadeiro dono: as empresas norte-americanas. Praticamente todo o comércio exterior do país era monopolizado pelos Estados Unidos. A incipiente indústria cubana, que proporcionava 10% apenas da renda nacional, ou era constituída por filiais de empresas ianques, ou estava sob a dependência dos trustes que monopolizavam os serviços públicos, a importação e a exportação e quase todo o sistema bancário. A principal atividade do país, a produção de açúcar, era inteiramente dominada por empresas ianques. O próprio governo dos Estados Unidos possui uma grande empresa de mineração, a Moa Bay Mining que, com a Nicaró Niquel, eram as maiores companhias de mineração do país, estando ambas sob intervenção governamental atualmente.

Os dois objetivos fundamentais da revolução cubana, a reforma agrária e a industrialização, estavam inteiramente comprometidos pelo controle que as empresas ianques exerciam sobre a economia do país, caso o governo não tomasse medidas de defesa até mesmo da soberania nacional. Aí então começou a guerra de sabotagem, boicote, pressões internas e externas contra o governo de Fidel Castro. Exemplo claro e recente dessa campanha realizada pelo governo dos Estados Unidos foi dado pelo Peru. O governo desse país, por sua «livre e espontânea vontade», apresentou à Organização dos Estados Americanos uma proposta de reunião de chanceleres das Américas para examinar a «intervenção de uma potência extracontinental nos assuntos do hemisfério». O objetivo mais do que evidente da manobra era preparar a repetição da Conferência de Caracas, que abriu o caminho para a invasão da Guatemala em 1954. Alguns dias mais tarde, por estranha coincidência, o governo norte-americano apresentou o Peru com 53 milhões de dólares.

Derrubar o governo revolucionário de Cuba, entretanto, é uma tarefa que está acima das forças hoje bastante debilitadas do imperialismo, diante do apoio dos países socialistas e afro-asiáticos e dos povos latino-americanos a Cuba. «O atual governo cubano é mais legítimo e mais puro do que o chamado governo democrático norte-americano. Eles são representantes da plutocracia, enquanto o governo revolucionário não chegou ao poder graças a qualquer banco, graças a qualquer maquinaria, mas com baionetas. O Pentágono e a Junta Inter-americana de Defesa não levaram ao poder os revolucionários cubanos. Ao contrário, proporcionaram tanques e aviões às forças da ditadura.» — disse o primeiro-ministro Fidel Castro, no discurso em que anunciou a nacionalização.

A revolução cubana não precisa de beneláctos do governo norte-americano para sobreviver e vencerá a despeito das manobras dos trustes e de seus representantes na Casa Branca e no Pentágono.

823 MILHÕES DE DÓLARES PASSAM PARA O CONTRÔLE DO GOVERNO:

26 Empresas Ianques Expropriadas Por Fidel

Serviço Especial de PRENSA LATINA Exclusivo para NOVOS RUMOS

As 26 companhias norte-americanas nacionalizadas por desapropriação forçada, segundo uma lei promulgada pelo governo revolucionário e anunciada pelo primeiro-ministro Fidel Castro na noite de sábado, são as seguintes:

- 1 — Companhia Cubana de Electricidade, subsidiária da Bond and Share, e cujo valor foi calculado pela empresa em mais de 320 milhões de dólares.
- 2 — Companhia Cubana de Telefones, subsidiária da International Telegraph and Telephone, cujo valor foi calculado pela empresa em mais de 83 milhões de dólares.
- 3 — Esso Standard Oil S. A.



Soldado cubano guarda a ESSO

Todo o consumo de derivados de petróleo em Cuba era controlado pelos dois trustes norte-americanos, a ESSO e a Texaco, e o inglês da SHELL. A ESSO «zinha refinava quase metade dos derivados consumidos no país, impondo sua vontade como se fosse lei. A nacionalização, garantida pelos soldados do Exército Revolucionário, acabou com isso.

(Divisão de Cuba) proprietária de uma refinaria em Havana, que produzia aproximadamente 35 mil barris diários e cuja intervenção havia sido decretada pelo governo cubano quando a mesma negou-se refinar o petróleo do Estado.

- 4 — West Indies Company de Cuba (Texaco), proprietária de uma refinaria em Santiago de Cuba, que produzia 25 mil barris diários e estava também sob a intervenção do governo.
- 5 — Sinclair Oil Company de Cuba.
- 6 — Central Cubana S. A. companhia açucareira proprietária de duas usinas de açúcar que produ-

ziam, em 1960, 817,717 sacas de açúcar de 250 libras (114 quilos).

- 7 — Companhia Açucareira Atlântica do Golfo, proprietária de 6 usinas que na safra passada produziram 3 milhões 648 mil 084 sacas de 250 libras.
- 8 — Cuban Trading Company, proprietária de seis usinas açucareiras que produziram na última safra, 2 milhões, 901 mil 794 sacas de 250 libras.
- 9 — Cuban American Sugar Mills, proprietária de três engenhos que na safra anterior, produziram 2 milhões, 204 mil 327 sacas de 250 libras.
- 10 — Central Sugar States, que operava três engenhos que na safra passada produziram um milhão, 756 mil 009 sacas de 250 libras.
- 11 — Companhia Central de Altigracia, dona de quatro engenhos que produziram no ano passado um milhão, 705 mil 919 sacas de 250 libras.
- 12 — Punta Alegre Sugar States Company, dona de três engenhos que produziram no ano passado, 1 milhão, 368 mil 374 sacas de 250 libras cada uma.
- 13 — United Fruit Company, proprietária de dois engenhos que no ano passado produziram 1 milhão, 219 mil 134 sacas de 250 libras.
- 14 — Guantánamo Sugar Company, proprietária de 3 engenhos que produziram no ano passado 515 mil 963 sacas de açúcar de 250 libras.
- 15 — Companhia Açucareira Soledad, dona de dois engenhos que no ano passado produziram 402 mil 599 sacas de 250 libras.

16 — Central Cunagua S. A., proprietária de duas usinas que produziram no ano passado 1 milhão 700 mil 176 sacas de 250 libras cada uma.

- 17 — Miranda Sugar States
 - 18 — Tuinicú Sugar Company
 - 19 — Francisco Sugar Company, que foi propriedade de Foster Dulles.
 - 20 — Companhia Açucareira Séspedes.
 - 21 — Manatí Sugar Company
 - 22 — Baraguá Industrial Corporation
 - 23 — Florida Industrial Corporation
 - 24 — Macareño Industrial Corporation
 - 25 — General Sugar States
 - 26 — Companhia Açucareira Vertientes-Camaguey, de Cuba.
- Na safra de 1960, que acaba de terminar, esses 36 engenhos produziram 18 milhões, 248 mil 056 sacas de açúcar de 250 libras (mais de 2 milhões 250 mil toneladas) que equivalem, segundo as cifras preliminares a 35,88 por cento do total da safra. As empresas norte-americanas serão indenizadas com um fundo que será criado com a quarta parte do valor das compras de açúcar que os Estados Unidos faça a Cuba, acima dos três milhões de toneladas e a um preço superior a 5,40 dólares o quintal (100 libras). As indenizações serão feitas com bonus resgatáveis num prazo máximo de 50 anos e garantidos pelo citado fundo.
- Segundo cálculos extra-oficiais o valor total das empresas expropriadas eleva-se a 823 milhões de dólares.

Roa: Soldados Agressores Serão Enterrados na Ilha

«Se não formos ouvidos na reunião dos chanceleres, levaremos o caso à Assembleia Geral da ONU», disse o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raul Roa. «A proposta apresentada pelo governo peruano não é senão a base de uma agressão posterior à Cuba Revolucionária. Essa proposta põe em perigo a independência e a integridade dos povos latino-americanos. Se resolverem enviar tropas com o emblema da OEA, ficarão em Cuba tanto as tropas como os emblemas.»

Referindo-se aos Estados Unidos, disse o ministro Roa que «o governo dos Estados Unidos não vive no mundo, e sim contra o mundo. Esta noite o sonho de Bolívar e Martí deixou de ser sonho, porque a decisão assinada pelo presidente da República dr. Osvaldo Dorticós e pelo primeiro ministro Fidel Castro nacionalizando as empresas norte-americanas constitui a Ata da Independência econômica não só de Cuba, mas da América Latina.»

Cuba já tem sua política

«Antes, a política externa de Cuba era ditada pela embaixada norte-americana, mas hoje é inteiramente livre», disse o ministro das Relações Exteriores, Raul Roa, ao expor a política internacional da Revolução Cubana numa conferência televisada, pronunciada na Universidade Popular de Havana. Observou Roa que «Cuba carecia de política externa, mas hoje tem. Pela primeira vez, Cuba está dentro do mundo. É como se se tivesse arrancado de sua situação geográfica nas Caraíbas e estivesse navegando por todos os mares do mundo.»

Referindo-se à atuação cubana nos órgãos internacionais, Roa explicou que «Cuba votou pela independência da Argélia, porque ela o ganhou com sua bravura». Em relação à posição norte-americana nas relações internacionais, disse que «a política externa dos Estados Unidos é feita apenas em bene-

fício dos monopólios e do imperialismo».

«A maioria das revoluções na América eram revoluções entre aspás. A Revolução Cubana é realmente uma verdadeira revolução porque uma revolução que não transforma o regime de propriedade não é uma revolução. A Revolução fez com que Cuba desse uma virada de 180 graus. Em muitas partes do mundo a sigla USA exerce um poder absoluto e total, mas em Cuba a sigla USA não é mais usada.»

Prosseguindo, disse o ministro Raul Roa que «reforma agrária e soberania nacional são termos correlativos. Todo país subdesenvolvido que não transformar o regime de propriedade da terra não poderá ser soberano.»

Pressão e suborno

O ministro das Relações Exteriores de Cuba qualificou de suborno a proposta dos Estados Unidos no sentido de oferecer 500 milhões

de dólares à América Latina às vésperas da reunião dos chanceleres. Disse ainda Roa que o desenvolvimento da situação internacional não propicia no momento uma reunião mundial dos países subdesenvolvidos. Entretanto, disse, «a conferência se realizará no seu devido momento, como aconteceu com a reforma agrária.»

Referindo à próxima conferência de chanceleres da OEA, a realizar-se em Costa Rica, observou o ministro que informava-se que algumas reuniões seriam secretas. «Se isto ocorrer, faremos com que as portas sejam arrombadas.»

Anunciou Roa que o Tratado do Rio de Janeiro «deve ser denunciado e o será», e que «o tratado de assistência mútua é como a lei do embuste». «Cuba não aceitará a aplicação de qualquer instrumento internacional que afete seu território ou sua soberania. Estamos numa época nova que promete coisas novas. É uma época revolucionária e aqueles que não o vêem serão esmagados pela História.»

O chanceler cubano referiu-se depois aos convênios comerciais firmados recentemente entre Cuba e Polónia, Japão, República Popular da China, Tchecoslováquia, URSS e outros países, que permitem a Cuba «viver como nação e progredir em seu desenvolvimento econômico». Roa qualificou o acordo assinado com a URSS como uma «vitória da política econômica cubana», que «permitirá transformar nosso sistema industrial».

Disse Raul Roa que os «tratados de reciprocidade com os Estados Unidos eram de reciprocidade somente, para os Estados Unidos», e que a posição deste país era uma «posição de força» que Cuba não poderia aceitar de forma alguma. Diante do corte na cota açucareira, acrescentou, o povo cubano, em vez de se acovardar, respondeu ainda mais forte que «mais vale viver sem cota, mas sem senhor, do que com cota e com senhor».

Referindo-se então ao papel desempenhado pelo povo na Revolução Cubana, disse o Ministro do Exterior: «Em Cuba haverá eleições quando o povo quiser e não quando nos ordenarem nossos vizinhos do norte.» (Prensa Latina).



Para auxiliar o Exército Revolucionário Cubano na defesa da revolução, foram criadas as milícias populares, das quais participam os camponeses, operários, funcionários, estudantes e intelectuais, inclusive as mulheres. Os milicianos recebem instrução militar dada por soldados e oficiais do Exército Rebelde. Na foto, um destacamento de jovens cubanas.

Mulher também luta

Nota Internacional A ONU e o Congo

O Conselho de Segurança da ONU reafirmou sua decisão anterior exigindo a retirada das tropas belgas de todo o território do Congo e prevendo a entrada de contingentes da força internacional na província de Catanga. A nova sessão do Conselho de Segurança foi convocada pelo secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld, que até o momento vacila em fazer cumprir as resoluções já aprovadas e pôr fim às manobras da Bélgica para restaurar seu domínio sobre sua ex-colônia. Exemplo flagrante desta atitude dos responsáveis pelas forças da ONU no Congo é o fato de que soldados suécos protegem até agora o embaixador belga em Leopoldville, apesar de já ter sido ele expulso pelo governo congolês, que exigiu sua retirada imediata do país, em vista de suas atividades, conspirativas e provocadoras.

Os países imperialistas, os Estados Unidos e a Inglaterra em primeiro lugar, só concordaram com o envio de tropas da ONU para o Congo quando se tornou claro que o governo de Patrice Lumumba não seria abandonado pelos países independentes da África e pelo campo socialista. O apoio de Lumumba a Nikita Kruschov e a resposta do chefe do governo soviético, pôdo à disposição do Congo todos os meios necessários para fazer face a quaisquer dificuldades, abriu o caminho para que belgas e seus sócios ianques e ingleses mudassem de tática e passassem ao terreno das manobras. A entrada das forças da ONU no Congo, adiando se possível sua entrada na Catanga, poderia servir de base para protelar indefinidamente a saída dos belgas do país, principalmente da província cuja secessão é defendida por Moïse Tshombe. Com isso Tshombe ganharia tempo para «consolidar» seu governo.

Ainda uma vez foi a posição de solidariedade ao Congo dos países independentes africanos e socialistas que obrigou os imperialistas a um novo recuo, depois da viagem de Lumumba à ONU, ao Marrocos, Gana e Guiné. As declarações inequívocas dos governantes destes dois últimos países, «Krumma e Sekou Touré, de que Gana e Guiné estariam dispostas a enviar tropas ao Congo se a ONU não conseguisse a retirada dos belgas, não deixaram qualquer dúvida sobre o futuro das manobras de belgas, norte-americanos e ingleses. Depois de muito esperar, resolveram os belgas retirar seus soldados de todo o país. Suas tentativas de sabotar o governo de Lumumba e substituí-lo por outro mais «cordato», entretanto, não cessaram nem cessarão.

A campanha realizada agora por Albert Kalonji para a formação de uma província autónoma no Kasai, riquíssimo em diamantes e outros minerais, não tem outra origem. Kalonji, como Tshombe e outros «elderes», foram eleitos antes da independência do país, em eleições organizadas e dirigidas pelas autoridades coloniais belgas. Em várias províncias, entre as quais Catanga e Kasai, o partido de Lumumba, o Movimento Nacional Congolês, não teve condições para apresentar candidatos. É exatamente por isso que foi possível aos belgas controlar, por meio de encontros de alma branca, boa parte dos parlamentos provinciais e mesmo do parlamento central e dar força ao separatismo e às manobras contra o governo central.

Fausto Cupertino

REALIZADO EM LONDRINA O CONGRESSO DOS TRABALHADORES RURAIS

Êles Plantam e Colhem Mas Não Têm o Que Comer

Reportagem de **NILSON AZEVEDO**, enviado especial de MR

— «Nós planta, nós colhe, mas nós não comemos». O lavrador Firmino Botelho sintetizou nessas palavras simples toda a existência, dolorosamente miserável, dos milhares de trabalhadores rurais paranaenses, cujos representantes se reuniram de 5 a 7 do corrente, em Londrina, em seu I Congresso Estadual.

O Congresso contou com a presença de cerca de 300 delegados, representando os trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, porcenteiros, colonos e formadores de 35 municípios do interior do Estado. Muitos desses homens viajaram mais de dois dias em caminhão, nos lombos dos animais ou a pé, animados pela esperança de encontrar em Londrina, com a realização do Congresso, a solução para o problema da terra. Inúmeros lavradores que foram escolhidos pelos seus companheiros para vir a Londrina não puderam chegar ao seu destino, porque foram presos no caminho pelos capangas dos latifundiários e levados de volta para a fazenda. Outros conseguiram romper o cerco dos fazendeiros, mas estão ameaçados de ser expulsos de suas lavouras, pelo simples fato de

haverem se atrevido a participar do conclave.

Êxito do Congresso

Apesar das dificuldades encontradas, o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná constituiu um dos mais importantes acontecimentos em favor da reforma agrária em nosso país. O que se assistiu em Londrina foi um espetáculo característico da época em que vivemos: proletariado, homem do campo e cidadãos progressistas de todas as camadas sociais se unem para quebrar os obstáculos (entre eles, o monopólio da terra) que se opõem ao desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Os lavradores sem terra, que vivem sob o domínio de um regime de trabalho cruel e desumano, sem ter o que comer, nem vestir, morando em palhoças improvisadas, vendo os filhos morrerem à mingua de qualquer recurso, receberam no seu Congresso a solidariedade de inúmeras personalidades, entre as quais os juizes de Direito Ossian França, Sidnei Zapa, Adolfo Kruger Pereira e Aldo Fernandes; os pro-

motores públicos Ari Pizzolo e Rui Cunha; o general Agostinho Pereira, o coronel Antônio Carlos e o capitão Dionésio Suttel, da Junta de Circunscrição e Recrutamento. Participou ainda do Congresso uma delegação da Câmara dos Deputados, composta dos parlamentares Temperani Pereira, Afonso Celso, Antônio Balbi e Ikishike Tamura. Também a Assembléia Legislativa mandou uma delegação de quatro deputados, encabeçada pelo sr. Waldemar Daros. O conclave foi ainda prestigiado com a presença do Prefeito de Londrina e do presidente da Câmara Municipal da cidade. Embora defendendo os seus próprios interesses, mas reconhecendo a angustiante situação em que se encontram os trabalhadores do campo, participaram do Congresso os fazendeiros Américo Hugolini, presidente da Associação Rural de Londrina, e Garibaldi Reale, presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores. Líderes operários e estudantes colaboraram ativamente na organização do conclave, juntando a sua experiência e o seu entusiasmo à disposição de luta dos camponeses do Paraná. Médicos e

advogados, entre os quais o jovem Manoel Silva, presidente da Comissão Organizadora do Congresso, deram o melhor dos seus esforços para assegurar o êxito desse primeiro encontro estadual dos lavradores paranaenses.

Luta de todos

O lavrador Firmino Botelo, a que nos referimos no início dessa reportagem, é o secretário do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina. Firmino é um homem que comove pela sua simplicidade. Lavrador desde criança, Firmino vive uma existência miserável, embora trabalhe de sol a sol. É pai de sete filhas, mas seis morreram antes de completar seis meses de idade. É a fome — disse-me ele. Impressionado com a presença de tantas autoridades no conclave, e com o grande número de jornalistas, Firmino afirmou em seu discurso que estava muito alegre com a presença de tanta gente importante no Congresso, e salientou que a luta pela solução do problema da terra não é apenas dos lavradores mas de todos aqueles que têm vergonha na cara. «Agora — disse Firmino — estão todos aqui, até mesmo representantes de jornais e de estações de rádio. Eu quero ver se vão desengosgar as verdades sobre a vida de miséria que a gente vive. Quero ver se vão defender a reforma agrária». Todo mundo bateu palmas para Firmino.

Ninguém conseguiu desvirtuar a finalidade do Congresso, que foi marcadamente um conclave de lavradores, homens rudes e simples, em sua maioria analfabetos, mas que começam a ganhar plena consciência do que querem.

Julião e sua comitiva

O deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas de Pernambuco, participou do conclave com uma delegação de 19 pessoas, entre as quais os famosos Zezé da Galiléia e Joaquim Camilo. Os lavradores paranaenses elegeram o deputado Julião presidente do Congresso. A história das lutas travadas pelos camponeses pernambucanos contra os grileiros e senhores de terra corria de boca em boca entre os lavradores paranaenses. Zezé da Galiléia, presidente da Liga Camponesa do Engenho Galiléia, e Joaquim Camilo, presidente da Liga de Jabaatão, não chegavam para quem queria. Eles distribuíram autógrafos e abraços às centenas.

As resoluções

Os lavradores discutiram durante dois dias os seus problemas. As denúncias sobre os contratos de trabalho de tipo feudal ocuparam a maior parte



Uma vida de miséria que há de acabar

Firmino Botelho, ao centro, foi um dos oradores mais aplaudidos no Congresso. Ele falou, no seu linguajar simples, de toda a sua vida de miséria e de perseguições. Mas os seus discursos eram impregnados de confiança na luta que iniciaram pela reforma agrária.

dos debates. Os assaltos dos grileiros e de seus capangas aos posseiros e suas famílias eram objeto de harrações comoventes. Mas a decisão de reagir até o fim, até conseguirem a posse definitiva da terra, através da reforma agrária, era o traço marcante na fala de cada lavrador.

Distribuídos em cinco comissões, debateram os seus problemas e formularam as suas reivindicações com a colaboração de líderes operários e estudantes, médicos, engenheiros e advogados. Contando com a ajuda constante do deputado Francisco Julião, os lavradores paranaenses aprovaram as seguintes resoluções:

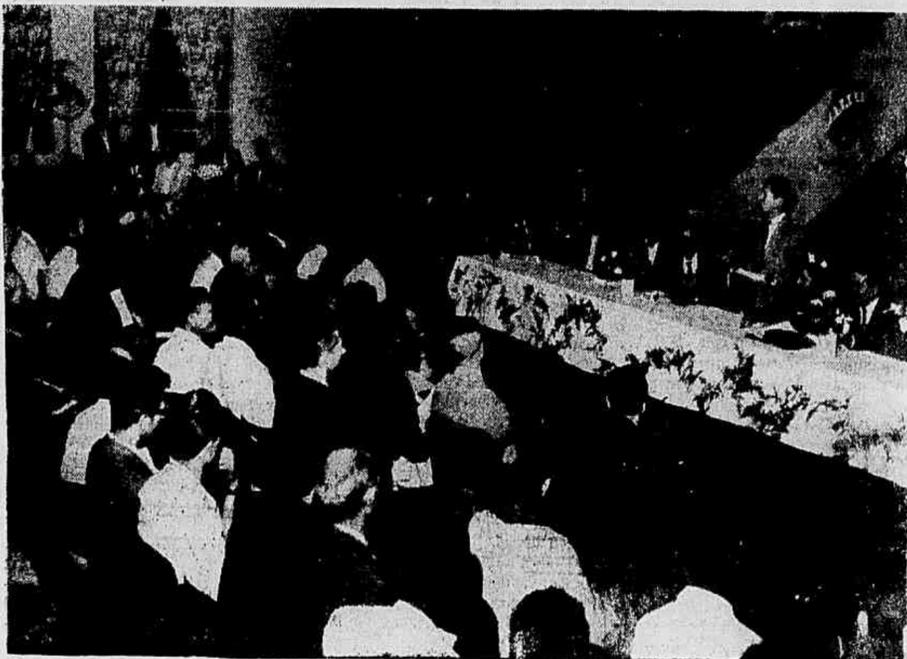
Sobre a reforma agrária: I) Recomendar ao Congresso Nacional a aprovação do projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcante; II) sugerir: a) a criação imediata de uma comissão nacional com a participação dos representantes das associações de lavradores, dos sindicatos operários e de parlamentares que tenham apresentado projetos de reforma agrária. Essa comissão deverá, em conjunto ou em grupos regionais, elaborar um projeto amplo de reforma agrária, baseado na proposição do deputado Coutinho Cavalcante; III) lutar pela aprovação, sem prejuízo das decisões anteriores, pela realização de medidas de reforma agrária, parciais ou radicais, considerando as peculiaridades de cada região; lutar pela entrega de título de propriedade aos atuais posseiros; lutar pela elaboração de uma legislação adequada às condições específicas dos trabalhadores rurais; lutar pela garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, tais como salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio e pagamen-

to de domingo e feriados; lutar para que a Ministério do Trabalho forneça o registro dos sindicatos rurais e pela aumento da sindicalização.

Contato com os operários

O Congresso decidiu que as organizações de lavradores entrem em contato com os sindicatos operários, a fim de que os trabalhadores das cidades transmitam aos seus irmãos do campo as suas experiências de organização através de conferências, palestras, etc.; sugerir a criação de cooperativas mistas nos diversas regiões do Estado; lutar para que as prefeituras municipais promovam a criação de feiras-livres nos municípios e distritos; lutar pela abolição do vale chamado «barracão»; lutar ainda pelas seguintes medidas: obtenção de preços mínimos para os cereais, ampliação da rede escolar nos distritos rurais, instituição do seguro de lavoura contra geadas, secas, etc., extensão do financiamento aos pequenos lavradores, arrendatários e porcenteiros, pela elaboração de contratos de trabalho de quatro anos de duração, extinguindo-se os de prazo inferior a quatro anos.

Inúmeras outras resoluções foram aprovadas pelos lavradores, entre as quais a que criou a Comissão Organizadora do II Congresso, que será realizado em Maringá, a 15 de maio de 1961. Os lavradores voltaram uma moção de solidariedade à revolução cubana, e decidiram enviar uma delegação ao III Congresso Sindical Nacional. Uma cartilha de reivindicações, na qual sobressai a posição nacionalista dos lavradores, foi aprovada sob calorosos aplausos da imensa massa que se comprimiu no amplo salão da Associação Comercial de Londrina.



Lavradores apóiam Cuba

O Deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas de Pernambuco, foi eleito sob calorosos aplausos para presidir as sessões do I Congresso dos Lavradores do Paraná. Os congressistas, ao encerrar o seu vitorioso conclave, votaram uma moção de solidariedade à revolução cubana, e uma outra de protesto contra a prisão do líder camponês Jofre Correia Neto, mantido nos cárceres paulistas pelo governador Janista Carvalho Pinto.



Êles lutam pela reforma agrária

Esses homens viajaram centenas de quilômetros, deslocando-se das mais distantes localidades do Paraná rumo a Londrina, onde realizaram o seu I Congresso Estadual. O conclave dos lavradores, que foi um dos mais belos e comoventes espetáculos já ocorridos no Norte do Paraná, foi um dos pontos altos da luta que se trava em todo o país pela reforma agrária. O sr. Aldo Fernandes, juiz de direito em Londrina, declarou a reportagem que os debates realizados deixaram em evidência a existência de um problema cuja solução só poderá ser encontrada com a promulgação da reforma agrária.

NOVOS RUMOS

Uma Carta do Nordeste

Recebi uma carta do interior do Maranhão. Uma carta longa como as distâncias, por onde os nordestinos caminham, até hoje, inutilmente, em busca de ajuda. Uma carta sofrida como a vida daquelas crianças do interior: descalças, farras, maltrapilhas, nuas, analfabetas, tristonhas e doentes. Mais descalças, mais farras, mais analfabetas, mais tristonhas e mais doentes do que as crianças desta cidade. Aqui, falamos de crianças abandonadas. Lá, além de abandonadas pelos poderes públicos, são maltratadas pela natureza e perseguidas pelos donos da terra. Uma terra da qual não têm o direito de colher um único fruto, e onde não podem plantar uma pequena alegria. Aqui, morreu de fome uma criança de 7 anos, na estação de Riachuelo, no dia primeiro deste mês. Lá, a maioria das crianças não chega aos 7 anos. Vai morrendo, logo depois que nasce, e até antes de nascer. Quem sabe, talvez sirva de consolo aos religiosos a notícia de que os anjos fornecidos ao céu, pelo Brasil, sejam em maior número do nordeste! Pergunto, aflita, como poderão alimentar-se as crianças desta cidade, se um litro de leite está custando Cr\$ 20,00. E as crianças do campo, que nunca beberam leite? As sobras de leite, nas fazendas, sempre servirão para engordar os porcos.

A carta que recebi do interior do Maranhão, falando de violências, de despejos, de mortes, de incêndios, poderia ser incluída entre as páginas da idade média. E é como se a humanidade, de um modo geral, não tivesse, ainda, conquistado os bens e os direitos, os conhecimentos e as experiências que a conduzem, agora, por novos caminhos. É como se as crianças da China ainda vivessem de um prato de sopa rala, recebido na porta das missões religiosas. É como se não tivesse havido tantas guerras, nas quais os combatentes e os não combatentes aprenderam a amar a Paz. É como se não tivesse, ainda, se realizado, nos países socialistas, aquelas transformações fundamentais que acabou com os servos da gleba, com a fome das crianças, com a ignorância das massas. Mas já houve tudo isso e mais a conquista da liberdade.

A carta do nordeste deixa muita revolta, mas não traz nenhuma desesperança, porque as crianças que sobreviverem às doenças e à miséria não de caminhar muito menos, e antes que se causem encontrar um hospital, uma escola, um abrigo. As distâncias já não existem para mais de 1/3 da população do mundo. E vão encurtando, todos os dias, até na África, onde os mesmos senhores do nordeste foram, antes de 1888, buscarem os seus escravos. A escravidão pode ser branca ou negra, mas terá, sempre, o mesmo objetivo: enriquecer um grupo privilegiado. As distâncias encurtaram tanto, na África, que as mulheres brancas nem tiveram tempo de enfeitarem-se, quando saíram do Congo, com os diamantes de Katanga. Mas as crianças do interior do Maranhão, todas as crianças, tal como os simples do Evangelho, possuirão a terra, todas as terras, e terão muito tempo para semearem as suas alegrias.

Ana Montenegro

EM PERNAMBUCO

PSD, PTB, PSB e PST Pedem a Legalidade do Partido Comunista

Reportagem de CLAUDIO TAVARES

Uma multidão superlotou no dia 28 de julho as dependências da Assembleia Legislativa de Pernambuco. E não era uma multidão apática, indiferente. Era uma multidão que nos dava a idéia dum braço de rio, mas em cujas águas rebôa, como vindo de longe, um estrondoso cachoeira. Era um eco, por assim dizer, do imenso oceano popular. Voz possante e soberana do povo clamando por liberdade e democracia.

E' que ali, naquela augusta casa de Joaquim Nabuco, reuniam-se os pernambucanos mais conscientes e combativos, para pleitear a legalidade do Partido Comunista do Brasil.

A vibração e o entusiasmo eram a constante daquela assembleia imensa de homens livres. E não eram somente os comunistas que ali estavam, clamando por liberdade e legalidade para o seu Partido.

Tôdas as correntes

Podemos dizer que a Assembleia Legislativa concentrava naquele dia homens de tôdas as correntes, quer do pensamento político-partidário como do religioso ou filosófico. Comungavam daquele mesmo ardor cívico e da mesma vibração patriótica, católicos, protestantes, espíritas, crentes e ateus, do mesmo passo que ali se reuniam líderes do PSD, do PTB, do PSB, do PST, e até homens da UDN, como Elias Libânio, ou do PR, como esse bravo democrata Dias da Silva.

A frente do movimento estavam os constituintes pernambucanos de 47: David Capistrano da Costa, José Leite Filho e essa incomparável lutadora Adalgisa Cavalcanti, os quais promoveram, organizaram e dirigiram o grande festival político do povo pernambucano.

Algumas personalidades presentes

Entre as numerosíssimas personalidades presentes ao grande ato público, assinalamos: deputados Elpidio Branco, do PSD, Eudes Costa, do PSD e líder da oposição, Ferreira Lima, representando o PTB, Paula Viana de Queiroz, do PST, Luiz de França da Costa Lima, do PTB, Inaldo Lima, do PSB, Almani Sampaio, do PSD, dr. Luiz Antônio de Barros Barreto, representando o PST, dr. Enildo Pessoa, representando o PSB, dr. Antônio Carlos Cintra do Amaral, representando o prefeito Miguel Arrais, prefeito João Lira Filho, de Caruaru, dr. Gildo Guerra, represen-

tando o prefeito Barreto Guimarães — de Olinda, professor Arnaldo Marques, da Universidade do Recife, professor Arsenio Tavares, da Universidade do Recife e senhora, dr. Carlos Duarte, presidente da Câmara Municipal do Recife, vereador Rui Leite, do município do Cabo, vereador Aderico Campêlo, de Goiana, dr. Bianor Teodósio e senhora, sr. Nilton Duarte de Oliveira, presidente da Federação Nacional dos Gráficos, sr. Odílio Borges, presidente da Federação dos Trabalhadores em Vestibúlos do Estado da Guanabara, vereador Libérato da Costa Júnior, vereador Miguel Batista, vereador José Cardoso, de Garanhuns, deputado Elias Libânio, do PST, engenheiro Murilo Coutinho, jornalista Hiram de Lima Pereira, diretor de administração da Prefeitura do Recife, jornalista Fernando Costa, Celso Marcondes, Ivaldo Medeiros, Ronildo Maia Leite, Ubirajara Cruz, Ubiraci Barbosa, João Silveira, Clodomir Moraes, Juvenal Costa, Abdil Luna e os presidentes dos seguintes sindicatos: Trabalhadores Gráficos, Portuários, Construção Civil, Gazeteiros, Sapateiros, Pólvora de Pontezinha, Radialistas, Carris Urbanos, Marceneiros, Naval de Marinheiros, Metalúrgicos, Foguistas e numerosos outros.

Tôdas essas personalidades compuseram a Mesa, presidida pelo ex-deputado José Leite Filho, ladeado por David Capistrano da Costa e Aldagisa Cavalcanti.

A voz do PCB

José Leite Filho encaminha-se para a Mesa. Há atmosfera de expectativa, um zum-zum que precede a tomada de lugares nessas solenidades. Por tôdas as fisionomias, um ar de feliz ansiedade. Muitos olhos estavam brilhantes de emoção e um sorriso de vitoriosa aprovação andava por tôdas as faces.

José Leite anuncia a composição da Mesa. As palmas estrugem a cada nome. Organizada a Mesa, é dada a palavra ao orador do PCB, David Capistrano da Costa. Palmas calorosas acolhem a subida à tribuna do querido parlamentar e dirigente popular. Seu discurso, entrecortado de aplausos, nas mais das vezes estrepitosos, foi uma tomada de posição dos comunistas, que assim conclamavam o povo e os partidos, os políticos e os parlamentares para a grande e vitoriosa batalha da legalidade do PCB. Como uma chispa, o seu discurso acendeu o rastilho do entusiasmo que pontearia daí em diante todos os discursos proferidos na histórica reunião. O nome de Prestes era

aclamado com emoção e calor tôda vez que pronunciado por qualquer dos oradores.

Lider das oposições

Seguiu-se com a palavra o líder das oposições, deputado Eudes Costa do PSD. Esclareceu a razão de sua presença, por delegação de seus pares, e em coerência com a posição que já vinha assumindo em comícios, nos quais proclamava a necessidade da participação dos comunistas na vida pública, emprestando seu dinamismo às lutas nacionalistas e às campanhas eleitorais em que se têm empenhado. Assim, pois, não se justificava que não estivessem com o seu partido na legalidade.

Congratulou-se com os que ali estavam pleiteando a legalidade do PCB e disse estar certo de que a Justiça Eleitoral agiria com máxima isenção possível na conjuntura que atravessamos.

O deputado Eudes Costa foi aplaudidíssimo e, ao deixar a tribuna, cumprimentado por numerosos presentes.

A palavra dum velho democrata

Agora é a vez de um velho lutador democrata. Assoma à tribuna o dr. Luiz Antônio de Barros Barreto. Revive velhas lutas dos comunistas e das quais, como democrata, ele também participara. Faz a apologia de Luiz Carlos Prestes. Exalta sua honradez e firmeza de princípios, analisa, em suas linhas gerais, as razões injustas que levaram à cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Felicita o povo e diz estar certo de que movimentos como aquele devem estar se realizando por todo o país e que terão decerto feliz coramento com a legalização do PCB, cuja ilegalidade é absolutamente injustificável.

Concluiu fazendo uma profissão de fé democrática e dizendo de sua certeza na vitória das causas pelas quais se batem os comunistas, causas também de todo o povo brasileiro.

Representante do prefeito

Sob calorosa ovação dos presentes, é dada a palavra ao dr. Antônio Carlos Cintra do Amaral, representante do prefeito Miguel Arrais.

O discurso então ouvido foi uma análise da situação nacional e da par-

(Conclui na 2ª pag.)



Sessão diferente na Assembleia

Foi uma sessão diferente na Assembleia Legislativa. O ambiente era de grande entusiasmo e extraordinária vibração. Recinto e galerias, superlotados, se confundiam nos aplausos. Representando diversos partidos e correntes de opinião, todos os oradores arrancavam demorados aplausos da assistência, apoiando unanimemente, a legalidade do PCB.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 12 a 18 de agosto de 1960

Nº 76



Causas de todo o povo

O dr. Barros Barreto, presidente do PST, revive velhas lutas dos comunistas, nas quais, como democrata, também participou. As causas pelas quais os comunistas se batem — acrescentou — são causas de todo o povo.

Favorável o PSD à legalidade do PCB

O deputado Eudes Costa falou em nome do PSD e dos deputados oposicionistas da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disse que a participação dos comunistas na vida pública do país é indispensável. E a verdade é que a atuação dos comunistas se torna cada vez mais intensa. Um exemplo é o dinamismo com que se empenham, ao lado dos demais patriotas, nas campanhas nacionalistas. E também na atual campanha eleitoral a ação dos comunistas assume aspecto destacado, muitas vezes decisivo. Como admitir-se, então, que seu partido continue na ilegalidade?

VENDIA OS BONDES QUE NAO LHE PERTENCIAM

Seqüestrados os Bens da "Pernambuco Tramways"

Todos os bens da «Pernambuco Tramways» (filial da Bond & Share) relacionados com o serviço de bondes — veículos e suas peças, edifícios e instalações, linhas, etc. — foram seqüestrados judicialmente e postos sob a intervenção do Estado. A medida, solicitada pelo Executivo estadual e concedida pelo juiz Pedro Martiniano Lins, tem em vista pôr cõbro a uma série de falcruas cometidas pelo truste norte-americano, entre as quais está a alienação de um patrimônio que deverá reverter ao Estado dentro de dois anos, nos termos do contrato em vigor.

Solicitação e despacho

O pedido de seqüestro dos bens do serviço de bondes da «Tramways» foi apresentado à justiça em fins de junho último e nêle o Governô do Estado alega que a solicitação é feita tendo em vista impedir que a decadente empresa estrangeira continue a desviar bens inalienáveis. No mesmo pedido, o Estado solicita que seja êle próprio investido no papel de depositário-administrador dos bens seqüestrados, invocando o «poder de império» do Estado. Alega, ainda, que se a administração dos bens seqüestrados continuasse em mãos de pessoas

indicadas pela Companhia, seria inócua a medida, pois é a própria mesma quem tem desviado os materiais.

Apreciando a solicitação, o juiz Martiniano Lins declara: «Com fundamento nos artigos 675 II, 682, 685 e 686, todos do Código de Processo Civil, o Estado de Pernambuco, por seu representante legal e seus advogados, requereu a êste Juizo o seqüestro dos bens da The Pernambuco Tramways And Power Co. Ltd, no que tange ao seu patrimônio do extinto serviço de bondes, alegando justificado receio do desvio dos referidos bens, o que difi-

cultaria, sem sombra de dúvida, a execução do contrato contra o qual o mesmo Estado de Pernambuco já ingressou com a devida ação judicial para rescindi-lo, em consequência de inadimplência da mencionada Companhia.»

Bens já alienados

Continuando em seu despacho, diz o magistrado:

«Na sua longa e bem justificada petição, o Estado de Pernambuco demonstra, com significativa série de documentos, que a Companhia Ré vem alienando bens do seu patrimônio desde, o distante ano de 1921 até 1952, quando fez, segundo a documentação dos presentes autos, a última venda da casa n. 41, situada à rua de S. José, pela quantia de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

Há notícias de venda de bens outros, como os motores retirados dos bondes, fato que se apurará em pericia técnica que, aliás, está requerida no presente pedido de seqüestro.

Os bens já mencionados estão sujeitos à reversão ao Estado de Pernambuco, sendo inalienáveis pela Ré, a não ser que a mesma tivesse expresso consentimento governamental, segundo está preceituado nas cláusulas XI e IX do contrato consolidado em 1919.»

E concluindo: «No caso subjudice, portanto, há uma prova documental contra a Companhia Ré, que é, positivamente, elemento de convicção dos mais robustos. Justifica-se a medida para o presente, e ainda mais como garantia futura no curso da ação onde outros desvios de bens podem ocorrer.

Concedo, assim, a medida pleiteada, decretando o SEQUESTRO pedido e nomeando Depositário Administrador, o próprio Estado de Pernambuco, dada a deficiência do nosso Depósito Público.»

Cinismo da "Tramways"

Poucos dias antes do referido despacho do juiz Martiniano Lins, a «Tramways» havia dado entrada a uma contestação às alegações do Estado e a um pedido de reconvenção. A pretensão do truste lanque, por absurdo que pareça, consistia em solicitar a condenação do Estado à «integral reparação patrimonial pelas perdas, danos emergentes e lucros cessantes resultados do seu procedimento, além de custas, juros, moratórias e honorários de advogado na base de dez por cento sobre o valor da condenação». O total da condenação pleiteada pela empresa americana, segundo ela própria, «montava acima de 100 milhões de cruzeiros até 1958».

Em outras palavras: porque deixou arruinar-se e suprimiu o serviço de bondes, que tinha a obrigação de manter; porque não pagou as multas a que estava obrigada por contrato; porque, além de tudo, vende o que não lhe pertence mais,

porém ao Estado, por tôrjas estas «razões» o truste imperialista reclama uma indenização de mais de cem milhões de cruzeiros. Ainda há quem ponha em dúvida o caráter justo e patriótico do ato do governador Brizolla, encampando a filial da Bond & Share em Pôrto Alegre?

Tombamento dos bens

A completa decadência da Pernambuco Tramways — que não é casual, mas decorre de um programa estabelecido pela American Foreign and Power Co, para o Brasil — contrasta vivamente com o espírito progressista dos pernambucanos. E, mais ainda, constitui um enorme obstáculo à concretização dos anseios de progresso industrial e econômico, em geral, daquele Estado. No que se refere aos bondes, serviço que era razoável até princípios dos anos quarenta, a Tramways simplesmente suprimiu-os; a energia elétrica de há muito que não é mais produzida pela empresa estrangeira, cujo papel consiste em distribuir a energia recebida de Paulo Afonso, ficando com lucros desproporcionalmente elevados; o gás canalizado praticamente não existe mais em Recife; e no que se refere aos telefones a falência da empresa não é menor.

E, portanto, uma legítima aspiração dos pernambucanos remover êsse trabalho da vida do Estado, tanto mais quanto, além de não prestar serviços, ainda funciona como um mecanismo de drenagem dos recursos produzidos em Pernambuco e que vão parar nos cofres de alguns parasitas dos Estados Unidos — os donos do truste.

Nesse sentido, por insistentes solicitações do Governô do Estado e da Prefeitura do Recife, o Ministério da Agricultura, através da Divisão de Águas, está realizando o tombamento dos bens da «Tramways». O trabalho é penoso porque, apesar de contar com dezenas de anos de existência e de furtos e e apesar do tombamento ser uma exigência legal velha de quase trinta anos, jamais fora feito antes. Em declarações ao «Jornal do Comércio» do Recife, os membros da Comissão de Tombamento, engenheiros Ivo Oliveira (presidente), Rômulo Galvão e o contador Wilson Goldschmidt esclareceram que o trabalho é árduo e consta não apenas de um levantamento dos bens físicos (postes, linhas, instalações, motores, máquinas, equipamentos, etc.), como de um levantamento contábil.

Após a realização desse trabalho, o Estado estará em condições de empreender a total encampação do truste imperialista e é muito provável que ocorra em Recife o mesmo que em Pôrto Alegre: a verificação de que, com a encampação, será o truste e não o Estado o devedor. Pois não são os mesmos os processos de fraude e roubo do truste americano no Brasil?

Dicionário

Economia Política

A produção de bens materiais possui dois aspectos distintos: um técnico e o outro social. Do aspecto técnico da produção ocupam-se as ciências naturais — a Física, a Química, a Metalurgia, a Construção de Máquinas, a Agronomia e outras. Quanto ao aspecto social da produção, que se refere às relações sociais produtivas, ou econômicas, estas constituem o objeto de estudo da Economia Política. A Economia Política estuda as relações de produção em sua ação recíproca com as forças produtivas. Tomadas em conjunto, em sua unidade, as relações de produção e as forças produtivas constituem o que se chama um modo de produção.

As forças produtivas são o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção. O desenvolvimento da produção tem comêto com as modificações das forças produtivas e antes de tudo com as modificações e com o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho; em seguida, operam-se as transformações correspondentes também no domínio das relações de produção.

Conforme teremos oportunidade de ver num dos números futuros, a invenção da máquina a vapor, por exemplo, teve uma influência decisiva na liquidação das relações de produção feudais, assim como a invenção do arco e da flecha (instrumentos de produção, armas com que o homem primitivo caçava e se defendia ou atacava) revolucionou a sociedade primitiva. Também na Idade Contemporânea a ampla mecanização da produção — tanto industrial, como agrícola — colocou de há muito a exigência da substituição das relações de produção capitalistas pelas socialistas. Veja-se, por exemplo, a situação da indústria do aço, nos Estados Unidos. A invenção de máquinas e de processos moderníssimos tornou possível àquele país produzir anualmente cerca de 150 milhões de toneladas de aço; entretanto, as relações de produção capitalistas ali imperantes impedem que aquela produção seja atingida: nestas duas últimas semanas, a fundição americana de aço correspondem a uma produção anual de apenas 90 milhões de toneladas. As necessidades de aço que existem em todo o mundo mostram que as relações de produção capitalistas nos Estados Unidos estão precisando ser substituídas por outras relações de produção, socialistas.

As relações de produção entre os homens, ainda que se desenvolvendo na dependência do incremento das forças produtivas, atuam, por sua vez, sobre estas últimas, de uma maneira muito ativa.

As forças produtivas da sociedade só podem desenvolver-se mais ou menos sem obstáculos até o momento em que as relações de produção correspondam ao caráter das forças produtivas. Em determino grau do seu desenvolvimento, as forças produtivas ultrapassam os marcos de determinadas relações de produção (exemplo citado dos Estados Unidos) e entram em choque com elas. E, assim, as relações de produção, em vez de forma de desenvolvimento das forças produtivas, passam a ser um obstáculo a êsse desenvolvimento.

PSD, PTB, PSB e PST Pedem a Legalidade do Partido Comunista

(CONCLUSÃO DA 1ª PAGINA) ticipação dos comunistas nas lutas patrióticas que se vêm travando por todo o país, especialmente nas lutas nacionalistas. Fêz uma apreciação sobre o conceito de democracia e esclareceu que num regime democrático não se compreende a ausência dum ponderável parcela de opinião, através do partido que representa essa mesma opinião. Daí porque se solidarizava com o movimento ora empreendido pela legalidade do PCB, cuja atuação na vida pública nacional estava fora de qualquer dúvida.

Apoio dos socialistas

Grande número de socialistas fêz-se presente à solenidade. E em nome do Partido Socialista Brasileiro, falou o dr. Enildo Pessôa, que se dirigiu carinhosamente aos comunistas, chamando-os de «companheiros». Fêz uma análise circunstanciada da oitividade dos aderentes do PCB e de sua vinculação à luta mesma dos socialistas, aduzindo que apenas pequenas diferenças de ordem doutrinária separavam as duas correntes. Mas que, nem por isso, deixavam os socialistas de estar como sempre ao lado dos comunistas e com êstes pleiteavam a legalidade do Partido Comunista do Brasil.

O discurso do jovem líder socialista foi intensamente aplaudido pelos presentes.

Anomalia

Sob entusiástica ovação, é dada a palavra ao jornalista Dias da Silva. O combativo homem de imprensa, ex-deputado e ex-vereador, produziu um verdadeiro libelo contra o imperialismo norte-americano, a quem atribuiu a principal razão da ilegalidade a que foi lançado o Partido Comunista do Brasil. Recordou as lutas pelo petróleo e a atuação dos liderados de Luiz Carlos Prestes. Alertou a todos para a necessidade de se intensificarem as lutas nacionalistas e de ser indispensável a presença dos comunistas nessas batalhas.

Chamou então a atenção dos presentes para essa anomalia, de estarem os comunistas participando dessas lutas e o PCB na ilegalidade, fato êsse bastante para justificar a legalidade do Partido Comunista, se outras imposições mais atuantes e decorrentes do próprio regime democrático que adotamos não nos levassem, ainda com maiores razões, a reconhecer a justiça dessa luta, que, por certo, está vitoriosa desde o seu surgimento.

O povo aglomerado no recinto da Assembléia Legislativa por mais de uma vez interrompeu com veementes aplausos as palavras do jornalista Dias da Silva, que é, sem favor, umas das figuras mais atuantes das lutas nacionalistas no Estado.

Penetração imperialista

Por mais duma vez, no intervalo dos discursos, o povo aclamava e exigia com entusiasmo a presença na tribuna do deputado Paulo Viana de Queiroz. E quando o presidente da Mesa anunciou o jovem parlamentar de

Jonito, os aplausos cresceram de intensidade.

O deputado Paulo Viana de Queiroz fêz no seu discurso verdadeira análise da penetração imperialista e suas nefastas consequências, entre as quais a ilegalização do Partido Comunista do Brasil.

Conclamou todos os presentes à luta pela libertação econômica do Brasil e frisou a destacada atuação dos comunistas nessa luta, razão por que não se entende que continue na ilegalidade um partido ao qual pertencem tão abnegados e incansáveis lutadores.

Fêz referências elogiosas à atuação de Prestes e terminou por manifestar sua profunda convicção de que dentro em breve estaríamos com o Partido Comunista na legalidade.

As últimas palavras do deputado Paulo Viana foram recebidas com estrepitosos e demorada salva de palmas e com vivas à pessoa do orador.

Pelos trabalhadores

Em nome dos líderes sindicais presentes e do operariado, falou o sr. Abner Ferreira dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Oleos Combustíveis.

O orador abordou casos concretos da penetração imperialista em nossa pátria, especialmente no setor da distribuição do petróleo, narrando os estorcedores de interferência das trustes na vida dos sindicatos e das perseguições que movem àqueles que mais se destacam na luta reivindicatória dos operários brasileiros. Ressaltou a sua condição de militante do PTB. Como tal e, mais ainda, representando a opinião dos sindicalistas de Pernambuco, conclamava todos à pugna pela legalidade do Partido Comunista do Brasil.

Seu discurso também foi bastante aplaudido.

Presidente da Câmara

Agora é a vez do vereador Carlos Duarte. O presidente da Câmara Municipal do Recife é um velho e incansável lutador da causa da democracia e do socialismo em nossa pátria, desde a década de 30. O povo acostumou-se a ouvi-lo, respeitá-lo e aplaudi-lo.

Por isso, ao ser anunciado o seu nome, uma onda de aclamações invadiu a Assembléia. Vivas e palmas entusiásticas receberam a sua presença na tribuna. Carlos Duarte examinou todos os problemas que levaram o governô de então a lançar na clandestinidade o Partido Comunista, assinalando que foi por imposição do imperialismo lanque, que naquela época se preparava para a «guerra fria», que o fenômeno ocorreu.

Deu ênfase ao fato de que os comunistas vêm, desde então e apesar da clandestinidade, batalhando em tôdas as frentes políticas, especialmente na quebra do nacionalismo e das lutas pela nossa libertação econômica. Assinalou ainda com maior ênfase a participação «dos companheiros e companheiras do Partido Comunista nas lutas eleitorais e na vitória dos candidatos eleitos. Per-

guntai ao presidente Juscelino quem mais batalhou pela sua vitória, e êle responderá que foram os comunistas. Perguntau ao dr. Cid Sampaio quem melhor pugnou por sua vitória em 1958, e êle dirá que foram os comunistas. Indagai do prefeito Miguel Arrais quem mais se empenhou em sua campanha e em sua vitória eleitoral, e êle vos responderá que foram os comunistas.

A cada uma dessas evocações, a multidão que se comprimia na Assembléia Legislativa prorrompia em aplausos entusiásticos. Quando o vereador Carlos Duarte deixou a tribuna, as palmas e os aplausos ainda se prolongavam por mais de um minuto.

Pelos jornalistas

O último orador foi o jornalista Aluisio Falcão, que falou em nome dos jornalistas profissionais, por indicação dos confrades presentes. Disse que estava certo de que mesmo aqueles que divergiam dos comunistas desejavam a legalidade do PCB, que aquela era uma luta de todo o povo brasileiro. E desejou que todos vissem em breve a vitória dessa grande luta.

Mensagens

Entre as mensagens recebidas pela Mesa, destacam-se a do engenheiro Pelópidas Silveira, vice-governador do Estado, do deputado Sérgio Murilo, do PSD e do deputado polígua Luiz Maranhão Filho.

Foi a seguinte a mensagem do vice-governador do Estado: «Recife, 28 de julho de 1960. — Prezados amigos David Capistrano, Adalgisa Cavalcanti e José Leite Filho.

Agradeço a sua gentileza enviando-me convite para o ato público, que se realizará, hoje, no recinto da Assembléia Legislativa, pelo registro do PCB. Impossibilitado de comparecer, desejo manifestar à Comissão Promotora a minha solidariedade.

Estou, assim, reafirmando pronunciamientos que tenho feito, inúmeras vezes, durante a minha vida pública.

Não se coaduna com o espírito do regime democrático alguns milhares de brasileiros permanecerem impedidos de atuar na vida política do país.

Estou certo de que, dentro em breve, se tornará realidade essa aspiração de todos os democratas: a legalidade do Partido Comunista do Brasil.

Esta posição é também a posição pública do Partido Socialista Brasileiro, a cujos quadros hoje pertence.

Cordalmente Pelópidas Silveira.»

O deputado Sérgio Murilo enviou uma mensagem nestes termos:

«Uma viagem para fora do Estado me impede de comparecer ao ato público pelo registro, no Tribunal Superior Eleitoral, do Partido Comunista do Brasil, que se promove hoje no recinto da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Minha condição de democrata autêntico me impõe, porém, o indeclinável dever de manifestar a minha integral solidariedade a essa reivindicação.

Não entendo a democracia sem a plenitude da liberdade de pensamento que lhe é pressuposto essencial.

Assim, receba a Comissão Promotora desse convite a mais legítima expressão do meu apoio.»

De Natal, o deputado Luiz Maranhão Filho, enviou o seguinte telegrama:

«Apresento minha solidariedade à solenidade no recinto da Assembléia Legislativa pelo registro do Partido Comunista no Tribunal Superior Eleitoral, felicitando o Legislativo pernambucano por essa atitude democrática. Saudações — Luiz Maranhão Filho — Deputado Estaduais.»

Agradecimento

Após o discurso do jornalista Aluisio Falcão, o ex-parlamentar José Leite Filho dirigiu aos presentes palavras de agradecimento pela solidariedade manifestada e encerrou os trabalhos, sob uma salva de palmas entusiásticas que durou vários minutos.



Está em jogo a democracia

O dirigente comunista David Capistrano dirigiu uma conclamação a todos os presentes. Não defendia uma solução do interesse exclusivo de um grupo. Ao contrário, está em jogo o fortalecimento da própria democracia

Nota Econômica Economistas em Simpósio

Concluar a economia brasileira — eis aí um objetivo que não poderá ser atingido sem um amplo confronto dos pontos de vista divergentes e mesmo antagonicos, não para uma conciliação impossível, mas para esclarecer. O que era a nossa economia no passado, o que representa hoje e como se projeta para o futuro são os pontos de partida obrigatórios para qualquer trabalho sério sobre a conceluação da economia nacional. Isto, repetimos, pressupõe o franco debate.

Não se caracterizou, porém, por êsse choque de opiniões o recentemente realizado I Simpósio Sobre a Conclução da Economia Brasileira, promovido pelo Centro de Cultura Econômica e cujas sessões de inauguração e plenárias efetuaram-se no auditório da Confederação Nacional das Indústrias. Do conclave participaram economistas desta Capital e de vários outros Estados, entre os quais os sr. Humberto Bastos (presidente do Simpósio), Celso Furtado, Genival Santos, Herculanô Borges da Fonseca Simão Cassasanta, Obregon de Carvalho e outros. Com pequenas nuances, são representantes de uma determinada corrente do pensamento econômico, mas em geral não se situam nem dentro da chamada escola ortodoxa (caracterizadamente reacionária e entreguista), nem entre os representantes do pensamento econômico avançado. Se foi notada a ausência dos chamados ortodoxos, muito maior ainda foi a falta que ficaram os representantes do pensamento econômico de vanguarda, cuja presença vem se fazendo sentir cada vez mais, não só pela contribuição crítica, como pelas soluções positivas que preconizam para os problemas econômicos do país.

Essas ausências, embora evidentemente não cheguem a ponto de retirar os méritos do Simpósio, condicionaram, porém, o caráter de monólogos, daquilo que deviam ser debates, e de unilateralidade nos seus resultados.

Entre os informes apresentados à discussão, de acôrdo com o método de trabalho adotado, figurou um do sr. Celso Furtado. Tratou o sr. Celso Furtado da economia brasileira na metade do século XX. Não vamos deter-nos aqui, inclusive pela exiguidade desta nota, em destacar os reais méritos do sr. Celso Furtado como estudioso da economia nacional, o que, de resto, se reflete em mais êsse seu trabalho. Gostaríamos, antes de assinalar aquilo que nos parece ser omissão — e grave omissão — não só no informe do sr. Celso Furtado, como no próprio documento final do Simpósio — a «Mensagem aos Brasileiros», em primeiro lugar, o sr. Celso Furtado, continua afer-

rado ao ponto de vista de que não é um mal tão grande assim a atual estrutura agrária brasileira ou de que, pelo menos, pode o país ir vivendo com ela. Insiste êle, pois, na tese de que o desenvolvimento econômico brasileiro deve ser conciliado com uma estrutura agrária característica do passado e que constitui um pesado lastro negativo do qual o país terá de se desembaraçar fatal e inevitavelmente. Muito significativamente, o problema simplesmente não foi sequer aforado no corpo do informe do sr. Celso Furtado, e se veio à tona deveu-se a uma interpegação feita pelo economista Pompeu Aclio Borges, cujas opiniões progressistas são bem conhecidas.

Outra omissão que nos parece inadmissível numa reunião de economistas com tão vasto objetivo é a que se refere ao estudo dos reflexos da expansão econômica do mundo socialista sobre a economia nacional. Ninguém, hoje, de boa fé pode negar que o desenvolvimento econômico que o Brasil vem alcançando repousa essencialmente em fatores internos e foi obtido não graças, mas apesar da presença do capital imperialista. Cosa bem diversa, porém, é a presença dos países socialistas. Afirmam os economistas do mundo socialista que em 1965 mais da metade da produção industrial do mundo caberá ao sistema socialista. Poderá alguém — e menos ainda economistas — ignorar a influência enorme desse fato em nossa economia, não apenas em 1965, mas desde já? E êsse outro fenômeno importantíssimo que é a quebra do monopólio imperialista pelos países socialistas no comércio exterior dos principais produtos dos países subdesenvolvidos? Não é uma questão destinada a ter fundos repercussões na vida econômica brasileira?

No entanto, o Simpósio omitiu-se em relação a tais questões. Limitou-se a uma constatação de que o comércio exterior tem importância decrescente na economia do país. Sim, dizer isto é exprimir a verdade, mas é também dizer muito pouco...

Em suma apesar disso e de não haver abandonado o terreno das generalidades onde cabe quase tudo, o Simpósio — referimo-nos ao seu documento final a «Mensagem aos Brasileiros» — foi uma iniciativa útil. Revelou, à luz de fatos econômicos, que o Brasil progride e que poderá avançar muito mais desde que adote diretrizes independentes para o seu desenvolvimento econômico. Vale dizer também em suas relações econômicas internacionais.

Tribuna de Debate

MIGUEL SILVA (São Paulo)

Aliança Operário-Camponesa Base da Frente Única

Outra característica dos debates é o nível que está alcançando a luta ideológica nas fileiras do Partido. Essa luta é, por sinal, oportuna, útil e necessária, pois dela nosso Partido sairá unido, fortalecido e capacitado para travar as grandes lutas que se aproximam. Para que o Partido possa contribuir decisivamente na solução dos graves problemas que afligem nosso povo, e de que dependa o seu futuro, é necessário que estas lutas sejam travadas o mais breve possível, caso contrário a classe operária e sua vanguarda ficarão para trás no processo revolucionário brasileiro. Isto, porém, exige uma linha política mais acertada e mais consistente, de acordo com as novas e reais condições dos dias presentes, levando em conta, especialmente, as modificações ocorridas, para melhor na situação mundial, particularmente no que toca à solidariedade internacional. (Vide Proj. da Paz e do Socialismo, n.º 60, artigo de O. K.)

ENIO SANDOVAL (S. Paulo)

Algumas Ideias

I — Firmar conclusões gerais

Como é natural, a confecção de um programa geral do Partido não deve terminar de maneira alguma com a conclusão da polêmica, mas sim haverá de deixar bem assentadas as ideias fundamentais, sobre o caráter, os objetivos e as tarefas de nosso movimento, ideias que deverão servir de bandeira ao Partido na luta, unida e coesa, apesar das divergências particulares que se produzam entre seus membros quanto a questões de detalhes.

Projeto de Programa de Nuestro Partido: pg. 32 do tomo "La Alianza de la clase obrera y del campesinado" — V.I. Lenin, Ediciones en Lenguas Extranjeras — Moscú — 1939.

O programa deve deixar aberta a questão dos meios, deixando a escolha destas à opinião das organizações que lutam e dos congressos do Partido que são os que fixam sua linha. É bastante duvidoso que as questões táticas possam figurar no programa (com exceção das mais essenciais e das que tenham importância de princípio como a da altitude diante dos demais grupos que lutam contra o absolutismo). Idem, pag. 41.

Creio que o V.º Congresso deverá aprovar as "Teses para a discussão" e o "Projeto de Estatutos", por abordarem eles, dentro das contradições existentes, problemas táticos e estratégicos já propostos nos últimos anos da vida do Partido. Tratam em suas linhas gerais dos principais problemas com que se defronta o povo brasileiro no dia a dia. Colocam a situação internacional em que se desenvolve a revolução brasileira (devemos levar em consideração o documento aprovado pelos 12 Partidos no Congresso do P. C. Rumeno); analisam os principais dados da economia nacional; tentam formular conceitos válidos para as classes sociais; o Estado e as instituições; estudam as contradições da sociedade brasileira e seu caráter na etapa atual; propõem a composição da frente única; definem-se diante do problema do poder político e focalizam os problemas domésticos do Partido.

Poderíamos exigir mais? Parece-me que quanto às linhas gerais não. A prática das linhas gerais tem se definido desde a fundação do Partido, apresentando progresso quase sempre continuado, interrompido às vezes em maior ou menor grau por certos órgãos, grupos, dirigentes ou militantes mas jamais interrompido pela ação do corpo médio ou dirigentes intermediários, entendendo-se do Partido que contém sua exatidão junto à realidade, de maneira mais ou menos veloz, mais ou menos lenta.

As proposições apresentadas pelas Teses correspondem aos elementos táticos e estratégicos colhidos pela experiência militante dos últimos anos. Quanto à formulação sim. A parte teórica das Teses poderia ter sido separada de sua parte prática, em cada capítulo ou em todo o conjunto. Assim muitos companheiros que não puderam lê-las ou estudá-las teriam dado sua opinião conhecendo as soluções práticas propostas.

Esta observação parece-me válida também para as conclusões gerais a serem aprovadas pelo plenário do V.º Congresso: segundo sugestão de diversos companheiros não afetos ao manuseio de textos, o material a ser aprovado deverá ser bem definido, escrito em linguagem simples, breve e clara para que facilite seu conhecimento pelo maior número possível de militantes, simpatizantes e pessoas do povo. Se esse documento é um Programa, um Projeto de Programa, Princípios Programáticos, Plano de Soluções, etc., não importa, pois confiamos na sabedoria do plenário final. É preciso porém firmar conclusões gerais. Cumpre deixar o Partido armado, cumprir armar todas as forças e pessoas progressistas para que o povo possa distinguir perfeitamente nossa posição partidária, os meios de que nos utilizamos, facilitando assim o trabalho de convencimento popular, afastando-se lendas mentirosas criadas pelos inimigos da paz e do socialismo.

II — A prática

A questão de saber se uma proposta teórica corresponde à verdade objetiva não é resolvida completamente, e não o pode ser, no movimento do conhecimento sensível ao conhecimento racional de que falamos anteriormente. Para resolver completamente esta questão é preciso, partindo do conhecimento racional, voltar à prática social, aplicar a teoria à prática e verificar se ela pode conduzir ao objetivo fixado. A proposição da prática. Oeuvres choisies de Mao-Tsé Tung, pg. 539 Edições Sociais — 1955. Disse um delegado operário na Conferência de São Paulo: "A revolução não é um mapa mas uma luta."

As camponesas e uma boa parte da pequena burguesia a se entrosarem de forma mais ativa no movimento nacionalista e engrossarem suas fileiras. E serviria, ainda, entre outras coisas, para garantir ao proletariado e ao Partido a direção do movimento, abrindo aqui as perspectivas revolucionárias da necessidade e viabilidade da revolução em nossa Pátria o mais breve possível, para solução dos seus graves problemas. Não foi, também, levado em

conta, a necessidade imperiosa de formarmos o atual governo a nular os acordos de lesa-pátria concluídos com o imperialismo norte-americano, tais como: Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, Tratado do Rio de Janeiro, Ponto IV, etc. Tudo isto teria servido para que as grandes massas convergissem ao movimento nacionalista, ampliando-o e reforçando suas fileiras. Teriam, assim, ao proletariado e seu Partido maiores possibilidades de consolidar a frente única.

Em primeiro lugar do imperialismo norte-americano: seus representantes reúnem-se semanalmente para trocar toda a série de informações políticas, econômicas e sociais. A sua testa está o mais descarado lanque que chegou ao Brasil: Cabot. A denúncia patriótica de Brizola confirma esse fato. E apenas para informar: Carvalho Pinto firmou com os representantes do Escritório do Ponto IV um protocolo preliminar do Convênio Policial americano deixando-se fotografar ao lado de Joseph Lingo e Elias Saquezani, agentes do imperialismo, e prometendo mais ainda. Tenho em mãos neste momento o recorte do jornal "O Estado de São Paulo".

Mas voltando à vaca fria. Como conhecer a atuação diária de todos os agentes do imperialismo norte-americano? Por fatos consumados? Pela imprensa? Pela livros e estudos? Pela luta política? Econômica? Social? É evidente que nossas forças são grandes e podemos desdobrar-nos em vários sentidos como o demonstra o movimento nacionalista.

Mas há na sociedade brasileira uma camada talhada para essa tarefa na fase atual: são os trabalhadores e empregados dos monopólios norte-americanos e de suas empresas. São os que melhor conhecem os monopólios, seus agentes, seus métodos. Não conhecem por ouvir dizer mas por estarem diretamente submetidos a eles; ficam a par de sua mudança de tática, com algum de seus objetivos estratégicos, no dia a dia, anos seguidos. São brasileiros potencialmente perigosos para os monopólios norte-americanos. E o imperialismo sabe disso. Que faz então? Trata de ganhá-los pelos métodos mais diferentes e variados ou amartececer sua luta, dividindo-os, deixando-os sem informações ou perseguindo-os.

São vários os métodos: 1) — pagar salários mais altos do que os pagos pelas empresas brasileiras; 2) — transformar líderes dos trabalhadores em agentes seus ou pelegos — ex. o que faz a Brazilian Tracton que chegou a utilizar para liderar a luta de suas fábricas de gás, energia, etc.; 3) — dispensar qualquer trabalhador que se sindicalizar ou demonstrar a menor atividade sindical independente; ex. — o Frigorífico Armour com o caso do vice-presidente do Sindicato dos Frios de São Paulo; 4) — pagar até os menores direitos trabalhistas para amortececer seus trabalhadores, evitar que recorram aos sindicatos, que se faça vitória em seus livros por força de votos; ex.: a Ford; e tantos outros que têm muitas vezes corroido o trabalho de organização dos trabalhadores e empregados, desorganizando sua luta, e dificultando a tomada de consciência antiimperialista.

Mas há exemplos concretos e positivos: 1) — a célebre derrota que os trabalhadores do grupo Light (Stone Webster especializada, em grandes construções internacionais) impuseram a esta companhia parisiense, no começo de 1959, derrota econômica e política; 2) — a derrota que os trabalhadores do Frigorífico Wilson impuseram a este, neste mês de julho; 3) — a memorável derrota que os trabalhadores de Santos infligiram ao ramo inglês (Flour Mills) do monopólio internacional do trigo, na defesa do direito de estabelecimento de três dezenas de trabalhadores; 4) — a derrota que trabalhadores e empregados da Shell impuseram ao monopólio transformando um inquérito criminal em que eram acusados de furto num libelo de acusação contra esse trustee por furtar abertamente o povo brasileiro, utilizando os métodos mais sutis e abjetos. Há outros exemplos, frisantes que devemos estudar devidamente para concluir como conduzir a luta contra eles.

Não são fáceis os métodos do problema. Entretanto, estamos certos de que um cuidado especial, com essa camada de trabalhadores e empregados, traz benefícios incalculáveis à luta anti-imperialista. Cabot e Berle estão em palestra na Federação das Indústrias de São Paulo aenarraram com um prato de lentilhas à burguesia nacional, levantando a questão da cooperação econômica.

III — Os trabalhadores das empresas imperialistas

A revolução significa a derrubada das classes opressoras pelo povo oprimido de todo país e os falamos dos países coloniais e semi-coloniais, então em primeiro lugar, trata-se de expulsar os opressores estrangeiros; isto é o imperialismo.

Viva o Leninismo! N.º 8 da revista HONGQUÍ (Bandeira Vermelha), publicado a 16 de abril de 1949. Edições em Lenguas Extranjeras — Pekin, 1949.

Gostaria de tratar da contradição entre os trabalhadores e os pelegos, pois por força de profissão é aquela que observo mais de perto atualmente. Dado a falta de espaço e tempo, deixo para melhor oportunidade. Quero porém ressaltar um de seus aspectos e fazer uma sugestão: que se aprove o V.º Congresso propositivo de realizar nos trabalhadores e empregados das empresas imperialistas, particularmente norte-americanas.

Prezamos conhecer a fundo os objetivos e os métodos das classes imperialistas. Elas estão dentro do plano geral do imperialismo

Como nada disso foi feito, Fernando de Noronha, pedaço do solo brasileiro, está hoje ocupado pelas forças armadas norte-americanas; as condições de vida das massas camponesas, mil vezes agravadas; os trabalhadores já perderam a possibilidade de qualquer equilíbrio entre os seus salários e a elevação permanente do custo de vida.

Ora, se o movimento nacionalista não avançou suficientemente, como o permitiu as novas condições, é porque deixamos de percorrer um caminho mais consistente, de acordo com os interesses das grandes massas trabalhadoras e populares. Se tivéssemos atraído essas massas com firmeza e decisão, e apresentado perspectivas revolucionárias, o proletariado teria condições indispensáveis à conquista da direção no movimento revolucionário brasileiro, na atual etapa, e em condições novas, teria estruturado sua base principal — a aliança operário-camponesa, a fim de assegurar o desenvolvimento da frente única e acelerar, enfim, a marcha da revolução.

Se, na atual etapa da revolução brasileira, funcionamos efetivar, com as forças antiimperialistas, antiféudais e democráticas da Nação, a estruturação da frente única, temos forçosamente, que partir da aliança operário-camponesa como sua base, contando, ainda, para reforçar essa aliança, com os setores mais consequentes da pequena burguesia urbana. Esta última, representada pelos seus setores mais consequentes, — a juventude estudantil, a intelectualidade e setores nacionalistas das forças armadas, está mais próxima do proletariado e do campesinato, constituindo, portanto, uma camada progressista, que pode e deve apoiar aquela aliança e dar uma contribuição decisiva na ampliação e reforçamento da frente única. Seus interesses, em determinadas circunstâncias, coincidem com os do proletariado e dos camponeses.

Quando à parte da burguesia nacional não comprometida com o imperialismo norte-americano ou com seus críveis, pode perfeitamente participar da frente única, desde que o proletariado resguardar seus próprios interesses. Isto, naturalmente, ocorrerá quando houver assegurado suas bases nas condições acima previstas, e não como indicam as Teses, no número 27: «A fim de assegurar um curso consequente à revolução, a classe operária deve aliar-se à burguesia e a outras camadas revolucionárias, mas, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas dessas classes.» Como se vê, as Teses substituíam a importância e a necessidade, na atual etapa, da aliança operário-camponesa, como base da frente única. Esta é a condição essencial para o proletariado conquistar a hegemonia na frente única e garantir, consequentemente, o êxito da revolução.

Quais as razões desta substituição, exatamente agora, quando todas as condições, tanto internas como por força da situação internacional, são favoráveis a que o proletariado tome a iniciativa de acelerar a marcha da revolução? Espera o Partido que as condições de vida das massas trabalhadoras nos cidades e no campo se agravem ainda mais, para então falar na necessidade da revolução? Ou espera que os monopólios imperialistas norte-americanos e seus críveis penetrem mais profundamente na economia nacional, e que suas forças armadas venham ocupar, ainda mais, o solo brasileiro, como já fizeram em Fernando de Noronha? Creio que as razões que estão levando o nosso Partido a percorrer um caminho não condizente com a realidade dos nossos dias estão em grande parte, ligadas à atual linha

JESUS SILVA (Santa Maria R.G. do Sul)

Algumas Considerações ao Debate Partidário

Camaradas: Na situação de militante novo de base procurei dizer alguma coisa. Primeiramente quero saudar a direção central do nosso partido pela brilhante iniciativa de procurar ouvir maior número de militantes, para após ser formulada a linha do nosso partido, linha esta que deverá refletir a realidade brasileira.

Não há nenhuma escusa no que vem afirmar a Nação Brasileira ao passo a contar com um partido comunista guiado pelo marxismo-leninismo na prática somente no atual momento em que foi lançada a "DECLARAÇÃO" de março de 1958; anterior a esta data o Brasil tinha um partido marxista dirigido por CHARLATÔES e verdadeiros analfabetos em marxismo-leninismo segundo as palavras do grande Lenin no seu maravilhoso livro "A LUTA DO COMUNISMO NA ESCURERDÃO". NO COMUNISMO, não se compreende que militantes intelectuais com um passado de lutas ainda se esforcem lentamente para imprimir ao partido uma linha que contém tantos males ao P. C. B. e que é lamentável e até mesmo inaceitável que esses militantes cheguem ao cúmulo de falsificar a Declaração de março e as Teses para incutir nos militantes novos a ideia de que a linha política atual é favorável ao desenvolvimento da realidade brasileira, e pensar que esse procedimento nefasto parte de elementos comunistas, ou sinceramente não encontram condições para tão desonestamente modificá-las.

Não há nenhuma dúvida, o nosso partido está dividido em duas alas, e que estão a lutar na Declaração de março e as TESSES, eu denomino-as de BORGHEZES e as que lutam por uma linha oposta são MENCHEVIQUES: aqui vai um lembrete da camarada PRESTES, faço um teste de consciência pois o considero o militante de maior experiência e o intelectualidade, de maior capacidade para perceber com a maior exatidão que no passado o grande Lenin presidiu criticando os mencheviques e sabido que no momento que foi instalado o

política, desde a Declaração que nos tem impedido uma visão mais real com relação ao movimento revolucionário; que não tem permitido que levemos na devida conta as constantes mudanças na situação mundial, os repetidos êxitos de poderoso campo socialista, particularmente os importantes avanços em posições políticas de alcance internacional no interesse dos povos coloniais e dependentes, como é o caso do Brasil.

Em toda parte os imperialistas e seus séculos, os colonialistas, estão sendo forçados a bater em retirada — estão no fim. Aqui mesmo, na América Latina, as forças do imperialismo norte-americano com o pé da derrota com a libertação do heróico e invencível povo cubano que nos dá um verdadeiro exemplo de quanto vale a unidade de um povo disposto a se libertar das cadentes que o oprimem secularmente. E, o mais importante: malgrado as provocações e terror dos piratas imperialistas norte-americanos, o povo cubano conquistou rapidamente as simpatias e solidariedade, inclusive material, do poderoso campo socialista, encabeçado pela União Soviética e, ainda, conta em certo grau, com os povos da América Latina. E que concluir diante destes fatos, em relação ao processo revolucionário em nosso País? A conclusão a que chegamos é que o proletariado, por responsabilidade do nosso Partido, ainda não alcançou a posição que deve e pode alcançar, para se colocar definitivamente à frente do povo e, através do indispensável instrumento — a frente única, dirigir as lutas no processo revolucionário, pela conquista de um novo poder, que criará condições à transição pacífica para o socialismo.

Se desejamos que nosso Partido dê não apenas um passo, mas um salto para a frente, temos que munir-lo de uma linha política, um programa, capaz de levá-lo à sua justa posição de Partido revolucionário, vanguarda de classe operária e do povo; uma linha política que unifique e desenvolva suas bases; que reflita fielmente as atuais condições em que se desenvolve a revolução brasileira, que faça reviver no seio do Partido o espírito de audácia e abnegação para com os interesses do proletariado e do povo brasileiro (não se trata de saudosismo; é uma linha que faça com que as grandes massas trabalhadoras e populares, ao ouvir nossas palavras de ordem, nos aplaudam e se aliam; finalmente, uma linha que abra para o proletariado uma perspectiva otimista e de inabalável confiança no espírito de solidariedade internacional e no apoio com que podemos contar no campo socialista.

É evidente, porém, que uma linha política nestas condições, com um programa consequente e revolucionário, não será extraída das atuais Teses para Discussão. NB — Pela segunda vez apelo à direção do Partido, no sentido de que os atuais debates sejam prorrogados. Se insistir, e porque estou convencido de sua necessidade, ante a luta ideológica e de opiniões que estamos travando em nossas fileiras e que, certamente, deve prosseguir. Será esta a melhor forma para dar uma "saucedidade" em nosso Partido, a fim de que possamos romper com uma série de concepções estranhas à ideologia do proletariado. Do contrário, corremos o risco, ainda maior, de nos envolvermos nas posições oportunistas e de direita que tantos males tem causado ao movimento revolucionário.

É preciso que fique claro que a batalha ora travada dentro do Partido — política e ideológica, é uma constante de nossa atividade revolucionária, tornam-se necessário que dela participem todos os militantes. Que armados da teoria marxista-leninista, ajudados pela experiência dos Partidos irmãos, pelos ensinamentos que devemos assimilar das massas e que nos impõem a própria vida, possamos fortalecer nossas concepções político-ideológicas, reforçar e unificar nosso Partido. Desta batalha sairá um vencedor, que não será este ou aquele militante, sózinho ou acompanhado, mas sim o nosso Partido — o P.C.B. Que meditem sobre isso as Delegações eleitas para o próximo Congresso, de cuja decisão dependerá o futuro do nosso Partido, o caminhar e a sorte da revolução. Os Delegados irão decidir em nome da maioria o que de resto caberá a todos, por em prática e cumprir, no interesse do proletariado e da revolução

São Paulo, 28 de julho de 1960 Miguel Silva

JESUS SILVA (Santa Maria R.G. do Sul)

Algumas Considerações ao Debate Partidário

Na situação de militante novo de base procurei dizer alguma coisa. Primeiramente quero saudar a direção central do nosso partido pela brilhante iniciativa de procurar ouvir maior número de militantes, para após ser formulada a linha do nosso partido, linha esta que deverá refletir a realidade brasileira.

Não há nenhuma escusa no que vem afirmar a Nação Brasileira ao passo a contar com um partido comunista guiado pelo marxismo-leninismo na prática somente no atual momento em que foi lançada a "DECLARAÇÃO" de março de 1958; anterior a esta data o Brasil tinha um partido marxista dirigido por CHARLATÔES e verdadeiros analfabetos em marxismo-leninismo segundo as palavras do grande Lenin no seu maravilhoso livro "A LUTA DO COMUNISMO NA ESCURERDÃO". NO COMUNISMO, não se compreende que militantes intelectuais com um passado de lutas ainda se esforcem lentamente para imprimir ao partido uma linha que contém tantos males ao P. C. B. e que é lamentável e até mesmo inaceitável que esses militantes cheguem ao cúmulo de falsificar a Declaração de março e as Teses para incutir nos militantes novos a ideia de que a linha política atual é favorável ao desenvolvimento da realidade brasileira, e pensar que esse procedimento nefasto parte de elementos comunistas, ou sinceramente não encontram condições para tão desonestamente modificá-las.

Não há nenhuma dúvida, o nosso partido está dividido em duas alas, e que estão a lutar na Declaração de março e as TESSES, eu denomino-as de BORGHEZES e as que lutam por uma linha oposta são MENCHEVIQUES: aqui vai um lembrete da camarada PRESTES, faço um teste de consciência pois o considero o militante de maior experiência e o intelectualidade, de maior capacidade para perceber com a maior exatidão que no passado o grande Lenin presidiu criticando os mencheviques e sabido que no momento que foi instalado o

política, desde a Declaração que nos tem impedido uma visão mais real com relação ao movimento revolucionário; que não tem permitido que levemos na devida conta as constantes mudanças na situação mundial, os repetidos êxitos de poderoso campo socialista, particularmente os importantes avanços em posições políticas de alcance internacional no interesse dos povos coloniais e dependentes, como é o caso do Brasil.

Em toda parte os imperialistas e seus séculos, os colonialistas, estão sendo forçados a bater em retirada — estão no fim. Aqui mesmo, na América Latina, as forças do imperialismo norte-americano com o pé da derrota com a libertação do heróico e invencível povo cubano que nos dá um verdadeiro exemplo de quanto vale a unidade de um povo disposto a se libertar das cadentes que o oprimem secularmente. E, o mais importante: malgrado as provocações e terror dos piratas imperialistas norte-americanos, o povo cubano conquistou rapidamente as simpatias e solidariedade, inclusive material, do poderoso campo socialista, encabeçado pela União Soviética e, ainda, conta em certo grau, com os povos da América Latina. E que concluir diante destes fatos, em relação ao processo revolucionário em nosso País? A conclusão a que chegamos é que o proletariado, por responsabilidade do nosso Partido, ainda não alcançou a posição que deve e pode alcançar, para se colocar definitivamente à frente do povo e, através do indispensável instrumento — a frente única, dirigir as lutas no processo revolucionário, pela conquista de um novo poder, que criará condições à transição pacífica para o socialismo.

Se desejamos que nosso Partido dê não apenas um passo, mas um salto para a frente, temos que munir-lo de uma linha política, um programa, capaz de levá-lo à sua justa posição de Partido revolucionário, vanguarda de classe operária e do povo; uma linha política que unifique e desenvolva suas bases; que reflita fielmente as atuais condições em que se desenvolve a revolução brasileira, que faça reviver no seio do Partido o espírito de audácia e abnegação para com os interesses do proletariado e do povo brasileiro (não se trata de saudosismo; é uma linha que faça com que as grandes massas trabalhadoras e populares, ao ouvir nossas palavras de ordem, nos aplaudam e se aliam; finalmente, uma linha que abra para o proletariado uma perspectiva otimista e de inabalável confiança no espírito de solidariedade internacional e no apoio com que podemos contar no campo socialista.

É evidente, porém, que uma linha política nestas condições, com um programa consequente e revolucionário, não será extraída das atuais Teses para Discussão. NB — Pela segunda vez apelo à direção do Partido, no sentido de que os atuais debates sejam prorrogados. Se insistir, e porque estou convencido de sua necessidade, ante a luta ideológica e de opiniões que estamos travando em nossas fileiras e que, certamente, deve prosseguir. Será esta a melhor forma para dar uma "saucedidade" em nosso Partido, a fim de que possamos romper com uma série de concepções estranhas à ideologia do proletariado. Do contrário, corremos o risco, ainda maior, de nos envolvermos nas posições oportunistas e de direita que tantos males tem causado ao movimento revolucionário.

É preciso que fique claro que a batalha ora travada dentro do Partido — política e ideológica, é uma constante de nossa atividade revolucionária, tornam-se necessário que dela participem todos os militantes. Que armados da teoria marxista-leninista, ajudados pela experiência dos Partidos irmãos, pelos ensinamentos que devemos assimilar das massas e que nos impõem a própria vida, possamos fortalecer nossas concepções político-ideológicas, reforçar e unificar nosso Partido. Desta batalha sairá um vencedor, que não será este ou aquele militante, sózinho ou acompanhado, mas sim o nosso Partido — o P.C.B. Que meditem sobre isso as Delegações eleitas para o próximo Congresso, de cuja decisão dependerá o futuro do nosso Partido, o caminhar e a sorte da revolução. Os Delegados irão decidir em nome da maioria o que de resto caberá a todos, por em prática e cumprir, no interesse do proletariado e da revolução

São Paulo, 28 de julho de 1960 Miguel Silva

JESUS SILVA (Santa Maria R.G. do Sul)

Algumas Considerações ao Debate Partidário

Na situação de militante novo de base procurei dizer alguma coisa. Primeiramente quero saudar a direção central do nosso partido pela brilhante iniciativa de procurar ouvir maior número de militantes, para após ser formulada a linha do nosso partido, linha esta que deverá refletir a realidade brasileira.

Não há nenhuma escusa no que vem afirmar a Nação Brasileira ao passo a contar com um partido comunista guiado pelo marxismo-leninismo na prática somente no atual momento em que foi lançada a "DECLARAÇÃO" de março de 1958; anterior a esta data o Brasil tinha um partido marxista dirigido por CHARLATÔES e verdadeiros analfabetos em marxismo-leninismo segundo as palavras do grande Lenin no seu maravilhoso livro "A LUTA DO COMUNISMO NA ESCURERDÃO". NO COMUNISMO, não se compreende que militantes intelectuais com um passado de lutas ainda se esforcem lentamente para imprimir ao partido uma linha que contém tantos males ao P. C. B. e que é lamentável e até mesmo inaceitável que esses militantes cheguem ao cúmulo de falsificar a Declaração de março e as Teses para incutir nos militantes novos a ideia de que a linha política atual é favorável ao desenvolvimento da realidade brasileira, e pensar que esse procedimento nefasto parte de elementos comunistas, ou sinceramente não encontram condições para tão desonestamente modificá-las.

Não há nenhuma dúvida, o nosso partido está dividido em duas alas, e que estão a lutar na Declaração de março e as TESSES, eu denomino-as de BORGHEZES e as que lutam por uma linha oposta são MENCHEVIQUES: aqui vai um lembrete da camarada PRESTES, faço um teste de consciência pois o considero o militante de maior experiência e o intelectualidade, de maior capacidade para perceber com a maior exatidão que no passado o grande Lenin presidiu criticando os mencheviques e sabido que no momento que foi instalado o

Tribuna de Debate

Em artigo anterior nos referimos às contradições existentes na atual sociedade brasileira situando-as na categoria de revolução burguesa, como esta se apresenta em nosso país no atual momento histórico, e assinalando a justeza da «Declaração» de março de 1958 e das «Teses» para o V Congresso ao apresentar as contradições nacional e democrática como as duas contradições fundamentais, que exigem total solução para que seja completada a atual etapa democrático-burguesa da revolução brasileira.

MANUEL PAIVA

Sobre a Contradição Principal

sa, particularmente em virtude dos restos feudais que têm suas raízes mais profundas na atual estrutura agrária do país, e uma superestrutura política dela conseqüente.

Vejamos, portanto, o que representa a primeira dessas contradições, ou seja, que importância tem a mesma para que a nação brasileira possa completar a etapa democrático-burguesa de seu desenvolvimento e se transforme num autêntico e íntegro Estado nacional, capitalista.

Examinaremos, de passagem, qual o conceito de Lenin sobre a importância da existência do Estado nacional para que uma nação se complete como nação capitalista, tendo em conta naturalmente que a categoria nação, só existe em sua plenitude no capitalismo, e organizada sob a forma de um Estado nacional, independente e soberano.

Como diz Stalin: «A nação não é somente uma categoria histórica, mas sim uma categoria histórica de uma determinada época, da época do capitalismo ascendente». Significa que a nação como categoria histórica só surgiu como uma possibilidade e uma necessidade no período capitalista do desenvolvimento da sociedade ao qual corresponde plenamente e do qual é não só uma necessidade como uma exigência «sine qua non».

Neste sentido, diz Lenin, citando Kautsky: «O Estado nacional é a melhor forma de Estado, a que melhor responde às condições modernas (quer dizer, às condições capitalistas civilizadas, economicamente progressistas, diferentemente das condições medievais, pré-capitalistas, etc., e a forma em que o Estado pode cumprir com maior facilidade suas tarefas) para todo o mundo civilizado, o Estado nacional é por isso o típico, o normal no período capitalista». «O Estado nacional é a regra e «norma» do capitalismo». «Do ponto de vista das relações nacionais, o Estado nacional é o que oferece, em virtude alguma, as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo».

Naturalmente, o fato de que uma ou várias nações possam se intrinsecar no mercado (economia) interno de uma outra nação, como é o caso do imperialismo no Brasil, leva a que interfira em seu Estado, e o anule em parte, pois restringe sua autodeterminação. Afirma Lenin: «Em todo o mundo, a época do triunfo definitivo do capitalismo sobre o feudalismo esteve ligada a movimentos nacionais». A base econômica destes movimentos se estriba em que, para a vitória completa da produção mercantil, é necessário que a burguesia conquiste o mercado interno.

A verdade é que, em virtude da ação do imperialismo, o Brasil não pode ser considerado como uma nação que goze de plena autodeterminação, já que a sua economia encontra-se seriamente subordinada aos interesses do imperialismo, o que restringe, limita, em parte anula mesmo, certos aspectos da autodeterminação política. Não pode ser, portanto, o Brasil considerado ainda um Estado nacional completo, não preenchendo o pleno sentido da categoria de nação capitalista, o que lhe é obtido, fundamentalmente, pelo jugo econômico a que o submeteu o imperialismo e pelos restos feudais que se mantêm internamente.

A luta para libertar o Brasil da dependência ao imperialismo é, portanto, uma luta de caráter nacional, que visa completar a conquista de um Estado nacional, livre e soberano, gozando de plena autodeterminação, tanto econômica quanto política, para que a nação brasileira possa ser caracterizada de forma completa e acabada como nação, dentro dos quadros e da categoria capitalista. Esta é, sem dúvida, a tarefa primordial e inelutável da revolução democrático-burguesa.

Sendo válida a convicção de que a libertação da dependência ao imperialismo é uma necessidade básica para que o Brasil possa se constituir como um Estado nacional capitalista, ou nação independente e soberana, é necessário examinarmos em que grau essa dependência ao imperialismo se exerce atualmente no Brasil e se a tendência da mesma é de, objetivamente, se agravar ou de amainar-se para que se possa realmente aquilatar o peso e da preponderância ou não dessa contradição sobre as demais.

Neste sentido, devemos ver em que consiste a essência ou, no fundamental como e em que medida e em que sentido se processa essa dependência ao imperialismo. Ensina Marx que em toda nação capitalista a totalidade de seu produto interno, do mesmo modo que o produto de um produtor isolado, consta das três partes seguintes: 1) capital constante — 2) capital variável — 3) mais-valia. Além disso que é necessário diferenciar duas grandes subdivisões da produção capitalista: a produção dos meios de produção (primeira subdivisão) e a produção dos artigos de consumo (segunda subdivisão).

É fácil constatar que uma nação capitalista independente e soberana, quando participa do comércio internacional (através de seu comércio externo com outra ou outras nações também capitalistas, não dependentes, ela realiza, fundamentalmente, uma troca de uma parte (em produtos ou valores correspondentes) do trabalho produzido em seu mercado interno, por uma parte, aproximadamente correspondente de trabalho igualmente produzido no mercado interno de uma ou das várias nações com quem ela negocia. Essa troca é realizada pelas nações capitalistas entre si, segundo seus próprios interesses, no sentido, principalmente, de reforçar os problemas de sua economia interna, buscando, por um lado, mercado interno de uma ou das várias nações com quem ela negocia. Essa troca é realizada pelas nações capitalistas entre si, segundo seus próprios interesses, no sentido, principalmente, de reforçar os problemas de sua economia interna, buscando, por um lado, exportar o excedente da produção de seu mercado interno e, por outro lado, procurando im-

portar as mercadorias necessárias a esse mercado. Sendo, no fundamental, uma troca de trabalho produzido num determinado país capitalista e do qual ele pode dispor, por uma quantidade aproximada de trabalho produzido em outros países também capitalistas. Como diz Marx, falando sobre o comércio exterior: «O país mais favorecido receberá em troca mais trabalho por menos trabalho, se bem que esta diferença, este excedente, como sucede na troca entre o trabalho e o capital, em geral val para o bolso de uma determinada classe». (O Capital, p. 1147 — ed. Biblioteca Nueva — B. Aires).

No caso, porém, de negócios realizados entre uma nação dependente e uma potência imperialista as trocas realizadas não obedecem ao mesmo critério, pois nela a nação imperialista se apodera de uma parte mais ou menos correspondente nessa troca. Muito ao contrário entrega-lhe pela enorme massa de trabalho recebido uma parte muito menor de trabalho (em forma de mercadorias ou valores), produzido em seu próprio mercado interno.

Assim como o produtor individual procura entregar ao operário a parte do produto que apenas lhe assegure sua própria subsistência e se apodera do resto, as nações imperialistas buscam arrancar das nações dependentes o máximo do produto do trabalho interno por elas produzido, dele se apoderando através do mecanismo de trocas estabelecido (transações econômicas, financeiras, acordos políticos, etc.) procurando deixar para as nações dependentes apenas a parte de seu próprio produto, que lhes assegure seu mínimo de subsistência e sobretudo, restringindo ou mesmo impossibilitando-as de realizarem uma reprodução ampliada internamente.

É claro que no caso de uma nação dependente, que não seja mais colônia e já haja ingressado no processo ascendente capitalista de produção, diferentemente do caso do produtor isolado, o produto do trabalho produzido internamente passa, em boa parte, para as mãos da nação ou nações imperialistas com quem ela transaciona e de quem ela depende, ao passo que, no caso do produtor capitalista isolado, a maior parte do produto do trabalho produzido em sua empresa permanece em suas próprias mãos com o que consegue realizar a reprodução ampliada capitalista. No entanto, se isto é verdade, ocorre também que numa nação dependente, que haja ingressado no processo capitalista de produção, surge uma burguesia interna que, para subsistir como tal, tem que se apoderar pelo menos de uma boa parte do produto trabalho interno e não permitir que todo, ou parte considerável do mesmo, seja enviado para o exterior. Isto determina que uma parte mais ou menos expressiva desse produto fique em suas mãos, o que lhe possibilita realizar uma reprodução ampliada, se bem que em escala abaixo de seus desejos e de sua efetiva possibilidade.

Esta retenção de parte expressiva do produto interno pela burguesia nacional é contrária aos interesses dos imperialistas que, porém, não a pode impedir. Por outro lado, ela determina o desenvolvimento objetivo do capitalismo nacional causando, assim, o agravamento da contradição entre a nação dependente e o imperialismo, criando condições para o fortalecimento da luta nacional ant imperialista.

Na medida que a nação dependente avança no processo capitalista de desenvolvimento, essa resistência de entrega do produto do trabalho interno ao imperialismo cresce, inevitavelmente. Assim, a burguesia que se opõe ao imperialismo assume, em seu próprio interesse, uma posição nacionalista, isto é, de defesa dos interesses de sua própria nação, contra os interesses e a posição opressora da nação imperialista.

Esse desenvolvimento de uma nação dependente que ingressa no processo capitalista ascendente não é, como muitos pensam e apresentam, determinado fundamentalmente pela chegada à nação dependente de capitais e meios vindos dos países imperialistas, pois estes produtos e valores (qualquer que sejam as suas formas) nada mais são que os instrumentos necessários para fazer funcionar as bombas de sucção que atuam extraindo dos países dependentes um enorme volume do produto do trabalho realizado nesse mercado interno, em troca de parcela muito menor de valores e mercadorias provenientes das nações imperialistas.

Não se trata aqui da questão de que o comércio externo seja fonte de produção de mais-valia, o que seria um absurdo admitir, mas sim de que, nas transações econômicas e financeiras realizadas entre uma nação dependente e uma nação imperialista, esta se apodera de uma grande parte do produto do trabalho produzido no mercado interno da nação dependente, não só capitalizando para si própria esse resultado, como, por outro lado, impedindo ou quase limitando que o capitalismo da nação dependente realize a necessária e possível reprodução ampliada, na base da retenção para si do produto do trabalho total produzido em seu mercado interno.

economia dos latifundiários baseada na prestação pessoal, a economia natural dos camponeses, a produção dos artesanatos. Ao contrário, é lei da produção capitalista a constante transformação dos modos de produção e o limitado crescimento do volume da produção. As unidades econômicas existiram durante séculos sob os velhos modos de produção, sem mudar o caráter nem a magnitude, sem sair dos limites do domínio patrimonial do latifundiário, da aldeia camponesa ou do pequeno mercado de comarca para os artesanatos e pequenas indústrias rurais. Pelo contrário, a empresa capitalista supera inevitavelmente os limites da comunidade, do mercado local, da região e, depois, do Estado.

«O mercado interno» para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento, que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe aos produtores diretos em capitalistas e trabalhadores. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país. (Lenin, O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Edições em Línguas Estrangeiras, pág. 46)

Este é o lado da questão examinado pelo ângulo do mercado interno e dos interesses da nação dependente, o qual já revela, porém, que o imperialismo é o obstáculo maior para que o capitalismo interno de uma nação dependente se desenvolva dentro de suas próprias possibilidades e como o exigem as necessidades e o progresso dessa nação. O outro lado que falta examinar é o que corresponde à nação imperialista, isto é, se essa nação tende a se desinteressar pelo agravamento da dependência a que se submete a outra nação ou não, por outra, se ela tem interesse ou não em agravar a contradição. Este é um problema já perfeitamente equacionado por Lenin. Vejamos algumas de suas principais formulações: «O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem aparelhados por toda parte a tendência à dominação e não a tendência à liberdade. Reação em toda linha, seja qual for o regime político, exarcebado extremo das contradições nesta esfera também, tal o resultado dessa tendência. Intensifica-se particularmente a opressão nacional e a tendência às anexações, isto é, à violação da independência nacional». (Lenin O Imp. fase superior, pág. 155, Ed. Vitória).

«Parece-nos útil incluir aqui também uma citação de Hilferding, feita por Lenin, que observa, com acerto, a correlação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional: «No que se refere aos países recentemente descobertos», diz Hilferding: «o capital importado intensifica as contradições e provoca resistência crescente dos povos contra os intrusos, cuja consciência nacional desperta; esta resistência pode converter-se facilmente em medidas perigosas dirigidas contra o capital estrangeiro. Revolucionam-se radicalmente as velhas relações sociais, desmorona-se o isolamento agrário milenar das «nações sem história», que se vêem arrastadas à voragem capitalista. O próprio capitalismo pouco a pouco proporciona aos povos submetidos meios e procedimentos adequados a emancipação». (O imperialismo... pág. 157, Ed. Vitória 1947). Agregando, diz Lenin: «A isto há que acrescentar que, não somente nos países recentemente descobertos, e sim inclusive nos velhos, o imperialismo conduz às anexações. A intensificação da opressão nacional, e por conseqüente, também à exarcebada das contradições».

Examinada a contradição com o imperialismo sob o aspecto da nação imperialista vê-se, portanto, que predomina objetivamente a tendência cada vez maior da opressão nacional, da violação da independência nacional e a de aumentar o grau de dependência da nação oprimida. Em suma, de agravar-se, e não amainar-se a contradição nacional.

Dai se constata que, ao ingressar no processo capitalista ascendente de produção, o Brasil, em virtude de possuir um importante mercado interno, capaz de produzir e de consumir um considerável montante de mercadorias, tende, naturalmente, objetivamente, a criar uma burguesia nacional cada vez mais poderosa. Esta para subsistir como tal deverá chocar-se em escala crescente e se opor à penetração. A opressão do imperialismo, seu principal concorrente e o principal obstáculo ao seu desenvolvimento. Não restando dúvida, parece-nos que o proletariado tem todo o interesse em apoiar a essa luta contra o imperialismo que é, em primeiro lugar, a própria luta do proletariado.

Não é fácil conhecer-se exatamente o potencial e a maneira como cresce a dependência ao imperialismo no Brasil. Economicamente ainda é possível estabelecer-se um quadro que reflita de maneira aproximada, não só o peso do imperialismo na economia nacional, como também de que forma se processa o seu desenvolvimento, isto é, a tendência que no presente ele revela. No entanto, no que se refere à crescente e poderosa influência de outros aspectos fundamentais da ação imperialista (além do financeiro e econômico) como no domínio político, social, militar, cultural, etc., é quase impossível medir com aproximação, como mesmo ter uma idéia completa de toda sua extensão e nocividade, apesar de que, por sua vez, a pressão que estes fatores exercem concorre, sobretudo, para facilitar e ampliar a penetração e o jugo econômico e financeiro cada vez maior e mais nefasto do imperialismo.

Mas, se não é nada fácil ter-se um conhecimento exato da realidade do domínio total do imperialista em nosso país, no que tange ao aspecto financeiro e econômico, no entanto, existem dados que podem nos conduzir a uma idéia aproximada de sua situação presente e de seu desenvolvimento, sobretudo, para se ter clareza no que pretendemos demonstrar, de que o problema ant imperialista ou nacional é, não só

uma contradição fundamental, como a principal, no caso brasileiro. O imperialismo gera uma contradição de importância vital para o Brasil, contradição que tende a se agravar e cujo grau de antagonismo tende natural e objetivamente a crescer e não a amainar, em escala muito mais acentuada e grave do que as demais contradições (mesmo a outra contradição, igualmente fundamental, a democrática, antifeudal!).

Tendo em conta a limitação de espaço deste artigo analisaremos apenas um aspecto que segundo nos parece esclarece o suficiente sobre o grau de dependência e agravamento da contradição imperialista, ou seja, o aspecto financeiro, na base dos dados que se podem obter nas publicações oficiais especializadas. Tomemos por exemplo, os dados apresentados pelo Boletim da SUMOC, de março de 1960. Por ele fica-se sabendo que o balanço de pagamentos do Brasil referente a uma década — 1949-1958 — apresenta os seguintes resultados:

«Déficit» no valor de dólares ... US\$ 1.400.000.000,00 aproximadamente, ou seja: um bilhão e quatrocentos milhões de dólares em 10 anos. Isto em moeda nacional, ao câmbio atual de Cr\$ 180,00 o dólar, significa, aproximadamente, 240 bilhões de cruzeiros, ou 240 milhões de contos de réis.

Para se ter uma idéia aproximada do quadro, no qual se reflete o grau de dependência do Brasil ao imperialismo, podemos acompanhar através dos dados apresentados pelo balanço de pagamentos numa década, apesar de que tais elementos não refletem realmente todos os compromissos e transações realizadas nesse período, como sejam, os capitais entrados para fazer frente a esse déficit e que nada mais constituem que lesivos compromissos, cujas amortizações e juros correspondem a agravamentos futuros do balanço de pagamentos, sem contar, é claro, com os drásticos aspectos econômicos e políticos desses compromissos, que em vez de atenuar o peso das já insuportáveis dívidas externas ao imperialismo, as agrava ainda mais e cada vez em escala maior.

Para quem um simples homem do povo possa ter uma idéia concreta do que um tal «déficit» contraído no prazo de uma década significa, e a quantidade de trabalho produzido internamente necessária para amortizá-lo, vejamos alguns dados que nos apresenta a Revista Brasileira de Economia (março de 1959). Consta ali que o total de salários pagos na indústria e no comércio durante o ano de 1957, monta a 252 bilhões de cruzeiros, que é uma quantia aproximada do montante do «déficit» do total da década, os 240 bilhões de cruzeiros. Diz, também, a mesma revista que o total da renda de nossa agricultura foi de

270 bilhões de cruzeiros em 1957 e a da indústria de 193 bilhões de cruzeiros em 1957 o que revela uma certa aproximação com o total do «déficit» da década em questão. Se calcularmos o total dos salários pagos em toda indústria e comércio no Brasil durante um ano, vamos ver que esse total corresponde aproximadamente ao total do «déficit» de nosso balanço de pagamentos da década 1949/1958.

Tais dados nos levam a tirar com facilidades a conclusão de que o «déficit», o ônus, de nossas relações de dependência com as nações imperialistas, nos custam em cada dez anos, aproximadamente, a renda total obtida pelo conjunto de nossa produção agrícola ou industrial durante todo um ano, ou o montante de todos os salários pagos aos trabalhadores brasileiros da indústria e do comércio em geral, também durante um ano. Em outras palavras, que, no decorrer de uma década, todos os trabalhadores da indústria e do comércio brasileiros trabalham de graça durante todo um ano, ou também que em cada década a nossa agricultura ou a nossa indústria entregam de graça ao imperialismo um ano inteiro de suas respectivas rendas.

Se levarmos em conta, por exemplo, que a completa instalação de uma usina siderúrgica moderna capaz de produzir 1 milhão de toneladas de aço por ano (que é a capacidade atual de Volta Redonda), custa, a grosso modo, 100 milhões de dólares, pode-se concluir que o total do «déficit» produzido durante uma década de negócios do Brasil com o imperialismo, seja 1 bilhão e 400 milhões de dólares, daria para que fossem instaladas no país 14 usinas semelhantes a Volta Redonda, o que, sem dúvida, daria grande impulso à nossa produção de bens de produção.

É claro que os dados estão aqui apresentados a grosso modo e somente para efeito de comparação. No entanto, se quisermos esmiuçar mais as coisas chegaremos a conclusão que a realidade é ainda mais grave e brutal. A verdade é que este quadro ainda não revela em toda sua verdadeira extensão e cruza e o grau de dependência do Brasil ao imperialismo, mesmo considerando apenas o aspecto econômico financeiro.

Este é, a nosso ver, o fundo da questão nacional, e em parte revela também porque a contradição entre a nação e o imperialismo é, não só uma contradição fundamental na atual etapa como também a principal.

Restaria demonstrar porque a contradição antifeudal-democrática, apesar de ser uma contradição fundamental e que exige igualmente total solução na atual etapa da revolução democrático-burguesa no Brasil, não é, porém, a contradição principal, determinante e aim subordinada e dependente. A limitação do período dos debates e o recelo de abuso do precioso lugar ocupado por este extenso artigo me impedem, ao contrário de meus intentos, de debater este aspecto da questão, certo, no entanto, que esse é um assunto que camarádas mais capacitados dele se ocuparão oportunamente.

28 de julho 1960 — MANUEL PAIVA

JOSÉ B. DOS SANTOS

Carta de Aracaju

Camaradas, aproveitando a oportunidade de estar à disposição de todos quantos queiram participar dos debates das teses e projetos de Estatutos do Partido Comunista do Brasil, levantados por nosso Partido, trabalhos que vêm sendo publicados nas colunas de NOVOS RUMOS, quero dá uma pequena contribuição no que foi possível compreender com relação às teses em discussão. Inicialmente estou de pleno acordo com a nova linha política e esta é que vem sendo orientada e aplicada aqui em Sergipe e tem rendido os melhores resultados possíveis, principalmente no que se refere ao trabalho de frente única com os aliados; vejamos: temos realizado atos públicos, conferências tudo contando com a participação dos aliados simpatizantes e o povo em massa. É lamentável que a esta altura quando o nosso Partido vem através da aliança com as forças nacionalistas e democráticas e a burguesia quase em todo território nacional é que existem camaradas aqui em Sergipe e demais Estados considerando este trabalho de frente única com todas as forças, capazes de ajudar na luta pelo desenvolvimento econômico político e financeiro — como de reboque e oportunismo. Tais camaradas, ainda procuram reviver os tempos em que pregavam revolução a curto prazo, ou seja, a tomada do poder a cabo de vassouras, pois era a única arma capaz de se adquirir com facilidade — hoje se pensarmos nisso é mais difícil porque as vassouras e os respectivos cabos já têm um dono — o sr. Jânio Quadros. O que prevalece hoje, segundo ensina a V tese em discussão e eu estou de acordo, é que o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da Nação e derrotá-lo, a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela. Atribuo que o fator principal da posição de alguns camaradas com relação à aliança com a burguesia, considerando de reboque é por não ter lido, ou por não ter compreendido a sua importância. Este fato de aliança com os aliados aqui em Sergipe, é a vida que tem demonstrado as vitórias conquistadas — por exemplo a greve dos ferroviários contou com o apoio unânime de todas as forças dominantes do Estado, e o povo e ainda outros movimentos de reivindicação da classe operária que foram conquistadas. Todos os documentos lançados pelo Partido não têm de leve sequer feito nenhum pronunciamento de que a classe operária e seu Partido deixassem de ser a força hegemônica, logo temos que seguir o que nos ensinam os documentos, sermos aliados de todas as forças temporárias — dependendo delas não se opõem às nossas condições, poderho nos seguir definitivamente, (sugestão). Na abertura da discussão das teses vários camará-

das se limitavam a escrever artigos de longa metragem muitos deles com xingamentos e de conteúdo individualista. Ainda vejo nestes companheiros um pouco de culto à personalidade e do mandonismo, camaradas precisamos deixar de lado estes duelos de ferro e fogo e pôr em prática o que é novo, deixemos estas discussões agudas que não nos ajudam, por exemplo, aqui em Sergipe, dois terços dos camaradas deixaram de ler tais artigos por não achar objetivo. Nós aqui aprendemos muito lendo as teses, que nos deixam armados para dirigir as lutas do proletariado.

Devemos estar em convivência com os Estados, principalmente no que se refere ao Art. 3º, parágrafo (b) — trabalhar pelo contínuo fortalecimento orgânico do Partido, pelo aperfeiçoamento ininterrupto dos métodos de trabalho e de direção.

Parágrafo (f) — esforçar-se pelo aprimoramento sempre maior do espírito de solidariedade comunista.

Camaradas! O Partido aceitou em cheio com a indicação do Art. 5º: «É reconhecido a todo membro do Partido a liberdade de sair deles, porque acabou a exploração que faziam os inimigos do Partido, quando diziam que eram obrigados a ser membros do Partido forçosamente, pois se pensássemos em sair éramos considerados covardes e traidores».

Camaradas, levei em conta a crítica da camarada Isabel M. Fontoura, de São Gabriel, Rio Grande do Sul, quando defende o direito da participação da mulher nas lutas do Partido, acredito que não seja em todos os Estados que as mulheres sejam subestimadas, ao contrário aqui em Sergipe a nossa direção emprega todos os esforços para preparar uma frente feminina, capaz de compreender a realidade brasileira. Camaradas, Sergipe, apesar de atravessar uma fase de crise em vários setores inclusive governamental, a tendência é sempre melhorar no terreno industrial, pois são bem comentados as construções da Fábrica de Aproveitamento da cascata de São Gabriel, Fábrica de Papel, Fábrica de Cimento e Fábrica de Pregos, já em funcionamento e por fim uma vitória no futebol sergipano a passagem do amadorismo para o nisto-profissional. A fim de melhor desenvolver tudo isto, lutamos com afinco para eleger os candidatos das forças nacionalistas e democráticas Lodi e Jango. Sem perder de vista a realidade dos fatos precisamos também ampliar e fortalecer a vanguarda da Classe Operária, para atuar com audácia e consciência em todas estas frentes que estão prestes a vir à tona.

Solve o P.C.B.
Tudo pela sua legalidade.

Tribuna de Debate

JOAQUIM ALVES (São Paulo)

Questões Sôbre a Frente Única

As forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões cada qual se esforçando por fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista.

As contradições se manifestam, em primeiro lugar, no terreno da luta pela emancipação nacional. Certas forças da frente única se opõem ao imperialismo não por motivos circunstanciais, mas por interesses antagonísticos: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a maioria da burguesia.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

As condições atuais do mundo e do Brasil a burguesia não é, contrariamente ao documento de Teses, uma classe revolucionária. A burguesia tem interesses relativos na reforma agrária, na criação de um mercado interno, mas sempre que possível batalhará por uma "reforma agrária" e um mercado interno a seu gosto, por um desenvolvimento de tipo prussiano, a que estamos assistindo, sem que o monopólio da terra, os restos feudais e a propriedade privada sejam afetados, sem que sejam levadas em conta os interesses das massas de milhões de camponeses, sem que a revolução tenha livre e seguro curso em nosso país.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

extinção da burguesia como classe, e dado que o proletariado, conquistando a direção dos camponeses e das massas urbanas, imporá à burguesia um dilema de vida ou de morte: ou aceita e apóia a revolução, ou será considerada sua inimiga, contra a maioria da Nação e na época histórica de saturação e decadência vertiginosa do capitalismo em escala mundial. A vida contribui com dois poderosos fatores para despir a burguesia do revolucionarismo que lhe emprazam as Teses: primeiro, a burguesia brasileira já alcançou o poder e vai se consolidando política e economicamente; segundo, a perspectiva mundial é a do socialismo, que não se cumprirá sem resistência e sem luta.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

consolidar o movimento de massas no campo. Como as Teses não foram lidas com a preocupação de examinar com seriedade nossas deficiências no trabalho de campo, nada mais natural de que trocar a análise dessas deficiências pelo recurso da citação de acontecimentos verificados durante um curto período de tempo, mas cuja vigência do Manifesto de Agosto.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

Estudamos as Teses para Discussão e o projeto de estatutos, fazendo anotações. Também lemos as discussões na Tribuna de Debate, até o nº 69. Passamos aqui a expor algumas das anotações, que julgamos ter alguma originalidade.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

desta, destacando-se exagerada e superficialmente seus ensinamentos mais negativos. O Partido, em seu conjunto, desconhece as condições sob as quais aquela luta se desenrolou. Para ilustrar, somente um "pequeno" detalhe: os despejos começaram em 1946, com o sacrifício da estabilidade de centenas e centenas de famílias camponesas, sem a necessária assistência do Partido, e somente em 1950 a resistência à mão armada se impôs como única medida capaz de surtir a grilagem. Não seria justo, por exemplo, que o documento de Teses, tão prolixo, abrisse um capítulo de confronto entre as causas, métodos e resultados de duas lutas como as de Porcátú e Formoso — onde os camponeses conseguiram manter a posse da terra... Por que não confrontar, também, os movimentos da Galiléia e de Santa Fé do Sul?... O primeiro possibilitou, até aqui, a manutenção dos forreiros na terra por força de uma lei de desapropriação; o segundo, diferentemente, vem rolando há mais de um ano e os camaradas de São Paulo vacilam e resistem a apoiar a aprovação de um projeto de lei desapropriando as terras do latifundiário.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

ROLANDO FRATI (Santo André — São Paulo)

A Prática Aprova as Teses

Entre nos debates mais com a finalidade de apreciar as Teses do ponto de vista do que a prática nos vem ensinando, do que propriamente do ponto de vista teórico-especulativo, como o estão fazendo inúmeros companheiros.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

das quais é a de ficar a reboque do movimento espontâneo, o nosso Partido grandela prestígio, neutraliza o antimperialismo, vence campanhas duras como a recente eleição dos metalúrgicos.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

Ora, a exploração imperialista atua no Brasil apoiada em certos elementos internos, em determinadas classes sociais e através de um regime político e econômico definido — que serve aos interesses dessas classes, como à dominação norte-americana. Há contradições entre essa gente, isto é, entre os nativos e os imperialistas: Há, mas o regime que al está é a gema comum de todos eles. Essas contradições se verificam, porém jamais se revelam como antagonísticas. Se queremos partir do ponto de vista do proletariado, dentro da frente única, não é precisamente aquela que se pretende na Tese 27. O burguês, com ou sem imperialismo estrangeiro, com ou sem latifundiários e feudais, esse burguês se bate, em primeiro lugar, pelo seu regime, pelo seu mundo, pelo capitalismo; o proletariado, diferentemente, visa outro mundo e outro regime, visa o socialismo. Assim, a contradição que se verifica, em primeiro lugar, dentro da frente única, é relativamente a estas questões: capitalismo ou avanço para o socialismo, recuo ou livre curso da revolução... é ao terreno da luta pelo poder e da natureza desse poder. Não nos enganemos com os efeitos dessa "bardeia da genial proclamação de Marx: "brasil de todas as classes e camadas, uni-vos!"

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

Finalmente, devemos levar ainda em conta o papel negativo para a revolução, que desempenham dois setores burgueses muito influentes e importantes: a burguesia territorialista e a burguesia burocrática. Esta última, reacionaríssima como a primeira, é composta de advogados de grandes empresas nacionais e estrangeiras, parlamentares, altos funcionários, políticos, etc. Essa minoria reacionária, poderosíssima dos pontos de vista econômico e político, é detentora de grandes privilégios e, ligada ao latifúndio e ao imperialismo, exerce destacada posição de liderança e mesmo de coação sobre o conjunto da classe.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

EMILIO ANDERMAN

O Socialismo é o Signo da Vitória

Estudamos as Teses para Discussão e o projeto de estatutos, fazendo anotações. Também lemos as discussões na Tribuna de Debate, até o nº 69. Passamos aqui a expor algumas das anotações, que julgamos ter alguma originalidade.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

vêzes mais estradas, etc. Apesar do grande desejo por parte do povo brasileiro de sair do subdesenvolvimento, se tudo correr as mil maravilhas, chegaremos à maturidade econômica, sob regime capitalista, dentro de uma a duas gerações. Sob regime socialista um desenvolvimento idêntico, para não dizer superior, segundo experiência em diversos países socialistas, poderia ser alcançado em cerca de 15 anos.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

— O trecho transcrito encerra uma série de elementos falsos e imprecisos. A rigor, não vem ao caso a observância de interesses antagonísticos, para se definir a composição e a natureza da frente única na atual etapa da revolução.

SALAZAR CONFESSA:

Tira Dos Portugueses Para Dar Aos Trustes

Dois Vigaristas Por 25 Tostões

As obras previstas no Plano de Fomento «não beneficiarão em boa parte os portugueses, mas indústrias estrangeiras... Não assegurarão aqui trabalho, nem devem provocar a alta sensível dos salários nem darão possibilidades de distribuição de terras irrigadas.» Essas palavras, que caracterizam tão bem a política seguida em Portugal pelo notável «economista» Oliveira Salazar, provêm da fonte mais insuspeita possível. Foram ditas pelo próprio ditador de Portugal no discurso de apresentação do II Plano de «Fomento», e não por um líder opositorista.

Levando-se em conta que 15% dos recursos empregados no referido «plano» foram retirados compulsoriamente dos trabalhadores portugueses, então não se pode ter qualquer dúvida sobre o caráter do «desenvolvimento» aplicado por Salazar. Os trabalhadores portugueses são obrigados a contribuir com 8% de seu salário para o fundo de previdência, do qual foi retirada a quantia de quase dois bilhões de escudos para construir obras que só beneficiarão os monopólios nacionais e estrangeiros. Enquanto isto, os 250 mil trabalhadores portugueses carecem de todo e qualquer cuidado médico ou assistencial. Um regime que torna os pobres ainda mais miseráveis para aumentar a fortuna de um pequeno grupo de empresários poderosos, esta a «moral da história» de trinta e quatro anos de ditadura salazarista.

A gestapo salazarista

Diante da política do «economista» Salazar, só uma força foi capaz de impedir que o povo português derrubasse a ditadura que desde 1926 o esmagou, explora e empobrece: a PIDE, Polícia Interna de Defesa do Estado, e Gestapo de Portugal. Ao menor sinal de descontentamento, a PIDE entra em ação. No ano passado, por exemplo, Oliveira Valanca, juntamente com outras personalidades lusitanas, convidou o líder trabalhista inglês recentemente falecido Aneurin Bevan para fazer uma visita a Portugal. Tanto bastou para que Valanca fosse considerado perigoso agitador. Imediatamente foi preso e submetido a torturas e humilhações. Poucos dias depois a PIDE batia outro recorde em matéria de estupidez e perseguição. Uma criança de apenas 7 anos, Joaquim Piedade, foi preso como «conspirador», responsável pela distribuição de material «subversivo».

No Portugal de Salazar, greve, comício ou reunião política que não seja patrocinada pela ditadura é sinônimo de crime lesa-pátria. Milhares de operários, camponeses, estudantes, intelectuais e empregados são mantidos presos anos a fio, sem nenhum processo. Os estudantes não podem ter entidades representativas. A Mocidade Portuguesa, órgão fascista cuja objetivo é inculcar nos jovens a mentalidade policial própria da camarilha salazarista, é a única associação «permitida» pela PIDE. Mediante as corporações a serviço do Estado policial, Salazar procura evitar que operários, camponeses, artesãos e mesmo comerciantes e pequenos industriais se organizem para a defesa de suas reivindicações contra a exploração dos monopólios que dominam Portugal. A própria Igreja já começa a sentir o tacho da ditadura policial, diante da rebelião dos prelados mais dignos, que vêm se negando cada vez mais ao papel de glorificar o «herdeiro de Deus» em Portugal.

Salazar não dorme

Apesar de toda a opressão policial, entretanto, a ditadura portuguesa não conseguiu dobrar a resistência do povo, e é por isso que Salazar não consegue dormir. Ele sabe que a terra vai fugindo debaixo de seus pés, por mais forte que seja a PIDE.

Na mais restrita clandestinidade, os estudantes portugueses organizaram o Movimento Nacional de Estudantes e começam a ganhar o apoio da mocidade para a luta contra o ditador.

As greves de operários se sucedem. No começo do ano passado, 6.000 pescadores de Matosinhos, Póvoa de Varzim, Afurada, Murtosa e Vila do Conde realizaram uma greve durante setenta dias, com o apoio dos trabalhadores e mesmo de parte da burguesia da Costa do Norte, e terminaram por conseguir aumento de salários. Pouco depois, 2.000 portuários de Leixões e do Pôrto, 4.500 pescadores de bacalhau e quase 3.000 operários e empregados de transportes coletivos do Pôrto obtêm

umento de salários depois de prolongada luta.

A ditadura salazarista começa a perder o apoio da própria burguesia portuguesa, esmagada em sua maior parte pela política de proteção aos grandes monopólios nacionais e principalmente estrangeiros. Para evitar a debandada geral, Salazar procura amedrontar os pequenos industriais e comerciantes com o espantinho do comunismo e aguçá-lo a luta entre patrões e empregados. Caso típico dessa manobra do «economista» é o congelamento de salários que procura impor, mesmo quando os empregadores estão dispostos a conceder aumentos.

Hoje, entretanto, quase não há um só lugar em todo o país em que os trabalhadores não se levantem em defesa de suas reivindicações. As greves se multiplicam entre os mineiros de Aljustrel e São Domingos, os metalúrgicos de Lisboa, Santarém, Pôrto, Braga, Viana do Castelo, etc., os ferroviários de todo o país, os têxteis do Pôrto, Minho, Covilhã, Torizendo e Lisboa, os operários agrícolas da Alparça e várias localidades de Alentejo.

Uma viagem desastrosa

Sabendo que arrisca sofrer uma vaia ou mesmo qualquer demonstração mais séria de descontentamento, Salazar procura sair o menos possível de seu tocantão em seu pau-mandado, «presidente» Américo Tomaz, para vários recantos do país para dar demonstrações de força. As viagens do testa-de-ferro de Salazar, entretanto, foram um autêntico fracasso. Nosso «economista» então teve uma brilhante idéia: aproveitar festas tão populares como as de São João, no Pôrto e em Braga, a Feira do Ribatejo, em Santarém, e a do Colite Encarnado, em Vila Franca do Xira, para fazer uma Odisseia pela Costa Norte de Portugal. Para evitar qualquer «imprevisto», foram tomadas providências adicionais, como, por exemplo, o envio de centenas de policiais da PIDE e da PSP, a ordem de decretar feriado para os funcionários e os operários das cidades durante a estada de Américo Tomaz e de mobilizar obrigatoriamente os estudantes, ameaçando inclusive com penalidades os «faltosos».

Os «donos» de Portugal estavam convencidos de que desta vez nada nem ninguém conseguiria estragar sua festa. Entretanto, o tiro lhes saiu pela culatra. No Pôrto, os operários se negaram a abandonar o trabalho, apesar do feriado, apenas uma meia dúzia de «convocados» e fascistas foi esperar o «presidente», enquanto nas ruas vizinhas grande multidão se espalhava pelos cafés e esquinas. Durante o desfile, à noite, a população aplaudia estuadamente os grupos folclóricos quando chegou Américo Tomaz: imediatamente fez-se um silêncio quase completo, apesar dos insistentes pedidos feitos atra-

vés de alto-falantes para que o povo aplaudisse e desse vivas.

Em Braga, à chegada do «presidente», policiais foram obrigados a apontar suas armas para o povo a fim de que o cortejo pudesse passar. Vendedores ambulantes de figuras e outras bugingangas tiveram que vender fotografias de Salazar e Américo Tomaz. Resultado: pouco depois um desses vendedores era preso pela polícia que o viu anunciando sua «mercadoria» aos gritos de «Dois vigaristas por vinte e cinco tostões!»

Para aumentar o número de gatos pingados que esperavam Américo Tomaz em Viana do Castelo, quase metade dos soldados do Batalhão de Caçadores sediado nessa cidade foi vestida à paisana e mandada para a estação onde chegaria o novo Ulisses. Em Paradelo, quando Tomaz puxou a bandeira portuguesa que cobria um marco comemorativo de sua viagem, apareceu um retrato do general Humberto Delgado. Na entrada de Carcavelos, Matosinhos, a comitiva oficial teve que fazer uma parada imprevista: centenas de mulheres, crianças e anciãos esfarrapados e famintos barraram o caminho para mostrar, silenciosamente, seu descontentamento.

Assim foi a «viagem triunfal» do Américo Tomaz...

A política do «economista»

A maior parte dos nove milhões de portugueses vive no campo. Mais da metade da população ativa é constituída de agricultores, que totalizam cerca de um milhão e seiscentos mil pessoas. Entretanto, apenas quatrocentos e tantos mil possuem terra, sendo que seis mil grandes proprietários possuem nada menos que a metade do país. O resultado concreto desta situação é que a produção agrícola portuguesa, quando não diminui, estagna. Em 1958, por exemplo, a produção agrícola foi inferior em dez por cento a do ano anterior. Apesar da pequena superfície do país, a falta de transporte aumenta ainda mais as dificuldades dos pequenos agricultores. No ano passado, 400 vagões carregados de batatas apodreceram por que não havia locomotivas para transportá-las.

Na indústria, o quadro é quase exatamente o mesmo: os pequenos industriais são esmagados pelos monopólios dominados por empresas norte-americanas, inglesas, francesas, alemãs e belgas. O pior é que, mesmo quando existe progresso, são esses próprios monopólios os únicos a se beneficiar. O exemplo mais claro é o da energia elétrica, cuja produção e distribuição é monopolizada pela companhia SOPINA, testa-de-ferro das trustes norte-americanas.

Para aumentar a produção de energia elétrica, o «economista» Salazar lançou mão dos recursos das Caixas de Previdência, prometendo diminuir as

tarifas depois de concluído o plano. De fato, concluídas as primeiras obras, a capacidade geradora foi multiplicada por 4. Entretanto, o preço do quilowatt-hora, que custava 50 centavos para o truste, subiu a 3 escudos. A quase totalidade da energia produzida continua sendo monopolizada pelas grandes empresas estrangeiras, enquanto cerca de metade das localidades do país ainda não é eletrificada. O «economista» não quer que o povo de Portugal goze de qualquer espécie de luz, mesmo a elétrica.



Vá e fique por lá

Tráfico de Escravos na África Portuguesa

Portugal não tem mais colônias. Pelo menos é isto que está escrito na «Constituição» fabricada por Salazar para dar nomes novos à sua ditadura e ao colonialismo arqui-reacionário de Portugal. Depois que Portugal foi aceito na ONU, várias vezes os membros do Conselho de Tutela do organismo tiveram que ouvir estarecidos as declarações dos representantes de Salazar segundo os quais as «provincias de Alémar» (nome oficial das colônias) são territórios autônomos administrados pelos seus próprios cidadãos. Deve-se entender por cidadãos apenas os colonos portugueses residentes na Angola, na Guiné «Portuguesa», em São Tomé, Cabo Verde e Moçambique; uma vez que os «parlamentares» dessas colônias não possuem um só representante negro.

Apesar de ser um país extremamente atrasado e dominado pelos grupos monopolistas dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha Ocidental, Portugal é, depois da independência do Congo «belga», a terceira potência colonial, mas continua sendo a mais atrasada de todas. As colônias portuguesas na África totalizam uma superfície de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados (mais de 20 vezes o território português), com uma população de mais de 12 milhões, dos quais menos de duzentos mil brancos. A situação e o nível de vida desses africanos são, na melhor das hipóteses, iguais às que existiam quando os primeiros colonizadores portugueses aportaram na África nos fins do século quinze. O regime de escravidão continua sendo imposto aos negros da Angola e de Moçambique, que são enviados para São Tomé, União Sul-africana, Tânger e outras regiões para trabalhar nas minas e plantações coloniais. As próprias autoridades coloniais portuguesas reconheceram em 1950, ano em que foi modificada a «constituição» salazarista para «acabar» com as colônias, que dois terços das duzentas e poucas mil pessoas que poderiam ser consideradas civilizadas eram europeias.

Autocrítica colonial

Para se ter uma idéia da barbaridade que é o colonialismo português, na África, basta consultar documentos

oficiais de autoridades da metrópole e das colônias, os maiores interessados no ocultamento desses crimes. O ex-ministro da presidência, Marcelo Caetano, por exemplo, dizia em 1940 que contra os portugueses há «duas circunstâncias que trazem grandes prejuízos ao sucesso de nossa política colonial e determinam em grande medida o desenvolvimento das duas colônias de Angola e Moçambique: o egoísmo cego dos patrões e o sistema de trabalho obrigatório».

Mais recentemente, em 1956, o ex-governador do distrito de Moxico, na Angola, dizia: «Diga-se o que se quiser, o indígena se afasta cada vez mais da administração portuguesa. É preciso cuidar de sua alimentação, que é hoje mais pobre do que era há um século; é preciso cuidar de sua habitação que é a que sempre foi; de sua educação que continua sendo, em geral, exatamente o que era no tempo da ocupação; de sua dignidade de ser humano». O mesmo governador, Jacinto Rodrigues Bastos, observava que os africanos estavam sendo sistematicamente aniquilados pela inanição, com a transformação da agricultura de subsistência em

grandes plantações de sisal, café, cacau, etc.

Como Portugal não tem recursos próprios para explorar as riquezas naturais de suas colônias, passou então a arrendar estas riquezas a grandes monopólios norte-americanos, ingleses, franceses, alemães ocidentais e belgas, com a contrapartida de que esses monopólios garantam o estatuto colonial. É o que acontece com o petróleo de Moçambique, entregue ao truste ianque Gulf Oil, dos diamantes da Angola, entregues a um cartel internacional, etc. Para o trabalho nessas e noutras empresas e nas plantações de minas, os colonialistas portugueses «algum» negros que geralmente morrem às centenas depois de um ano de trabalho. Este fato foi reconhecido por vários funcionários do governo fascista de Salazar, entre os quais o ex-capitão Henrique Galvão, que por isso mesmo foi preso, e depois se ausiou. Para entregar algumas centenas de milhares de africanos à África do Sul, Rodésia e Niasalândia, por exemplo, o governo colonialista português recebia recentemente cerca de 100 milhões de escudos. Em outras palavras, a «civilização» portuguesa na África continua em pleno século dezessete.

Salazar Pede Ajuda: JK Foi

Desprezando a grande onda de protestos de todos os círculos democráticos brasileiros e de portugueses residentes no Brasil, o presidente Juscelino Kubitschek foi a Portugal prestigiar a ditadura moribunda de Salazar, a pretexto de participar nas comemorações henriquinas. O caráter da visita de Kubitschek ficou ainda mais patente quando recusou o convite da comissão organizadora das comemorações do cinquentenário da República Portuguesa para depositar um ramo de flores no túmulo de António José de Almeida, presidente derrubado pelo golpe de 1926. Numa resposta típica de quem tem vergonha de se prestar a um papel sujo, o sr. Kubitschek afirmou estar disposto a reverenciar a memória do, ex-presidente, mas não «desta vez»...

Característica também deste papel de protetor da ditadura assumido pelo

presidente do Brasil foi a visita feita, juntamente com o «presidente» de Portugal, o almirante Américo Tomaz, a cidades do norte do país. Vaído e repudiado no Pôrto e em Braga há um ano, o testa-de-ferro de Oliveira Salazar volta agora a estas cidades que sufragaram o general Humberto Delgado nas eleições de 1958, com a cobertura da simpatia que os portugueses sentem pelo presidente de um país que durante certo tempo, se mostrou solidário com os anti-salazaristas. A obra realizada pelo ex-embaixador Alvaro Lins, entretanto, foi por água abaixo. Seu «substituto», Negrão de Lima, não perdeu uma só oportunidade para demonstrar apoio a Salazar e ao regime que há 34 anos arrocha o povo português.

Para completar o triste significado de sua visita ao ditador português, o sr. Kubitschek apressa-se a assinar nada menos de sete convênios com o ilustre «economista», entre os quais o indigno tratado de consulta mútua, que comprometerá as relações de nosso país não só com o povo português, como também com os países independentes da África e com os povos coloniais deste continente, em luta pela libertação dos impérios coloniais, entre eles o de Portugal. O próprio sr. Juscelino Kubitschek se encarregou de mostrar a contradição absoluta entre a política que propugna para a América Latina, de luta contra o subdesenvolvimento e pela democratização, e sua atitude de prestigiar um regime ditatorial apoiado no terror policial e que mantém uma das formas mais atrasadas de colonialismo, inclusive com a conservação do regime de escravidão para os negros africanos.

Pouco antes de partir para Portugal, o sr. Kubitschek prestou mais uma homenagem indireta ao salazarismo acatizar uma rua com o nome de Infante Don Henrique, inaugurando uma praça comemorativa no local. Dois dias depois, o povo carioca demonstrou sua condenação à política de ir em socorro do ditador português arrancando a placa e o marco comemorativo. É bem um sinal do descontentamento provocado em toda a opinião pública democrática do Brasil, já manifestada no Congresso Nacional, na imprensa, por entidades sindicais e eudantis e por grande número de personalidades. É também uma advertência ao governo brasileiro para que não se iluda quanto ao fracasso final de uma política que nos incompatibiliza com os democratas portugueses e de todo o mundo.



Escravidão não acabou

Portugal foi uma das primeiras potências coloniais a invadir a África e submeter os povos africanos ao regime de espolição colonial. Em cinco séculos de domínio português os negros das colônias de Angola, Moçambique, São Tomé e Cabo Verde tiveram uma sorte piorada. São vendidos como escravos, submetidos a um regime de trabalho desumano que os mata aos milhares, não possuem qualquer assistência médica, são mantidos na mais absoluta ignorância: 12 milhões de escravos de um pequeno grupo de exploradores lusitanos.

230 DELEGADOS, 106 MUNICÍPIOS: VAROU A MADRUGADA A CONVENÇÃO DOS COMITÊS NACIONALISTAS

Nacionalistas Gaúchos Dão a Arrancada Para a Vitória em 3 de Outubro

Com a participação dos próprios candidatos, Lott e Jango, do governador Brizola, de D. Edna Lott e numerosos deputados e personalidades de prestígio na terra gaúcha, e de uma multidão entusiasta que superlotou as dependências do tradicional Teatro de São Pedro, em Porto Alegre, o encerramento da I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista Lott-Jango do Rio Grande do Sul, no dia 31 de julho, transformou-se em verdadeira apoteose nacionalista, e em uma antecipação inequívoca da esmagadora vitória que o povo riograndense dará a Lott e Jango, em 3 de outubro.

A Convenção se reuniu durante quase todos os dias 30 e 31. Os Comitês Nacionalistas de 106 municípios gaúchos, representados por 230 delegados, ali debateram os problemas mais urgentes de seu Estado e do país, elegeram os seus delegados à próxima Convenção Nacional dos comitês Lott-Jango, e escolheram a sua Comissão Executiva Estadual. Mais do que tudo, porém, a Convenção foi uma vigorosa demonstração de unidade das forças populares e nacionalistas riograndenses em torno da chapa Lott-Jango, e das idéias de emancipação e democratização do país.

Brizola denuncia Cabot

Antes, durante e ainda alguns dias depois de sua realização, a Convenção foi um centro das atenções da imprensa e da opinião pública do Rio Grande do Sul. No dia do encerramento, às 15 horas, o governador compareceu ao Teatro São Pedro, sob a aclamação dos convençãois e da multidão presentes, prestando a sua solidariedade para com o movimento nacionalista, e também para participar de um caloroso debate com a assistência.

Logo de início, o governador foi instado a pronunciar-se sobre as denúncias que fizera dias antes, e que polarizavam a opinião pública do Estado, a respeito da tentativa de suborno de que foi alvo, por parte do Embaixador Cabot e outros diplomatas ianques, que pretendiam obter os arquivos da Polícia Política gaúcha, em troca de um «programa de ajuda» de um milhão de dólares do «Ponto IV». Brizola confirmou todos os detalhes de sua grave denúncia, e acrescentou, sob uma verdadeira ovação da assistência:

«Um governo que se preza e que tenha noção de soberania não poderia de forma alguma assinar tão humilhante acordo».

O governador trabalhista fez também uma longa exposição sobre a crise que atravessa a economia gaúcha, em consequência, especialmente, da po-

lítica seguida pelo governo Kubitschek, que centralizou os subsídios oficiais ao desenvolvimento econômico na região central do país, deixando o Rio Grande do Sul desassistido e sem condições de concorrência, particularmente com o parque industrial paulista e carioca. O problema já havia sido objeto de debate na Convenção, que aprovou uma moção apresentada pelo jornalista João Sussela, protestando contra a política de desfavorecimento do Rio Grande do Sul seguida pelo governo federal.

Lott: Jânio é um testa-de-ferro dos trustes

A noite, a sessão de encerramento da Convenção contou com a presença do Marechal Lott, João Goulart e D. Edna Lott, e se prolongou até às 2,30 da madrugada, tal era o entusiasmo e o vigor das convicções nacionalistas da multidão presente. O discurso de Lott, freqüentemente interrompido pelos aplausos colorosos de toda a assistência, que muitas vezes se pôs de pé para aplaudir, causou ótima impressão. O Marechal expôs, com franqueza e desassombro, as razões pelas quais prego um desenvolvimento independente e nacionalista para o país, e analisou com igual firmeza os objetivos do campo janiista. «O cidadão candidato do lado de lá — disse ele — é um testa-de-ferro dos trustes, que ameaça a Petrobrás, Volta Redonda e as conquistas sociais dos trabalhadores».

Além de Jango e D. Edna, também falaram na sessão os deputados Arthur Virgílio, do Amazonas e Temperani Pereira, do Rio Grande, que acompanharam os candidatos nacionalistas na visita aos gaúchos.

400 moções

Nada menos do que 400 moções foram apresentadas e debatidas pela Convenção. Algumas encontraram o apoio unânime e entusiástico dos convençãois. Uma destas expressou a solidariedade da Convenção ao governador Brizola, por sua enérgica repulsa à tentativa de suborno com que tentou envolvê-lo o embaixador-espião Cabot, e o protesto contra a atividade de espionagem dos diplomatas ianques, sob a cobertura do «Ponto IV».

Outra resolução aprovada por unanimidade foi uma conclamação às cúpulas dos partidos que apoiam as candidaturas nacionalistas de Lott e Jango para que cessem definitivamente as suas hesitações e se lancem com firmeza na campanha pela vitória em 3 de outubro.

A exaltação da política nacionalista de desenvolvimento econômico do país, baseada no apoio das massas trabalhadoras e na garantia e aperfeiçoamento das liberdades democráticas; a necessidade de uma política externa de independência e soberania; a necessidade de aproveitamento dos recursos internos do país e do apoio à política de desenvolvimento através de empresas estatais — Petrobrás, Volta Redonda, Eletrobrás, etc.; — a urgência da adoção de uma política educacional fundamentada no fortalecimento da escola pública e gratuita e a necessidade da adoção de medidas governamentais enérgicas contra as extorsivas remessas de lucros das empresas estrangeiras, foram outros temas vivamente debatidos pelos convençãois, e transformados em moções aprovadas pela Convenção.

A Comissão Executiva

A Comissão Executiva Estadual do Movimento Nacionalista Lott-Jango do Rio Grande do Sul, eleita pela Convenção, ficou assim constituída: — Presidentes de Honra — Marechal Lott, Leonel Brizola e Edna Lott; membros: — Presidente, General Jorge Braga Pignheiro; Vice-Presidentes: prof. Antônio de Pádua Ferreira da Silva, deputado Temperani Pereira, Pedro Alvarez e Paulo Schilling; Secretário-Geral — engenheiro Manoel Joles Pontes; Secretários: — Coronel Valmy Bocorni, dr. Fernando Almeida, jornalista João Sussela e dr. Edson Medeiros; Tesoureiro-Geral, Hugo Maiocchi; Tesoureiros: — engenheiro Jeriel Baumgarten, prof. Clay de Araújo, dr. Alberto Barth e o líder sindical Alvaro Ayala.



Lott desmascara o entreguista Jânio

O Marechal Lott fez aos nacionalistas gaúchos uma exposição franca dos problemas nacionais. «Jânio — disse ele — é um testa-de-ferro dos trustes, que ameaça a Petrobrás»



Apoteose nacionalista

A 1ª Convenção dos Comitês Nacionalistas gaúchos foi uma consagração popular a Lott e Jango. Seu encerramento prolongou-se até depois das duas horas da manhã, tal era o entusiasmo da multidão presente. A Convenção conclamou as cúpulas dos partidos que apoiam os candidatos nacionalistas a se lançarem com decisão na campanha eleitoral, e solidarizou-se com o governador Brizola, face à tentativa de suborno e espionagem com que o Embaixador ianque, tentou envolvê-lo, propondo-lhe um milhão de dólares em troca dos arquivos da polícia política do Estado



A campeã da unidade

D. Edna Lott já era um nome popular e querido no Rio Grande do Sul, por sua atuação corajosa e patriótica na campanha eleitoral, e por seu papel destacado de elemento de unidade das forças nacionalistas para a vitória do Marechal Lott. A Convenção dos nacionalistas gaúchos rendeu-lhe uma homenagem carinhosa e entusiástica



Brizola confirma o suborno de Cabot

Lott, Jango e Brizola presidiram à sessão de encerramento da Convenção. O governador riograndense confirmou na Convenção todos os detalhes de sua denúncia sobre a tentativa de suborno de que foi alvo por parte do embaixador-espião Cabot, e afirmou: «Nenhum governo com sentido de soberania poderia aceitar tão humilhante acordo»

NOVOS RUMOS